



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**REDES DE MILITARIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO:  
CARTOGRAFIAS SOBRE JUVENTUDES, VIOLÊNCIAS E  
RESISTÊNCIAS EM FAVELAS**

**CAÍQUE AZAEL FERREIRA DA SILVA**

Rio de Janeiro

2021

CAÍQUE AZAEL FERREIRA DA SILVA

**REDES DE MILITARIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO:  
CARTOGRAFIAS SOBRE JUVENTUDES, VIOLÊNCIAS E  
RESISTÊNCIAS EM FAVELAS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Linha de pesquisa: Processos Psicossociais, Históricos e Coletivos**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro  
Coorientador: Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Rio de Janeiro

2021

CAÍQUE AZAEL FERREIRA DA SILVA

REDES DE MILITARIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: CARTOGRAFIAS SOBRE  
JUVENTUDES, VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS EM FAVELAS

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro como requisito final para  
a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 21 de setembro de 2021

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (Coorientador)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Dr.<sup>a</sup> Roberta Brasilino Barbosa  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irme Salete Bonamigo  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Examinado o texto da dissertação.  
Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2021

## AGRADECIMENTOS

Já são seis anos circulando pela UFRJ. Seis anos desde o momento em que a Universidade Pública, com todas as suas possibilidades, tornou-se algo na minha vida. Quem me conhece sabe que eu circulei muito por todos os cantos da UFRJ - e também fora dela - defendendo a educação pública e tantos outros direitos nossos. Enquanto pensava em quem eu deveria agradecer nesse momento de conclusão do mestrado, muita coisa passou pela minha cabeça. Notei que os últimos anos só fizeram sentido porque eu nunca estive sozinho. Fui muito bem acompanhado desde os meus primeiros dias de graduação, na formação em psicologia e na formação política. Fui acolhido em cada espaço da UFRJ que transitei, fui incentivado pela minha família, pelos meus amigos e pelas minhas professoras.

Entregar esta dissertação é um pedaço de uma trajetória que foi muito rica e diversa. No meu exame de qualificação, Pedro Paulo disse que um trabalho assinado por mim é um trabalho com múltiplos atores e redes infinitas. É um pouso na multiplicidade; é uma confusão. É um trabalho com muitos fios e muitos embarços. Hoje eu tenho certeza de que é tudo isso mesmo. Agradecer todas as pessoas que estiveram comigo e, de alguma forma, contribuíram para que esse caminho fosse possível seria impossível, mas gostaria de registrar aqui o agradecimento a algumas pessoas e alguns coletivos que se fizeram presentes e foram primordiais para que eu pudesse, entre outras coisas, entregar esta dissertação. Não foi um processo fácil. Tanto pelo tema que me convoca, mas também pelo período histórico em que a dissertação se desenvolve: fomos atravessados por uma crise sanitária sem precedentes, que pousa num Brasil desgovernado, por ora privatizado por e para mafiosos e milicianos.

O primeiro agradecimento é aos meus orientadores Rosa e Pedro, que nesses últimos anos tem aceitado o desafio que é mergulhar nessa confusão e nesses embarços. Com vocês, pude aprender que o processo de formação é muito mais amplo que entregar uma tese ou dissertação, é muito mais denso que cursar um conjunto de matérias. Mergulhamos em atividades de ensino, pesquisa e extensão, discutimos, construímos muita coisa juntos, mesmo com tantas adversidades (e com minhas múltiplas vinculações). Aos dois, um abraço afetuoso e um muito obrigado! Vocês sabem o quanto são imprescindíveis para mim.

Também gostaria de agradecer aos outros atores que estiveram presentes na construção das inquietações e na invenção das respostas aos problemas da pesquisa, que apostam na

utopia de um mundo diferente – também inventado nas universidades. Aos colegas dos grupos de estudo e pesquisas, dos encontros e seminários, aulas, congressos, ações de extensão, da ABEP e do CRP-RJ: muitos de vocês foram importantíssimos para que hoje exista uma dissertação. Obrigado!

Aos trabalhadores da UFRJ – docentes, técnicos e terceirizados. Destaco um agradecimento à Ana Arcos, que cuida de todos nós e nos incentiva em todos os tempos.

Aos amigos, amigas e alguns familiares, à minha madrinha Luciene e à Lecy (*in memoriam*). Sei que vocês aguentaram poucas e boas reclamações nesses anos e me incentivaram mais do que eu merecia. Que me deram bolos e doces nos dias difíceis, abraços para comemorar as conquistas, orientação (e broncas) nos momentos que vacilei e foram presença nos dias de isolamento pandêmico, conseguindo a proeza de fazer com que uma pesquisa de pós-graduação não fosse um exercício solitário ainda que, às vezes, a solidão fosse mais fácil. Vocês são os que me lembram todos os dias que os dias difíceis passarão e a gente seguirá aqui. Agradeço especialmente ao Cássio, Caio e Pablo, meus irmãos e meu mais sincero ponto de segurança e aos meus pais, Rosane e José Carlos, que nunca mediram esforços para que a gente tivesse o mundo.

Agradeço imensamente à equipe do Dicionário de Favelas Marielle Franco (ICICT/Fiocruz) que me recebeu de braços abertos para colaborar nas pesquisas, sempre com muita generosidade, paciência, cuidado e carinho. Viva nós!

Agradeço às pesquisadoras que aceitaram compor a banca de avaliação da minha dissertação, na qualificação e na defesa. Irme e Roberta foram convidadas não apenas por afinidade teórica, mas por confiança plena nos modos de pensar a pesquisa (e o mundo!) que vocês adotam em suas trajetórias. Obrigado!

Agradeço aos militantes do RUA – Juventude Anticapitalista e da Insurgência, espaços de organização de muitas das indignações que elaboro no presente texto. E ao CAFS, meu eterno CA. Sem ferramentas coletivas capazes de acumular projeto e disputar os rumos da sociedade, nossa indignação perde potência e a resignação toma conta de nós.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa durante todo o percurso no mestrado. É muito difícil formar-se pesquisador num país onde a ciência e as instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão são tão atacadas e sucateadas, ainda que provem a cada dia sua importância para a

sociedade. Aproveito para agradecer aos que não desistem da educação pública no Brasil. Estamos juntos, somos muitos e venceremos!

Por fim, agradeço aos que insurgem contra toda forma de violência, crueldade e opressão. Seguimos firmes na esperança de construir um mundo novo.

*60% dos jovens de periferia*

*Sem antecedentes criminais*

*Já sofreram violência policial*

*A cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras*

*Nas universidades brasileiras*

*Apenas 2% dos alunos são negros*

*(Racionais MC – Capítulo 04, Versículo 03 – 1997)*

Dedico este texto aos que não puderam escrever suas próprias histórias.

Dedico também aos meus pais, Rosane e José Carlos.



## LISTA DE SIGLAS

ADPF	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
BA	Bahia
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CDDHC	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania
CESec	Centro de Estudos sobre Segurança e Cidadania
CETRio	Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CICC	Centro Integrado de Comando e Controle
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
EC95	Emenda Constitucional 95
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GAESP	Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPP	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
ISP	Instituto de Segurança Pública
LAAD	<i>Latin America Aerospace and Defence</i>
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, intersexos e outros
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MP	Ministério Público
MPERJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEА	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMS	Policiais Militares
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RIDEX	<i>Rio International Defense Exhibition</i>
RJ	Rio de Janeiro
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SESGE	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPP	Unidades de Polícia Pacificadora

## RESUMO

A presente dissertação visa discutir os efeitos das políticas públicas de segurança na vida dos jovens em favelas e periferias do Rio de Janeiro. A análise é feita com base em cartografias sobre violações de direitos – especialmente do direito à vida – entre os anos de 2019 e 2021, período marcado por políticas com traços fascistas e pela pandemia do coronavírus. A partir disso, discutimos sobre como se proliferam os processos contemporâneos de militarização. Cenas reais discutidas no decorrer da dissertação desvelam uma racionalidade necroliberal, autoritária e racista, que orienta atuações de Estado em diferentes dimensões, articulando políticas militarizadas inclusive além da sua circunscrição “original” na segurança pública. Sobre as execuções analisadas – de Alan, Ágatha, João Pedro, Rodrigo, Emily e Rebeca – podemos destacar dois elementos: todos são jovens negros e moradores de favelas (perfil majoritário de pessoas mortas pelas polícias no Rio de Janeiro). A reflexão sobre como e em que momento histórico se operaram suas mortes nos ajuda a compreender que modos de vida estão possíveis a tantos outros jovens que vivem em situações semelhantes às que eles viveram, bem como nossas tarefas para a transformação de tal realidade. A orientação metodológica da pesquisa é um diálogo entre a Teoria Ator Rede e o Método Cartográfico de Pesquisa, que nos possibilita discutir as forças constituintes das redes de militarização da vida dos jovens. Acompanhar as referidas redes torna visível os traços necroliberais e racistas nas políticas de segurança pública vigentes, com suas diferentes orientações de trabalho de acordo com marcadores de raça, classe e território, mas também nos convoca a seguir os rastros das mobilizações coletivas de denúncia e enfrentamento ao sistema social que vitimiza jovens negros e pobres todos os dias, tanto nos movimentos sociais quanto em espaços institucionais (seja em organizações da sociedade civil, no parlamento ou na mídia, por exemplo). Com as mobilizações compreendemos que, ainda em momento de intensa militarização da vida dos jovens, há uma série de movimentos que se contrapõe ao necroliberalismo e ao racismo ao propor uma reinvenção do estatuto ontológico da vida por meio da luta política.

**Palavras-chave:** favelas; juventudes; militarização; necroliberalismo; segurança pública.

## ABSTRACT

This master's thesis aims to discuss the effects of public security policies on the lives of young people in the favelas and peripheries of Rio de Janeiro. The analysis is based on cartographies of situations of human rights violations – especially the right to life – between 2019 and 2021, a time with fascist government and marked by the coronavirus pandemic. Real scenes discussed in this research reveal a necroliberal, authoritarian and racist rationality that guides state actions in different dimensions, articulating militarized politics even beyond its “original” circumscription in public safety. About the executions analyzed – Alan, Ágatha, João Pedro, Rodrigo, Emily and Rebeca – we can highlight two elements: all are young black people and residents of favelas (the majority profile of people killed by “law enforcement” in Rio de Janeiro). Reflecting on how and in which historical moment their deaths took place helps us understand which ways of life are possible for so many other young people who live in similar situations to those they have lived, as well as our tasks for the transformation of such a reality. The methodological orientation of the research is a dialogue between the Actor-Network Theory and the Cartographic Method, which allows us to discuss the constituent forces of the networks of militarization young people. Following these networks makes visible the necroliberal and racist traits in the current public security policies, with their different work orientations according to markers of race, class and territory, but it also calls us to follow the trails and collective mobilizations to denounce and confront the social system that victimizes black and poor young people every day, both in social movements and in institutional spaces (whether in civil society organizations, in parliament or in media, for example). With the mobilizations, we understand that even at a time of intense militarization of young people's lives, there are a series of movements that oppose necroliberalism and racism by proposing a reinvention of the ontological status of life.

**Keywords:** favelas; militarization; necroliberalism; public security; youths.

## SUMÁRIO

<b>1 QUANDO COMEÇA UMA HISTÓRIA?</b>	<b>12</b>
<b>2 REFLETINDO O PESQUISAR</b>	<b>21</b>
2.1 O encontro com o “problema da segurança”	29
2.2 Pensar em rede: apostas para a compreensão das dinâmicas sociotécnicas contemporâneas	33
<b>3 UMA HISTÓRIA FLUMINENSE: DESIGUALDADES, VIOLÊNCIAS, NECRO-LIBERALISMO E RESISTÊNCIAS</b>	<b>39</b>
3.1 Rio de Janeiro: dos megaeventos às megaoperações	42
3.1.1 Pensando a militarização na segurança: qual o legado olímpico?	47
3.1.2 Caminhos para o fim do mundo: da intervenção militar à militarização de todas as intervenções	54
3.2 Necroliberalismo à brasileira: “ <i>Cova a gente cava e presídio, se precisar, a gente bota navio em alto mar</i> ”	61
<b>4 CENAS DE MILITARIZAÇÃO NA VIDA DOS JOVENS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>	<b>70</b>
4.1 <i>O sonho dele era entrar no quartel para ajudar a mãe e a avó:</i> Alan Cordeiro, 18 anos	72
4.2 <i>Ela era uma menina amorosa, e digo que manhosa:</i> Ágatha Felix, 8 anos	73
4.3 <i>Ele era um menino muito bom, era estudante:</i> João Pedro Matos, 14 anos	79
4.4 <i>Meu filho era querido, uma pessoa carinhosa, tudo de bom:</i> Rodrigo Cerqueira, 19 anos	82
4.5 <i>Vocês entenderam que essas duas crianças foram assassinadas a tiros, durante mais uma ação da polícia na favela?</i> Emily e Rebeca Santos, 4 e 7 anos	83
4.6 Sobre redes de militarização e contrageografias	85
<b>5 A HISTÓRIA NÃO ACABOU: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIRMOS EM LUTA</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>97</b>



## 1 QUANDO COMEÇA UMA HISTÓRIA?

Dois mil e dezenove. Para uma parte da população brasileira, esse ano começa com ventos de tristeza e apreensão: lideranças políticas ideologicamente ligadas à extrema direita e com acenos ao fascismo foram eleitas para diversos cargos do Poder Executivo – inclusive para a Presidência da República – e tantos outros cargos do poder legislativo. Pessoalmente, é um ano que também marca meu ingresso no Mestrado em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para estudar questões no campo da Segurança Pública e Direitos Humanos, dois temas que ocuparam um lugar de disputa intensa nas eleições passadas.

Tão logo nos damos conta que entramos neste ano, sabíamos que muitos desafios estavam colocados para nós. Um rápido respiro e chegamos ao dia 08 de fevereiro – um dia muito triste, mas importante para o exercício analítico que proponho na presente dissertação: amanhecemos com a notícia<sup>1</sup> de uma das maiores chacinas dos últimos tempos do estado do Rio de Janeiro, operada com requintes de crueldade. Nos morros do Fallet, Fogueteiro e Prazeres, na região central da cidade do Rio de Janeiro, uma operação policial terminou com quinze jovens mortos. Roger Silva, David Silva, Felipe Antunes, Enzo Carvalho, Maikon Silva, Vitor Hugo Silva, Luan de Oliveira, Carlos Alberto Castilho, Jeferson de Oliveira, Gabriel da Silva, Robson da Silva, André Leonardo Dias, Matheus Lima Diniz e Michael da Conceição de Souza. Todos jovens, com idades entre 16 e 22 anos, negros em sua maioria.

Note que apenas 14 jovens foram listados: não é apenas uma desatenção na hora da escrita ou da pesquisa. Simplesmente não há registros públicos de todos os jovens assassinados<sup>2</sup>, nem mesmo o nome de todos eles. As informações disponíveis publicamente são confusas e fragmentadas. A dificuldade em encontrar um nome é simbólica para a pesquisa: tantos jovens como os que foram mortos na Chacina perderam, antes de perder a vida, seu direito à humanidade.

De um lado, a polícia informa que os jovens assassinados tinham relação com o tráfico e que começaram a atirar. Do outro lado, as mães denunciam que há marcas de facadas e

---

<sup>1</sup> PRADO, P.; OLLIVEIRA, C. A guerra prometida no Rio já começou: era uma casa como a sua, virou o cenário de um massacre. **The Intercept\_Brasil**, 08 fev. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/08/rio-massacre-bope-chacina-13-pessoas/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

<sup>2</sup> Adriana Vianna (2019) tece reflexões interessantes sobre os mortos que são, ao mesmo tempo, hipervisibilizados e apagados. Não tem nome, são suspeitos indistintos em corpos pretos, favelados, sem possibilidade de singularização, porque todos são tecidos como selvagens por uma lógica colonial que regula a vida social.

pauladas em alguns dos corpos (o que revela tortura no processo de assassinato) e reivindicam que, mesmo que tivessem qualquer ligação com o tráfico, há um rito processual em que os acusados têm direitos. Nada justifica uma execução. Se havia suposição de conflito com a lei, que os meninos tivessem seus direitos respeitados – acusação, defesa, julgamento, recursos, aplicação de pena ou absolvição... A naturalização da violação dos direitos de setores da população – notadamente negros, negras e pobres – é um grave problema na política de segurança pública e pode gerar, como produto final, agravos à desigualdade social e racial no nosso país.

Apesar de todas as controvérsias postas na mesa, o então Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), que já sofreu um *impeachment* antes mesmo da defesa da presente dissertação, classificou as mortes como uma *ação legítima* do Estado para defender os “cidadãos de bem”<sup>3</sup>. O governador, com seu discurso, fez valer tantas profecias que anunciou durante sua campanha: em 2019, está instaurado um período no qual os esforços do governo estarão comprometidos com o aprofundamento das políticas de segurança de alto impacto – na vida da população jovem, negra e favelada. O episódio ficou conhecido como Chacina do Fallet-Fogueteiro. Vez ou outra, um rastro do horror ganha projeção e, assim, alguns mortos ganham a possibilidade de singularização. Não foi o que aconteceu nesse evento: nem todos os mortos têm identificação; todos são considerados menos humanos e suas mortes não abalaram a opinião pública sobre o governador do Rio de Janeiro à época. Gostaria de não ter novas histórias como essa para contar e que em 2019 o Rio de Janeiro tivesse vivido seu último horror promovido pelo estado. Mas, como veremos durante o texto, a história (que não começa em 2019) não acabou por aí.

Assim como outros episódios que discutiremos no decorrer da dissertação, não é por acaso que a chacina foi realizada em uma favela. O desenvolvimento das políticas de segurança nos territórios durante o período bolsonarista possui particularidades, atravessamentos nacionais e mundiais, mas possui também traços de continuidade de uma racionalidade de pensar a vida em territórios pobres – como as favelas – a partir de uma perspectiva bélica e de guerra que está para muito além das políticas de segurança, muito além das operações policiais. Tomando emprestada a ideia de Bellacasa (2012) de que “nada

---

<sup>3</sup> WITZEL, Wilson. **Hoje recebi o secretário de @PMERJ, Coronel Figueredo, para tratarmos sobre uma das principais pautas do estado: segurança pública.** Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2019. Twitter: @wilsonwitzel. Disponível em: <https://twitter.com/wilsonwitzel/status/1095804255372480512>. Acesso em: 10/06/2020.



vem sem o seu mundo”, façamos uma movimentação de pensar a chacina não como um fato *em si*, mas como um analisador do tempo em que ela é realizada, convidando ao debate as diferentes articulações, disputas e redes (com suas próprias correlações de força) que se relacionam com tal acontecimento. Com isso, há uma expectativa de compreender ao fim da pesquisa as dinâmicas contemporâneas de militarização desenvolvidas no Rio de Janeiro, mas também de pensar as articulações de resistência às violações de direitos.

As ações que nos ajudam a pensar tais dinâmicas contemporâneas são geralmente desenvolvidas no âmbito das políticas públicas de segurança; portanto, em boa parte da dissertação, as colocaremos em discussão. Cabe apresentar um panorama sobre elas, com dados presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 (FBSP, 2020) e no Atlas da Violência de 2020 (IPEA, 2020). Em ambas as sistematizações, é preocupante perceber o aumento do número de casos de mortes decorrentes da atuação policial (2019 é o ano mais letal da história das polícias desde a redemocratização), sendo “99,2% dos mortos homens e 79,1% negros” (FBSP, 2020, p. 12).

É igualmente relevante destacar, dentro desses dados, que entre os anos de 2008 e 2018 as taxas de homicídio entre a população negra aumentaram (hoje são 37,8 a cada 100 mil habitantes) enquanto, de acordo com o Atlas da Violência de 2020 (IPEA, 2020), as taxas entre os não-negros reduziram (chegando a 13,9 a cada 100 mil habitantes). No decorrer do trabalho, exploraremos melhor tais dados e sua expressão no mundo real: quais são as pessoas que são assassinadas? Sob quais justificativas públicas? De quais territórios essas pessoas são? Quem são os homens de bem que são protegidos a qualquer custo e quem são os que devem morrer em nome de uma suposta ordem?

Cabe marcar que a perspectiva militarizada das políticas públicas de segurança é um agravante dos dados que discutimos na presente dissertação. Luiz Eduardo Soares<sup>4</sup> indica que a Polícia Militar nasce logo depois da chegada de D. João VI ao Brasil e discute como sua história é marcada pela violência e brutalidade, inicialmente garantindo a dominação de pessoas escravizadas pelo regime escravocrata. Com a transição democrática, havia uma expectativa de que a polícia representasse uma instituição para garantia de direitos e cuidado das instituições, de forma complementar entre a instituição Civil (trabalho investigativo) e

---

<sup>4</sup> SOARES, L. E. Por que desmilitarizar as polícias? [Entrevista cedida a] Estêvão Bertoni, **Nexo Jornal**, 3 jun. 2019. 1 vídeo (30 min 43 s). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=mncaLit\\_nuM&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=mncaLit_nuM&feature=emb_title). Acesso em: 20/05/2021.

Militar (trabalho ostensivo). Apenas no Brasil tal modelo vigora, de duas instituições distintas, cuja trajetória marca não a complementação das ações, mas muitas vezes a disputa entre elas, sem experiência de coesão.

Outra contribuição importante para entender o debate de militarização, feita pelo Coronel Íbis Pereira<sup>5</sup>, nos lembra que a própria constituição da República é feita por uma proclamação militar e que em diferentes momentos vivemos maiores ou menores intervenções de militares no poder, seja nos vinte e um anos de ditadura civil-militar, seja nas ações das corporações policiais no dia a dia. Segundo ele, não é apenas a presença de militares que torna uma política pública ou um governo militarizado, mas uma racionalidade que organiza sua leitura de mundo a partir da ideia de guerra, de confronto.

Em 1997, os Racionais MC lançam a música *Capítulo 4, versículo 3*, que aparece na epígrafe do presente texto. É preocupante pensar que, ainda que a realidade de acesso às universidades tenha mudado no país<sup>6</sup>, toda uma realidade de violações de direitos ainda é constante para a população negra, especialmente para homens negros jovens. O que ocorreu na Chacina do Fallet-Fogueteiro, infelizmente, não é um caso isolado. O aprofundamento da violência contra esse setor social específico – os jovens negros – nos coloca a urgência de construir um mundo onde a vida digna não seja um privilégio de poucos, mas um direito de todos e todas.

Entre as aulas, orientações, conversas informais e eventos científicos, não foram poucas as vezes que eu<sup>7</sup> escutei que algumas questões não cabem em uma pós-graduação: são problemas de toda uma vida. O que podemos fazer, desse lugar importantíssimo que ocupamos nas universidades, muitas vezes não está dado. E isso é ótimo, pois o exercício de invenção de mundos é um dos mais interessantes que conheço, mas também está entre os mais ousados e perigosos. O tema que discutiremos nas próximas páginas é tentacular. Isto porque,

---

<sup>5</sup> Militares e política no Brasil: compreender e enfrentar. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (116 min 05 s). Publicado pelo canal Insurgência PSOL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-XeIHqqlwcy&t=1s>. Acesso em: 20/06/2021.

<sup>6</sup> As políticas de ação afirmativa para ingresso nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, promulgadas na Lei Federal 12.711 de 2020, são fruto de muitas lutas dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro, e produziram importantes mudanças no acesso de outros sujeitos às universidades. Em 2019, o IBGE apontou que pela primeira vez na história os estudantes pretos e pardos são maioria nas instituições de ensino superior.

<sup>7</sup> Em todo o texto, há uma afirmação da dimensão coletiva de pesquisa que se apresenta com a utilização, em vários momentos, dos sujeitos de pesquisa no plural. Ainda assim, em muitos momentos, para uma melhor compreensão do texto, trabalhamos com o sujeito no singular. Nesse sentido, sem perder de vista as imprescindíveis contribuições de Rosa Pedro e Pedro Paulo Bicalho à formação, tampouco o caráter coletivo das reflexões presentes na dissertação, esbarramos em alguns momentos de maior “singularização” do texto.

num dos países mais violentos do mundo<sup>8</sup>, segurança pública é uma pauta capaz de mobilizar milhões de pessoas, ancoradas nas mais diferentes concepções políticas e, conseqüentemente, com uma diversidade ainda maior de proposições e inquietações. Quem nunca ouviu o mote “direitos humanos para humanos direitos” durante um debate sobre policiamento nas favelas? Quem nunca entrou em um debate sobre pena de morte para “bandidos”?

Nossa história se ancora em desigualdades, que não são coisas intangíveis, mas produzem modos de ser; são componentes no nosso processo de subjetivação<sup>9</sup> e precisam ser compreendidas de forma relacional. Para isso, é importante superar as dicotomias entre objetividade e subjetividade, abstrato e concreto. Varela (2003), ao discutir o desencantamento do abstrato e reencantamento do concreto, problematiza o estatuto epistemológico das metodologias, nos ajudando a pensar que todo conhecimento é inseparável do sujeito cognoscente, da mesma forma que toda experiência cognitiva deve ser pensada a partir da relação estrutura-experiência.

Nós, que pesquisamos a partir da Psicologia, precisamos dialogar com dados “concretos” como os índices de violência e desigualdade, pois tais índices produzem modos de viver e possibilidades de experimentar o mundo (e também são, em muitos momentos, pousos sobre as realidades que nos propomos a intervir). Os produtos da desigualdade criam impedimentos para boa parte da população acessar seus direitos básicos necessários à sobrevivência, como saúde, alimentação, moradia e educação, preservando lugares e poderes sociais, e isso impulsiona uma forte tensão na sociedade. Os passos de continuidade dessa trajetória desigual se expressam num momento histórico onde nós, pesquisadores, militantes, jovens e trabalhadores, sofremos com uma intensa polarização social, somada a uma série nunca antes vista de políticas regressivas de direitos, expressas em medidas como a Emenda

---

<sup>8</sup> Chade (2019) relata que o Brasil é o país com maior número absoluto de homicídios no mundo, de acordo com um levantamento da Organização Mundial da Saúde de 2016 (último ano em que a OMS coletou dados de todos os 190 países que integram a organização). Em termos percentuais, o país fica em 9º lugar (número de assassinados em razão do número total de habitantes em cada país).

<sup>9</sup> A afirmação faz referência à fórmula  $9 \times 10 \times 210 / 400EC$ , pensada pelo psicólogo Marcos Vinicius Matraga de Oliveira

Silva, militante histórico do campo dos direitos humanos que foi brutalmente assassinado em 2016. Segundo o numerador da fórmula: “9” = posição que ocupamos como potência econômica; “10” = lugar que ocupamos na lista de países mais desiguais; “210” = habitantes do Brasil em milhões; no denominador, “400EC” = 400 anos de escravidão e colonização que atravessaram nossa sociedade. Para Marcos, é impossível pensar pistas para uma subjetividade brasileira sem levar em consideração nossas riquezas, nossa desigualdade, nossa grandeza e nossa história de violências.

Constitucional 95<sup>10</sup> (2016), a Reforma Trabalhista<sup>11</sup> (2017) e a Reforma da Previdência<sup>12</sup> (2019), os ataques à cultura e à diversidade, a degradação ambiental desenfreada e estimulada pelos Governos, os ataques à Universidade Pública e à liberdade de pensar e viver. A dignidade humana não era algo tão desvalorizado há muito tempo.

Diante do absoluto desarranjo de qualquer normalidade, no Brasil vivemos uma retórica da desvalorização dos direitos humanos e das conquistas sociais. A partir de 2020, a pandemia do coronavírus, um fato inédito na história recente da humanidade, coloca em outro patamar a nossa definição de “tempos difíceis”, com o agravamento da questão social no país, em particular nas favelas e periferias onde moram os mais pobres, negros e negras. Seja no mundo antes do vírus ou diante da emergência sanitária, a conjuntura brasileira escancara que o consenso das classes dominantes em torno dos lucros vem acompanhado do acirramento das violências – étnica, à biodiversidade, aos povos tradicionais, às mulheres e à população LGBTI+, como nos lembra Bicalho (2019).

De acordo com a Anistia Internacional (2020), um dos efeitos da desigualdade, da corrupção, da violência, da degradação ambiental e do comprometimento das instituições é a violação dos direitos humanos todos os dias. Dessa forma, pensar no que orienta as violências é um exercício triste – e necessário – que fazemos, não apenas como forma de exigir justiça pelos que se foram, mas na tentativa de produzir movimentações que contribuam para uma mudança radical das bases societárias em que vivemos, nas quais se naturalizam práticas de aniquilamento dos que são construídos como perigosos, subversivos ou problemáticos à ordem social.

Em meio a isso tudo, a presente pesquisa começa a se desenhar. No primeiro capítulo, é apresentada a perspectiva metodológica que orienta a produção do estudo, na afirmação das pesquisas de caráter processual e convidando leitores e leitoras a uma reflexão sobre o papel

---

<sup>10</sup> A Emenda Constitucional 95, também conhecida como Emenda do Teto de Gastos Públicos, alterou a Constituição Federal de 1988 para instituir um Novo Regime Fiscal que congela em 20 anos o investimento de governo em áreas públicas, inclusive saúde e educação. Foi aprovada em 2016 após um processo intenso de lutas contrário à aprovação em todo o país, por entender que a medida acirra a desigualdade social e prejudica a maioria da população. Medidas como a taxação de grandes fortunas ou tributos sobre heranças foram propostas como alternativas à época.

<sup>11</sup> A Reforma Trabalhista de 2017 é um conjunto de mudanças na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) do Brasil, reunidas na lei 13.467 de 2017. Sob o pretexto de combater o desemprego e a crise econômica no país, foi duramente criticada pelos movimentos sociais, sendo considerada um grave retrocesso social e de caráter inconstitucional.

<sup>12</sup> Considerada uma das mais graves reformas no período pós golpe, a Reforma da Previdência é uma desarticulação completa da seguridade social, lida por muitos especialistas e militantes como um dos principais agravantes à pobreza e miséria no Brasil a médio e longo prazo.

da ciência para a transformação das realidades que estamos inseridos e para o fortalecimento de insurgências por outro mundo. No segundo momento de pesquisa, apresentamos reflexões sobre pousos recentes da história do Rio, em uma cartografia de tempos tempestivos, necessária para uma pesquisa que se propõe a analisar processos do presente.

O terceiro momento da pesquisa é o que me deixa mais consternado. É o momento onde abrimos a caixa-preta<sup>13</sup>, chegamos aquilo que é considerado irreduzível<sup>14</sup> ao falarmos sobre as redes de militarização, especialmente aquelas que capturam jovens no Rio de Janeiro nas mais diferentes esferas: educação, território, cultura... No caso do Rio de Janeiro, podemos observar a expansão de uma racionalidade<sup>15</sup> militarizada na vida dessa parcela da população, que se expressa na sua forma mais cruel nas intermináveis incursões policiais nas favelas, cujo principal motivação tornada pública é o combate ao comércio varejista de drogas<sup>16</sup>, com práticas recorrentes de violações graves aos direitos individuais e coletivos da população.

Não são novos os conflitos gerados pela polícia em territórios de favelas e periferias, é verdade. O genocídio<sup>17</sup> da população negra pelas mãos do Estado é denunciado há décadas, com protagonismo dos movimentos sociais nas ações de denúncia e oposição. Em 1995, observamos a aprovação de um decreto estadual que instituiu a *Premiação em Pecúnia por Mérito Especial*, projeto que ficou conhecido como “**Gratificação Faroste**” (decreto 21.753/1995). O decreto, promulgado pelo então governador Marcello Alencar (PSDB), é

<sup>13</sup> Na perspectiva de Bruno Latour (2001), caixas pretas são objetos inquestionáveis, válidos, pontos de partida para outras questões, com um grau de confiabilidade alto atribuído. No capítulo de metodologia, o tema é melhor explorado.

<sup>14</sup> Para Foucault (2008a), a ideia de irreduzível remete àquilo que é um limitador regressivo às análises (p. 371).

<sup>15</sup> De acordo com Eduardo Castro (2009), por compreender a razão enquanto algo histórico-fragmentário e múltiplo, Foucault propõe um deslocamento à análise de diferentes formas de racionalidade e como tais formas se inscrevem nas práticas ou sistemas de práticas e qual papel desempenham nelas (p. 735).

<sup>16</sup> Para nós, a problemática em torno da questão de drogas no país envolve debates profundos sobre racismo e criminalização dos modos de viver da população negra. A eleição de algumas drogas para serem classificadas como ilegais é historicamente feita a partir das práticas de controle de tal população. A criminalização, portanto, de algumas práticas é política e operada a partir de uma verdadeira “caça” aos comerciantes varejistas de drogas, trabalhadores de pequenos pontos de distribuição nas regiões mais pobres das cidades. Para reflexões sobre Psicologia e Política de drogas no Brasil, recomendamos a leitura de Barbosa e Bicalho (2014).

<sup>17</sup> Importante salientar que a caracterização do que é vivido pela população negra no Brasil enquanto genocídio se dá tanto pela análise dos dados históricos que apontam um aumento contínuo das estatísticas de violência letal intencional contra negros e uma regressão nos demais grupos étnicos, mas também por aspectos históricos que falam sobre o processo de constituição da sociedade brasileira, que envolve violências específicas contra a população negra (escravização, encarceramento, exclusão). Em ambos os casos, as diversas formas de produção de mortes reais e simbólicas ajudam a entender os contornos de um genocídio que se opera historicamente. No capítulo três, é apresentado de forma mais sistematizada a ideia no contexto brasileiro, a partir da análise de cenas contemporâneas de violação de direitos e resistências.

interessante pois revela algo que viraria prática comum nas políticas de segurança pública no Estado: o estímulo à atividade policial mediado por gratificações e recompensas financeiras (CARVALHO SILVA, 2017). Com o referido decreto, ações consideradas dignas de mérito especial poderiam render até 150% de bonificação sobre os vencimentos dos servidores. Sem descrição de quais atos seriam caracterizados como *mérito especial*, observou-se um aumento na letalidade e brutalidade das ações policiais, como indica Carvalho Silva (2017) ao evidenciar que os efeitos colaterais de tal política pública reorientaram a força de atuação das polícias e são presentes ainda nos dias de hoje, dado que

O surgimento da Gratificação Faroeste atuou como elemento de reafirmação da utilização da força como prática a ser adotada nas instituições policiais, uma vez que o benefício era concedido, sobretudo, aos policiais que a utilizavam em suas atividades [...] Ou seja, por meio da Gratificação Faroeste, o comportamento a ser recompensado seria o do controle social da criminalidade por meio de confrontos, expondo assim não apenas a população, mas também os próprios policiais a situações de risco à integridade física e psicológica. (CARVALHO SILVA, 2017, p. 126)

Chegamos em 2021 sem a validade legislativa da polêmica Gratificação Faroeste, mas em um mesmo chão no qual se acirram as práticas de extermínio operadas pelas polícias fluminenses. O aumento do número de mortes é acompanhado no Rio de Janeiro pela expansão da presença de dispositivos e sistemas tecnológicos, uma espécie de refinamento sádico das práticas e políticas no campo da segurança. Destacam-se as tentativas de compra pelo governador do Rio de drones que atiram, o suposto investimento em tecnologias de biometria facial e a utilização de plataformas aéreas como bases para que as polícias atirassem contra a população – os helicópteros<sup>18</sup> que atiram (G1, 2018; CARNEIRO, 2019).

As tecnopolíticas de morte que se constituem nesse momento (que aliam ação policial nos territórios, monitoramento e utilização de equipamentos tecnológicos, por exemplo) contribuem para que, em 2019, os “resultados” da atuação das polícias do Rio de Janeiro envolvam quase duas mil pessoas assassinadas em operações, duas mil vezes em que pessoas foram mortas – e muitas vezes semelhantes às mortes nos morros do Fallet, Fogueteiro e

---

<sup>18</sup> Sobre o tema, recomenda-se a leitura da pesquisa “Territórios de Exceção: violação de direitos e uso de helicópteros policiais no Rio de Janeiro”, divulgada em 2021 depois de um trabalho intenso realizado pelo MediaLab.UFRJ e Agência Autônoma, em parceria com Redes da Maré, Fogo Cruzado, Pista News, Witness e Rede LAVITS. O trabalho discute aspectos geográficos, psicológicos, jurídicos, trabalhistas e políticos da utilização dos helicópteros como plataforma de tiros na cidade do Rio.

Prazeres. Por mais que em quinze estados da federação tais taxas tenham caído<sup>19</sup>, é no Rio que observamos não apenas a manutenção de uma operação de estado altamente letal, mas o maior aprofundamento de uma atuação que, em muitos bairros, já posiciona o Estado enquanto responsável por mais mortes que aqueles grupos que são caracterizados como bandidos. Durante a pandemia do coronavírus, inclusive, há um aprofundamento das operações policiais e das práticas de extermínio promovidas nos territórios mais pobres. De acordo com os dados reunidos pela Rede de Observatórios da Segurança (2020a), mesmo que num primeiro momento da pandemia as operações tenham sido reduzidas, a aposta em uma atuação violenta e letal logo foi restabelecida, com aumento do percentual de operações policiais em meses como abril e maio de 2020. Em 2021, durante o período mais letal da pandemia até então, vivemos um dos tristes momentos em que a polícia produz o horror na vida da população favelada: no Jacarezinho, em 05 de maio de 2021, uma megaoperação vitimiza cerca de 30 pessoas. O episódio, que ficaria conhecido como Chacina do Jacarezinho<sup>20</sup>, é a mais letal chacina da história do estado – cabe salientar que, neste período, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limita as operações em favelas em função da pandemia do coronavírus.

Nesse momento de pesquisa, há também uma análise preliminar dos efeitos da pandemia na política de segurança, revelando e aprofundando o debate que Mbembe (2020) caracteriza como necroliberalismo. Os desafios de hoje passam por pensar a segurança – das pessoas e dos direitos – e táticas para sua efetivação plena. Nesse sentido, são discutidas também algumas pistas a partir das mobilizações locais, articulações dos favelados (especialmente jovens favelados) contra as políticas de morte.

Ao mesmo tempo que o caminho de pesquisa nos convoca a discutir a situação dos jovens negros, também nos ajuda a visibilizar que a juventude é um importante setor nas mobilizações de resistências, na articulação de espaços de cultura como resistência, na defesa da educação não militarizada e com pensamento crítico, contra as políticas de guerra às drogas, em defesa do direito à cidade para todos e todas e em várias outras lutas. A partir

---

<sup>19</sup> G1. Monitor da Violência: assassinatos caem em 2019, mas letalidade policial aumenta; nº de presos provisórios volta a crescer. **Portal G1**, 16 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/16/monitor-da-violencia-assassinatos-caem-em-2019-mas-letalidade-policial-aumenta-no-de-presos-provisorios-volta-a-crescer.ghtml>. Acesso em: 08/01/2020.

<sup>20</sup> Chacina do Jacarezinho. **WikiFavelas**. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Chacina do Jacarezinho](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Chacina_do_Jacarezinho). Acesso em: 06 jul. 2021.

disso, nas considerações finais, ficam elencados alguns motivos pelos quais afirmamos e apostamos no coletivo enquanto espaço de tessitura de resistências. Inspirado nas lutas sociais por outra política de segurança, apresento nesta dissertação algumas elaborações em torno do tema, na esperança de contribuir para a transformação das condições de vida da população, indicando saídas no campo da segurança que sejam democráticas, eticamente referenciadas e que respeitam os direitos humanos e a diversidade.



## 2 REFLETINDO O PESQUISAR

Investigar é um processo difícil. Sobretudo quando os temas que nos propomos a refletir são tão caros a nós, nos mobilizam no presente. A importância desse exercício investigativo, portanto, cobra uma série de esforços também no campo da metodologia, no processo de organizar e pensar quais são nossos companheiros de estrada (sejam eles textos, práticas, políticas de pesquisa, planejamentos, grupos de pesquisa e orientação, pessoas, campo de pesquisa...). No presente capítulo, dialogamos com algumas ferramentas que ajudam a desenrolar o processo de pesquisar e construir a dissertação. Gostaria de começar do meio de todas as coisas – uma das orientações que guardo com carinho dos meus grupos de orientação coordenados pela Rosa. Vamos imaginar um grande cruzamento ou uma bifurcação.

A imagem que gostaria de referenciar é a de um horizonte com possibilidades. Poderíamos seguir, nesse momento, numa lógica prescritiva, trabalhando a partir de metodologias que, de antemão, nos indicam por onde seguir (e que nos pedem o resultado antes mesmo da reflexão); mas também podemos trabalhar de forma inventiva, exploratória, em que nos lançamos ao mundo para entender o que é possível, o que nos convoca ao pesquisar, o que se destaca aos nossos olhos. Gosto de caminhar nessa segunda alternativa, exercendo autonomia<sup>21</sup> para eleger os caminhos no ato de caminhar, como diz o poeta Antônio Machado (1992): “não há caminho, se faz caminho ao caminhar”.

Assim como não há caminho de antemão, também não há realidade de antemão (MOL, 1999) que nos espera para ser desvendada, mas esta é efeito de uma série de práticas, de diálogos, disputas e esforços de construção. E, ao entender melhor esta composição, podemos investir no fortalecimento de determinadas redes para transformação das realidades. Como, em nossa política ontológica de pesquisa (MOL, 1999), podemos trabalhar para criar mundos onde outras práticas sejam possíveis (onde o debate de segurança pública seja orientado pelo respeito aos direitos humanos e a vida dos jovens não seja exterminada todos os dias)? Como nossa política de pesquisa se desenvolve na compreensão dessa complexidade? Despret

---

<sup>21</sup> Para Latour (2012), quanto mais vinculados, mais livres. A qualidade dos nossos vínculos com o mundo é o que nos proporciona a possibilidade de liberdade e, portanto, de autonomia. A ideia de autonomia que trabalhamos aqui não diz respeito ao processo de autonomização ou rompimento com o mundo, mas de exercício de liberdades justamente a partir das possibilidades que estão colocadas – ou, em outras palavras, da qualidade dos vínculos estabelecidos.

(2011) nos ajuda a pensar numa prática que mais se interessa pela transformação que pode produzir, sem abrir mão do conhecimento das condições em que tal prática se desenvolve.

Nas ciências humanas, os dissensos parecem mais comuns que os consensos. Latour (1994) discute sobre isso ao apresentar os resquícios da modernidade nas ciências, a partir da consideração de que nós, das humanidades, não trabalhamos com coisas consideradas palpáveis. Justamente por isso, estaríamos sempre em busca da pureza, desconsiderando os hibridismos e a materialidade daquilo que pesquisamos. Consensos sobre processos em curso são ainda mais difíceis: talvez esse seja um motivo da diversidade de análises de conjuntura sobre o momento atual – e, por conseguinte, de propostas concretas e unitárias de movimentações sociais, políticas e econômicas a serem seguidas. A mesma diversidade de ângulos e parâmetros para a construção de análises pode produzir como efeito uma sensação de que qualquer régua para a construção das pesquisas é arbitrária e que, em último cenário, nenhuma delas é realmente útil.

Reivindicar a diversidade de pensar e agir no mundo como algo positivo é um trabalho difícil, sobretudo em tempos nos quais as sínteses parecem se inviabilizar ao passo que são propostas. O comum e o compartilhado têm sido progressivamente desconstruídos em seus sentidos originais, numa substituição pelas orientações de caráter individual, pela diferença marcada, pela impossibilidade de construir consensos. Talvez, diante desse cenário, o papel do cientista não seja resolver os conflitos e encontrar verdades definitivas, mas aceitar e coexistir com as necessárias polêmicas (ARENDT; MORAES, 2016) para avançar nas formulações de pesquisa. Latour (1994), inclusive, é mais incisivo nesse aspecto, ao afirmar que tais verdades definitivas nunca existiram<sup>22</sup>; logo, nosso papel não é as encontrar, ainda que seja possível investigar o que fabrica essas pretensas “verdades”. Não devemos encontrar o humano digno de ter direitos. Não queremos, tampouco, investir na polarização pela polarização. Visibilizar os rastros da discriminação nos ajuda a disputar um mundo em que a diferença não seja motivo para aniquilamentos e violências.

...

---

<sup>22</sup> O debate sobre as verdades é muito importante. Em tempos de *fake news* e negacionismos, não queremos dizer que verdades não existem. Não é isso que Latour defende em suas obras também. O que exploramos aqui é que é essencial entender que essas verdades só existem porque foram fabricadas e, analisando o seu processo de fabricação, podemos entender o que as compõe – no caso da militarização da vida dos jovens em favelas, podemos dizer que há presentidão dos processos de escravização e colonização, que o racismo é uma força que estrutura as políticas e subjetiva a população, que o racismo é uma força que diminui a humanidade de certas pessoas e legitima suas mortes.

Entro no mestrado em março de 2019 com a intenção de pesquisar sobre a Intervenção Militar que ocorreu no estado do Rio de Janeiro no ano anterior, pensando as lógicas de controle do Estado diante de uma parcela da população, notadamente negra e moradora das favelas e periferias. Queria visibilizar, com o processo de pesquisa, as linhas de composição de um Estado no qual não só se implementam a todo instante novos processos de militarização – com a ocupação militar nos territórios, nas escolas, na política institucional, na forma de pensar e gerir o mundo, por exemplo –, mas também refletir sobre o desejo que é produzido na população por mais e mais políticas de tal natureza, inclusive dialogando com Mbembe e a ideia de que nas democracias liberais há um desejo de não viver com o semelhante, no que o filósofo caracteriza como “a sociedade da inimizade” (MBEMBE, 2017, p. 72).

Não contava com tantas mudanças no cenário político do Brasil – e do Rio de Janeiro em particular, que torna o debate sobre segurança pública e direitos humanos ainda mais urgente, dado que há uma acentuação de índices de letalidade policial e de denúncias de violações de direitos humanos desde o início do governo, como pode ser notado no caso do Fallett-Fogueteiro relatado anteriormente. A análise do laboratório da minha pesquisa<sup>23</sup>, mesmo que preliminarmente, já aponta que aqui senti pela primeira vez que algo estava errado. Talvez, não errado, mas substancialmente diferente do esperado (o que não é exclusivamente ruim). O meu dispositivo de pesquisa – a intervenção militar – havia esfriado<sup>24</sup>. Não se sustentava mais enquanto uma ferramenta para ver e falar sobre a lógica de militarização na cidade, porque aquela forma de militarização já havia sido: a) naturalizada em muitos aspectos; e b) substituída por uma forma ainda mais agressiva e letal.

A falta de diálogo e participação popular no processo de gestão das políticas públicas é marcante, com um preocupante modelo que consideramos intervencionista, especialmente nas

---

<sup>23</sup> A expressão “laboratório da pesquisa” é uma referência ao debate de Bruno Latour (2016) em *Cogitamus*, onde o autor sustenta a importância de visibilizarmos os laboratórios de pesquisa inclusive nas humanidades, mesmo que nesse campo do saber os laboratórios sejam compostos de outras coisas que não tubos de ensaio, bancadas e microscópios – isso é um tema recorrente no seu curso de ‘Humanidades Científicas’, narrado no livro. Arendt (2016) comenta que nossos projetos são transformados de forma recorrente a partir de nossa ida a campo, no contato com nossos grupos de orientação, com nossas leituras, num trabalho que é sempre coletivo.

<sup>24</sup> Pensando a noção de dispositivo à luz da Teoria Ator-Rede, podemos dizer que a perda de potência é uma situação em que a controvérsia esfriou, ou seja, perdeu o relevo expressivo que nos permitia discutir determinado tema. Essa movimentação pode ser encarada como algo comum, dado que o processo de habitação do campo nos apresenta desvios, chamando nossa atenção para questões outras. No caso da intervenção, o processo de habitar o campo mostra que há coisas mais quentes e até mesmo mais interessantes para o desenvolvimento da pesquisa – e acreditamos que acolher tais desvios é uma atitude ética com o campo.

políticas públicas de segurança: a primeira (e única) Conferência Nacional de Segurança Pública e Defesa Social ocorre apenas em 2009 e o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social é instituído em 2010, tendo vivido por apenas um mandato, ainda que a Constituição de 1988 preveja que o controle social deve ser constante<sup>25</sup>. Se as políticas de segurança não são pensadas de forma coletiva e democrática no conjunto da sociedade, qualquer ação nesse âmbito sempre será uma intervenção – ainda que algumas mais severas que outras.

Sem espaços coletivos de elaboração, sem democracia, a potência das políticas públicas é esvaziada e, no caso da Segurança Pública, vemos ganhar espaço uma lógica que remonta à gratificação faroeste: absolutamente centrada na atuação policial, altamente letal e ineficaz. A complexa articulação que produz as políticas públicas de segurança não pode ser reduzida apenas à operação policial. Para além das instituições, devemos olhar para a racionalidade que orienta suas práticas, analisando o que as constitui.

Nesse sentido, cabe lembrar que os problemas colocados pelos estudiosos, trabalhadores e militantes do campo não são exatamente novos. A história mostra diferentes mecanismos de dominação – muitos deles operados pelo Estado – que tentaram exterminar populações, especialmente a população negra. A colonialidade do poder não é expressa somente pela existência de uma instituição chamada Polícia Militar, por exemplo, mas é vista no processo de genocídio que é operado por tal corporação contra os jovens negros nas favelas e periferias.

E isso é apenas a ponta do *iceberg*. Esse momento fez algumas coisas mudarem e eu escolher, dentre tantos caminhos possíveis, um inesperado caminho para trabalhar: entendendo que talvez o debate em torno da intervenção já não fosse o centro da minha discussão sobre a política de segurança pública no Rio de Janeiro, pude avançar numa pesquisa que encontrou outros pontos de tensão, outros momentos para análise. Temas quentes, como a intervenção, também esfriam. Cabe a nós, pesquisadores e pesquisadoras,

---

<sup>25</sup> Pensar sobre isso nos ajuda a situar também a Psicologia e a nossa própria dissertação nesse cenário. Se o Estado Brasileiro ainda não acolheu a importância de debater de forma ampla e democrática sobre o tema, a vida dos que pesquisam e produzem intervenções sobre a política pública também fica mais difícil. Os indicadores oficiais não dão conta dos problemas de pesquisa, as racionalidades que orientam as políticas públicas não são debatidas com a sociedade; a democracia é vilipendiada. Discutir sobre a inexistência de espaço para controle social e participação popular nas políticas públicas de segurança nos ajuda a entender a importância de termos cada vez mais teses, dissertações e pesquisas em geral na sociedade civil comprometidas em ampliar as vozes que são silenciadas pelo estado quando tentam se levantar sobre o tema.

quando abertos ao campo, entendermos que esse processo de habitar o campo e permitir-se seguir seus fluxos pode, muitas vezes, significar ser lançado para um desvio. Como canta Chico César, *caminho se conhece andando, então vez em quando é bom se perder*<sup>26</sup>.

Aqui, gostaria de sinalizar que há uma afirmação explícita na elaboração do presente texto que passa por convidar os desvios, os erros, os momentos onde quis virar do avesso o tema e começar de novo, enfim, muitos dos desafios que são componentes da pesquisa, logo, importantes de comparecerem no texto (GUARESCHI; HÜNING, 2010). Para Latour (1987), é nos nossos textos que fazemos valer todas as experimentações sobre nossos estudos, é onde organizamos nossas teorias e as confrontamos. E é por isso, como apontam David, Pedro e Bicalho (2014), que devemos convocar ao texto aquilo que nos desafia, nos desvia, nos surpreende; não como uma margem de erro da pesquisa ou uma variável estranha, mas como possibilidade de uma nova versão. Em outra proposição, Latour (2012) diz que é importante recompor os desafios para dar vida ao texto, desmontar aquela aparência aborrecida e sem vida; então, vou pedir licença para contar os momentos em que tive medo e frustração ou o estômago embrulhou. Também os felizes, onde a pesquisa caminhou bem.

Então, poucos meses depois do ingresso no mestrado e a partir dos desvios que a própria pesquisa foi indicando, já não me fazia sentido falar unicamente daquela intervenção. Decidi reorganizar o estudo na tentativa de compreender os novos processos de militarização que incidem no Rio de Janeiro a partir de 2019<sup>27</sup>, com ênfase nas suas políticas que dizimam as possibilidades de viver dos jovens periféricos e/ou favelados e majoritariamente negros. A intervenção como problema central já parecia algo distante (em muitos graus parecia inclusive banalizado e naturalizado em todas as esferas da vida social). Em 2020, há mais ministros militares no Governo Federal de Jair Bolsonaro que havia durante qualquer governo da Ditadura Militar – somando os militares que passaram por cargos de confiança entre 2019 e 2020 são ao todo 254, presentes em 23 das 25 pastas ministeriais, exceto o Ministério do Turismo e Banco Central até o momento da conclusão do texto.

Nesse momento, fica evidente que apostar em atitudes processuais de pesquisa é potente para o desenvolvimento do trabalho. O meu “objeto” de pesquisa deixa de ser um

<sup>26</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=jgFciO8zl1g>. Acesso em 10/08/2021.

<sup>27</sup> A escolha se dá pela “inauguração” de um novo momento de formulação e aplicação de políticas públicas no país, com a eleição de novos dirigentes para o Governo Federal e para os Governos Estaduais. No caso do Rio de Janeiro, acontece um maior alinhamento entre as duas esferas: Jair Bolsonaro (PSL) e Wilson Witzel (PSC) compõem um mesmo campo político de extrema-direita, com elementos neofascistas em seus governos. O tema é desenvolvido no próximo capítulo.

objeto parado e que se finda em si. Não é sobre a intervenção, a arma, o policial, a favela, mas sobre forças que permeiam todos esses atores. Não é sobre a forma da política pública, não é para debater se a operação é pela Polícia Civil, Militar ou Exército; é para pensar as forças que permeiam a política. Estudar uma coisa estática, no contexto de intensa transformação e reorganização da vida, pode não ser suficiente para produzir intervenções qualificadas no mundo. Ainda mais se consideramos que a presente pesquisa foi atravessada por uma pandemia.

Assim, a pesquisa que se propõe a entender uma lógica de funcionamento – que pode se manifestar na intervenção, mas também nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), nas megaoperações de segurança, nas escolas militares... – é interessante, pois consegue dar vitalidade aos resultados para além do momento em que se captura um estrato do mundo para análise. Não que ela seja atemporal; não é sobre isso que nós defendemos quando usamos da atitude cartográfica enquanto política de pesquisa conforme proposta por Deleuze e Guattari (2011) no capítulo de introdução do livro ‘Mil Platôs’, ao apresentarem uma forma de ver o mundo que compreende a multiplicidade dele, que é crítica à visão reducionista dos pensamentos cartesianos e dualistas sobre a realidade. A cartografia, que entende o mundo enquanto algo que é movente e dinâmico, consegue entender que o processo de produção das pesquisas pode demandar desvios ou reorganizações a partir do contato com o mundo. Começa a se desenhar nesse momento um diálogo mais intenso com a afirmação dos modos de conhecer a realidade que sejam processuais enquanto uma ética de trabalho interessante.

Nesse desejo de mudar alguns pilares do trabalho, surge uma outra questão extremamente importante que diz respeito a uma “dupla vinculação” ao tema que me convoca a pesquisar. Todo um processo de precarização da vida que é comum aos moradores dessas regiões também é, de alguma forma, presente na minha vida. Numa outra camada dessa caracterização, também sou pesquisador, vinculado a um Programa de Pós-Graduação na Universidade Federal do Rio de Janeiro e a um grupo de pesquisas sobre favelas na Fundação Oswaldo Cruz, que constrói o Dicionário de Favelas Marielle Franco<sup>28</sup>.

Em muitos momentos, este vínculo duplo foi um grande problema na minha cabeça: é sobre ser sujeito e pesquisador de um mesmo campo; é sobre, numa lógica ortodoxa de

---

<sup>28</sup> Plataforma virtual de acesso público para a produção e veiculação de conhecimentos sobre favelas e periferias. Visa estimular e permitir a coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas por meio da articulação de uma rede de parceiros que se dedicam a este tema, tanto nas universidades quanto nas instituições e coletivos existentes nestes territórios (WIKIFAVELAS).

pesquisa, ser pesquisador e objeto. Qual meu papel nos fóruns, nos atos, nos movimentos sociais, na universidade, no meu bairro? Quando sou pesquisador e quando sou militante? Posso instrumentalizar minha pesquisa para fortalecer minha militância e as resistências dos territórios que habito? Posso fazer a minha pesquisa dialogar com tantos aprendizados da militância? A resposta de todas as questões talvez eu não tenha, mas pude compreender que não milito porque sou pesquisador nem sou pesquisador nessa área porque milito.

O encontro dessas duas dimensões da minha vida, que nunca soube onde começam e onde terminam, é hoje o momento produtor de sentidos novos em ambas. A convocação a refletir não existe deslocada da convocação a incidir na realidade, até mesmo porque nosso processo de pesquisa e reflexão também se dá incidindo no mundo. Esta compreensão assenta-se na ideia de que a atividade do pesquisador é simultaneamente epistemológica, política e ética (PEDRO, 2010). David, Pedro e Bicalho (2014) ressaltam também que é importante entender, sobretudo na afirmação das políticas processuais de pesquisa, que toda pesquisa é também uma intervenção. Os efeitos do pesquisar não são apenas a elaboração de relatórios, mas uma imbricação profunda entre pesquisa, pesquisador, campo, expectativas e tantos outros elementos que resultam em múltiplos efeitos, sem perder do horizonte a nossa responsabilidade, enquanto pesquisadores, com os locais onde as reflexões de pesquisa se assentam, fugindo de perspectivas utilitaristas.

A tensão inicial se organiza e dá espaço a outros sentimentos, sobretudo a partir da leitura de Barros e Kastrup (2015) quando expandem a compreensão sobre o tema e nos revelam que esse sentimento de insegurança surge, em parte, por sermos ensinados a fazer-ciência com a necessidade de neutralidade e separação sujeito-objeto, marcos da ciência moderna<sup>29</sup> que nunca conseguirão ser supridos, dada a dinâmica articulada e tentacular da realidade, do mundo, da vida. Combater tal lógica é importante para o fortalecimento do que acredito enquanto política de pesquisa, sobretudo quando os temas pesquisados são intensamente polêmicos no dia a dia da população. Entre “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos para todos”, há uma infinidade de posicionamentos éticos e políticos.

---

<sup>29</sup> O questionamento que apresentamos sobre a ciência moderna não deve ser lido enquanto uma desvalorização da racionalidade científica. Pelo contrário. O esforço que fazemos, ao defendermos outros caminhos de desenvolvimento da ciência, valoriza e defende a ciência, tanto que a quer mais democrática, mais plural, mais dinâmica, com capacidade de contribuir na elaboração de respostas aos principais problemas da população, bem como na invenção de novos mundos.

Fazer pesquisa sem compreender isso não é interessante aqui. Compreendo que não existe objetividade sem subjetividade (tampouco o oposto) e, talvez, só seja possível uma pesquisa nos marcos que a minha tem se construído por ser uma pessoa que habita o campo com tantas vinculações, com tantas diferenças, com orgulho de todas elas e com o cuidado diante de tamanha responsabilidade. Não é exatamente um movimento de falar “de dentro da barriga do monstro” (HARAWAY, 2009), mas também sobre afirmar a produção de conhecimentos enquanto prática situada, marcada pela experiência de produzi-lo. Como sustentam Passos e Barros (2009), todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, com influência de valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças e outros aspectos correlatos. É um pouco da nossa tarefa nesse processo visibilizar essas diferentes questões no texto: não apaziguar possíveis conflitos, mas trabalhar para o estranhamento manter-se presente, conseguindo mapear diferentes posições que estão presentes no processo de produção da realidade.

É importante trazer ao debate também as contribuições de Marconi (2017) sobre a construção dos saberes desde as periferias, com movimentações de rupturas epistemológicas. Por muito tempo, em função de uma construção de Universidade pouco permeável aos pobres, negros e trabalhadores, quem contava os contos da periferia eram sujeitos que olhavam para esse lugar numa perspectiva fetichizada, muitas vezes preconceituosa e exotizante. Superar as barreiras e popularizar as universidades, permitindo que os contos das periferias sejam contados pelos que vivem a periferia, implica num novo paradigma de produção de conhecimentos e elaboração de intervenções sociais, econômicas, políticas e tecnológicas para essa parcela da sociedade.

Arendt e Moraes (2016) refletem também sobre o tema da objetividade, importantíssimo e sempre presente nos debates metodológicos de pesquisa. A objetividade científica não é possível, pois representa a demanda por um desengajamento e um afastamento do tema de pesquisa a fim de produzir saberes purificados. Como ressaltam os pesquisadores, esta objetividade é um projeto político e epistemológico de pesquisas que se tece justamente numa perspectiva liberal de igualdade, de que todos partem dos mesmos locais, de que uma ciência deve dar as respostas universais aos problemas do mundo. Com respeito, discordo dessa forma de se pensar a política de pesquisa; contudo, as nossas respostas devem assumir um caráter que vá além de negar as proposições pretensiosamente



científicas, impossíveis de serem realizadas, indicando, por exemplo, que não há objetividade sem subjetividade, que apagar do conhecimento os rastros de sua composição reduz seu potencial. Indica, sobretudo, que não há conhecimento sem mediação, isto é, sem ser tecido num conjunto de relações, de conexões (ARENDT; MORAES, 2016).

Silveira e Conti (2016) afirmam que se escreve com a experiência, colocando em diálogo o que nos passa, nos toca e nos acontece com o campo de pesquisa; é importante, no processo de escrita, fazer aparecer as hesitações, controvérsias, o processo de escolhas sobre o que entra e o que sai, enfim, diferentes dimensões que compõem o processo de pesquisar. Uma importante questão que Pedro (2010) aponta é que o método proposto sob a égide da cartografia não é um método subjetivista: ainda que se contraponha ao método “objetivista” das ciências tradicionais, sua diferença reside em momentos que ampliam a racionalidade da forma de produzir ciência, ampliando as discussões sobre os caminhos de trabalho, traduções e versões controversas que aparecem no processo de pesquisar. O conhecimento, como o materialismo nos ensina, é algo histórico e situacional, tendo seu desenvolvimento intrinsecamente relacionado com seu modo de produção e com as relações de raça e classe envolvidas.

## **2.1 O encontro com o “problema da segurança”**

As reflexões reunidas aqui foram organizadas a partir de março de 2019, mas são muito mais antigas que a ideia de cursar o mestrado. Como apresentado anteriormente, há uma experiência que é comum a muitos moradores da periferia e das favelas no Rio de Janeiro que passa por conviver em seu território com dezenas de pessoas fortemente armadas, carros de polícia, veículos blindados, câmeras de vigilância, helicópteros; ao mesmo tempo que vê sua realidade na televisão, nos filmes, nas novelas e nos jornais tratada de maneiras que quase sempre criminalizam os moradores, sua cultura, suas relações interpessoais e práticas cotidianas. Podemos pensar sobre essa experiência ainda do lugar das duras normativas, legislações, decretos, relatórios.... Enfim: o que quero dizer é que há muitos atores envolvidos na produção dos efeitos que compõem a dinâmica sociotécnica da cidade, inclusive quando pensamos na questão da segurança.

Sou nascido e criado nas periferias do Rio de Janeiro, tendo morado a maior parte da minha vida num bairro de fronteira entre a capital e a Baixada Fluminense. Para cursar a graduação, “viajei” para o outro lado da cidade durante alguns anos, vez que o curso de graduação em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem a maioria de suas aulas no campus da Praia Vermelha<sup>30</sup>, que fica localizado na Zona Sul da cidade. A movimentação de cruzar a cidade todos os dias produz comparações encarnadas das versões de cidade que estão disponíveis de acordo com marcadores de território, raça, classe, gênero e orientação sexual – e ainda há quem diga que todos têm as mesmas oportunidades nessa sociedade.

Desde muito cedo, fico incomodado com muitas dessas contradições que a maioria da população – aqueles que produzem cotidianamente as condições para reprodução da vida – é submetida todos os dias. Transporte ruim, habitações precárias, problemas financeiros, alimentação ruim e convívio com uma violenta política de segurança pública são alguns exemplos. Muitas das críticas passam por uma experimentação da cidade em sua dimensão mais desigual – que é retratada pelo geógrafo e marxista David Harvey (2012), ao sustentar que a cidade é um fenômeno de classe (e raça, no caso da formação histórica do Brasil), marcada por uma história de urbanização na qual os recursos são distribuídos de forma desigual entre os locais destinados aos ricos e aos pobres. Fanon também discute sobre tais diferenças, em “Os Condenados da Terra”: no começo do livro, ao comparar as cidades “disponíveis” para os colonos e colonizados, as diferenças encontradas são enormes. Podemos dizer inclusive que as cidades são “radicalmente opostas” (FANON, 1968, p. 35). Enquanto a cidade do colono é sólida, segura, tem estrutura e está sempre limpa, a cidade dos colonizados é sempre suja e o povo que a frequenta é considerado menos gente. Santos (2020) indica a presentidão nos processos de escravização e colonização como um elemento importante para discutir a lógica constituinte das cidades contemporâneas, pois

[...] a colonização produziu o colono, que se coloca como a referência universal de ser, de se portar, de se vestir, de trabalho, e por consequência a referência do morar, da edificação de prédios. E produziu também o colonizado, que só pode ser visto

---

<sup>30</sup> O Campus da Praia Vermelha da UFRJ fica localizado no bairro da Urca, um dos bairros mais tradicionais do Rio de Janeiro, onde fica localizado o famoso “bondinho do Pão de Açúcar”. Importante salientar que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro é de 0,952, um dos melhores do município (13ª posição). A média estadual é de 0,799. A renda média no bairro é de R\$ 4.002,57, enquanto no Estado o valor é de R\$ 1.492,63, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020). Já o meu bairro de origem, a Pavuna, é um bairro cuja renda média é de R\$ 635,21 e figura entre os piores IDH do município.

aquém do colono até mesmo na concepção do ser. Ao coisificar os escravizados, tornando-os instrumento para produção, eles também estão sujeitos a descartabilidade. Essa política reverbera hoje tornando determinados corpos e territórios descartáveis. Corpos negros e territórios onde os negros habitam (SANTOS, 2020, p. 29).

Nos diferentes trabalhos citados, podemos compreender melhor que a vivência e a experimentação das principais contradições da vida se dão na cidade: seja no acesso à educação, saúde, moradia e trabalho, seja nos atravessamentos da insegurança no dia a dia; enfim, todo um cenário que se apresenta para nós, no encontro com o outro, nas ruas e vielas. É nesse momento que a contradição se apresenta com força – e não foi diferente comigo.

Por volta de 2015 (mesmo período em que comecei a frequentar a Zona Sul da cidade, em função do início da graduação na UFRJ), tive meus primeiros encontros com o debate de segurança pública – não que, como jovem e morador da periferia urbana, o contato com muitos policiais no território, normas específicas, armamentos e veículos blindados fosse algo novo, mas nunca parei para refletir sobre eles, porque, de alguma forma, parece que eles sempre estiveram ali e sempre estarão<sup>31</sup>. Ainda assim, a primeira vez que participei de debates sobre o tema eu não saí convencido de nada. Em 2016, durante as eleições municipais para a cidade do Rio de Janeiro, uma das principais polêmicas entre os candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro virou uma piada sobre o campo político progressista. À época, Marcelo Freixo, candidato pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apresentou em seu pacote de políticas de segurança, entre outras coisas, que a iluminação e poda das árvores eram fatores importantes na construção da sensação de segurança. Aquilo que virou um escárnio entre setores da população fazia sentido na minha cabeça, mas só alguns anos depois eu entendi o motivo: Rafael Castro (2008) me fez compreender que tão importante quanto produzir um ambiente “realmente seguro” é construir a sensação de segurança para as pessoas.

No Rio de Janeiro, um belo exemplo disso é a Operação Praia, que ocorre durante o período de verão com a finalidade de aumentar a sensação de segurança nas orlas. Promovida pela Polícia Militar em conjunto com outros órgãos públicos, a operação consiste em aumentar o número de policiais em atividade nas praias cariocas, com apoio de veículos

---

<sup>31</sup> Em “O pensamento da direita hoje” (1967), Simone de Beauvoir apresenta que a naturalização é um dos artifícios que a direita utiliza para desmobilizar lutas por mudanças. Quando sedimentamos subjetivamente que alguma coisa “sempre foi assim”, há uma projeção de que também sempre o será, eliminando qualquer perspectiva de mudança. Diante disso, o diálogo com Brecht, é fundamental: ‘não aceitemos o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural’ (BRECHT, 1982).

terrestres e aéreos, bem como câmeras de videomonitoramento. Bonamigo (2008), ao analisar a categoria ‘violência’, ressalta que tal categoria comporta múltiplos significados na contemporaneidade e que as práticas consideradas violentas são distintas entre si, o que nos leva a compreender que podem também se apresentar e serem apropriadas de diferentes formas para e por cada pessoa, grupo e instituição. Nesse sentido, combater as práticas de violência requer, necessariamente, ações diversas, mas não dispersas. Ou seja: ao mesmo tempo em que se operam ações “objetivas” no sentido de combate à suposta criminalidade, é importante que alterações significativas sejam promovidas no tecido social para que uma produção “subjativa” de segurança seja efetivada<sup>32</sup>.

No texto do meu trabalho de conclusão de curso em Psicologia (SILVA, 2019), elaboro um pouco sobre o papel que os dispositivos de vigilância desempenham nesse sentido, de constituir um espaço mais seguro na dimensão subjativa. A construção de espaços seguros mobiliza noções de iluminação, acessibilidade, abrigo da chuva e sol e diversos outros pontos. O que o candidato trazia em seu programa perdia o sentido quando desconectado de um plano mais amplo de segurança porque sua coerência se constrói a partir de uma rede específica, na análise dos encontros, e não na compreensão de cada ator separadamente. Até porque, se analisadas descoladas da rede onde constrói seu sentido, uma política como a das câmeras de vigilância pode produzir sentimentos não só de segurança coletiva, mas de controle individual, espionagem, entre outros. No fim das contas, o debate ficou perdido por aí. O importante é que depois disso tudo comecei a ler mais sobre milícias, tráfico, violência policial e tantas outras questões componentes dessa grande rede que chamamos de segurança pública.

Aqui, a noção de redes, ainda que rudimentar, já se apresentava, na compreensão dos problemas à luz da análise de sua dimensão sociotécnica. Pouco tempo depois, o tema começa a se apresentar de forma mais organizada na minha vida. A elaboração e sistematização teórica entre Segurança Pública e Psicologia aparece, num primeiro momento, na disciplina eletiva de Criminologia, ministrada em 2018 por Pedro Paulo Bicalho e Céu Cavalcanti. Publicamos, Pedro e eu, um texto que analisa a atualidade da racionalidade positivista

---

<sup>32</sup> Especificamente no caso de poda de árvores e iluminação, há literatura que reflete sobre a relação de iluminação e ocorrência de ações violentas. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) discute sobre o tema no caderno temático “Construção de uma nova narrativa democrática para a Segurança Pública”, indicando a importância de “ações de iluminação e vigilância para os projetos de prevenção situacional” (p. 9).

criminológica na gestão das cidades<sup>33</sup>. Em seguida, sob orientação de Rosa Pedro, professora do IP, e Jéssica David, doutoranda no PPGP, pude construir o trabalho de conclusão de curso intitulado ‘Cenas sobre segurança pública, tecnologias e produção de subjetividades’ (SILVA, 2019), no qual produzimos análises sobre a apreensão das tecnologias para construção de estratégias diante de uma realidade de expansão de práticas de violência, medo e terror. O trabalho é fruto da participação no grupo de pesquisa "Cultura Contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia" (CNPq), coordenado pela professora Rosa Pedro. Apresentamos em diferentes espaços as pesquisas referidas, com ótimos diálogos em torno do tema, que produziram um desejo ainda maior de seguir nesse caminho de pesquisas. Morar no Rio de Janeiro, local onde tais debates são feitos exaustivamente, também contribui para o interesse seguir comigo.

Por outro lado, como já sinalizei anteriormente, a partir de uma imbricação entre o pesquisador e o militante, muitas análises se tornam possíveis. O triste acirramento das políticas de extermínio nas favelas no Rio de Janeiro, especialmente após as eleições em 2018, coloca responsabilidades diferentes àqueles implicados com a defesa dos direitos humanos, as quais passam pela afirmação do coletivo enquanto ator central das lutas e resistências – a partir disso, criam-se fóruns pelo Brasil, como o Parem de Nos Matar<sup>34</sup>, espaço que pude construir em 2019. Da mesma forma, observamos o fortalecimento de organizações da sociedade civil, como a Rede de Observatórios de Segurança Pública, coordenada no Rio de Janeiro pela professora Silvia Ramos. Também tive o prazer de acompanhar a maioria dos eventos públicos realizados pela Rede e utilizo neste escrito inúmeras contribuições produzidas por eles.

De uma maneira geral, tanto a vinculação aos espaços de pesquisa e intercâmbio acadêmico (congressos, simpósios, palestras, grupos) quanto o processo de escrita com Pedro, Rosa e Jéssica (e seus respectivos grupos de pesquisa) solidificaram um interesse pelo manejo da Psicologia para o fortalecimento, no âmbito da segurança pública, da defesa dos direitos

---

<sup>33</sup> Para mais informações, conferir Silva e Bicalho (2018).

<sup>34</sup> Em 26 de maio de 2019, foi realizado na Praia de Ipanema um ato chamado “Parem de nos matar!”, em resposta aos extermínios praticados pela polícia nas favelas fluminenses. Foi organizado por moradores de diferentes favelas que, após a realização do ato, se conformaram em uma frente com o mesmo nome, para seguir coletivamente produzindo resistências contra a política de segurança pública do Rio de Janeiro. Acompanhei a Frente Parem de Nos Matar desde sua composição, indo nas plenárias e seminários, atos públicos e mobilizações virtuais. Atualmente, a frente se organiza de forma virtual, com um grupo ativo no *WhatsApp*.

humanos, da dignidade humana; da construção de pesquisas honestas, situadas e que tentem – de alguma forma – contribuir na construção de uma vida melhor.

## **2.2 Pensar em rede: apostas para a compreensão das dinâmicas sociotécnica contemporâneas**

Uma decisão sobre a metodologia, então, precisa se dar em diálogo com uma análise daquilo que se pretende trabalhar. No caso da política de segurança pública, entendendo a experiência subjetiva compartilhada entre moradores de favelas e periferias, que passa pelas políticas públicas, mídias, lideranças comunitárias, comércio varejista de drogas, lideranças religiosas, armamento pesado, policiamento e tantos outros atores, podemos ter um cenário incipiente da diversa composição que a constitui. A essas composições, damos o nome de *redes*, a partir da contribuição de Bruno Latour, que apresenta a formulação da Teoria Ator-Rede com uma importante concepção do caráter artefactual, coletivo e reticular da subjetividade e da cognição (BRUNO, 2010).

A noção de rede remete a um paradigma ligado a um pensamento das relações, em oposição a um pensamento das essências (BONAMIGO; PEDRO; MELGAÇO, 2016). Assim, apresentamos uma concepção de subjetividade e de análise da realidade que se desenvolve também no encontro com artefatos e objetos não humanos (como discursos, relatórios, jornais e novelas, armamentos pesados, veículos blindados, helicópteros usados como plataformas de tiro, leis e normas) que estão ao nosso redor, transformando nossos modos de ser e modulando nossas práticas, relações e possibilidades.

Essa dimensão de trabalho – também conhecida como perspectiva sociotécnica – é interessante para pensarmos, juntos, modos de ser que são possíveis no contexto das redes específicas; não apenas na produção da ordem – no caso das políticas de segurança pública – mas também na reorganização das mais variadas expressões de possibilidades de ser e habitar o espaço urbano. Como é andar nas ruas com um Caveirão<sup>35</sup> parado a poucos metros? Como é

---

<sup>35</sup> Caveirão é o nome popularmente utilizado para se referir ao carro blindado usado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em operações nas favelas. É originalmente um carro de apoio para abrigo e resgate de policiais em situações de confronto. Os primeiros registros de utilização de veículos do tipo são atribuídos ao regime segregacionista do *apartheid* na África do Sul, entre os anos 1940 e 1990. Sua utilização é extremamente questionada por diferentes setores da sociedade pois opera na viabilização de contínuas violações aos direitos humanos, ainda que seja amplamente defendido pela PMERJ. Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012) discutem as lógicas que são fortalecidas na adesão dos blindados nas práticas estatais, que passam pela intimidação, violências físicas e psicológicas. Segundo os autores, o analisador Caveirão ajuda a

ver constantemente na televisão e nos jornais os contos de violência sobre as favelas? Para uma análise, portanto, das redes de militarização que constituem a vida dos jovens nas favelas, é importante pensar e convocar ao debate as múltiplas vinculações que atravessam tal população, inclusive a realidade de fora da favela, aquela que constantemente criminaliza, subjuga e violenta a população favelada.

Pesquisar, na concepção que adotamos nos espaços coletivos aos quais me vinculo no mestrado, é acompanhar processos. Mas, talvez, falar apenas isso não signifique muita coisa. O acompanhamento de processos é uma disposição política de compreensão do mundo, observando suas movimentações, disputas, contradições, dificuldades, erros e acertos, resultando em um trabalho de visibilização do que compõe essa complexa e heterogênea rede que simplificamos ao chamar de realidade, de social, de humano, de natural.

Não que tudo isso seja uma tarefa simples. Não é. Por um lado, a desvalorização da pesquisa nacional coloca impedimentos objetivos para as Universidades Públicas. Além disso, trabalhar a partir de matrizes não ortodoxas de concepção de mundo e de ciência é difícil. Mas o que torna tudo mais difícil é ir dando corpo, no processo de pesquisa, às racionalidades que orientam as políticas de extermínio dos jovens negros no Estado do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, afirmar a complexidade de uma tarefa não significa (ou, ao menos, não deveria significar) afirmar a impossibilidade de seu desenvolvimento.

Quando afirmo a complexidade que envolve escolher um modo de pesquisa, o faço afirmando politicamente a disposição de habitar uma encruzilhada para estimular reflexões sobre a pesquisa, aprender sobre as movimentações possíveis ao cartógrafo, convidar e dialogar com os que vieram antes de nós pensando esse processo e, também, aqueles que passam por esse momento agora, de pensar o que podemos mobilizar agora que produza efeitos capazes de produzir outros futuros. Tais estratégias ajudam muito no diálogo com a tensão que é mobilizada ao construir uma pesquisa de pós-graduação que, em diversos momentos, parece algo pouco coletivo, individual. Há diferentes componentes na elaboração de pesquisa desse lugar que requerem novos pactos de responsabilidade e novas formas de produzir vinculações coletivas para o andamento dos trabalhos pois, na tentativa de habitar a

---

compreender uma correlação de forças que fortalece a criminalização da pobreza e a adoção do extermínio como política oficial de segurança pública no Rio de Janeiro (BICALHO; KASTRUP; REISHOFFER, 2012, p. 61).

encruzilhada sem medo, encontro segurança na afirmação das movimentações que o cartógrafo deve seguir.

Latour (1997) afirma a potência de analisarmos o processo de produção dos fatos para a compreensão de como eles são constituídos, quais entidades estão presentes e quais fatos se relacionam para a construção da realidade, entendendo que esta é um fato coletivo e depende da criação e manutenção de uma rede de actantes. Pensar a questão da Segurança no presente trabalho é um esforço em diferentes camadas: seja no diálogo com os dados oficiais, relatórios das organizações da sociedade civil, documentários e documentos, seja pelo acompanhamento de reações populares ou pela análise da organização do movimento associativista, há um esforço de ampliar os atores envolvidos.

Assim, o desafio de descrever os processos quentes com o apoio da Teoria Ator-Rede se efetiva no olhar cuidadoso para as redes, atentando para aquilo que conduz as pessoas e coletivos às novas formas de agir e se relacionar, de viver e conviver, mesmo quando os atores em questão parecem insignificantes. A postura que adotamos no processo de pesquisa, ainda que referenciada em Latour (1987; 1994; 2001; 2012; 2016), é mais sobre os pesquisadores envolvidos que sobre as questões estudadas. A metodologia é essa encruzilhada onde o ator principal é o pesquisador. A escolha da atitude metodológica, que sem dúvidas tem efeitos práticos no trabalho final, nas intervenções sobre o tema trabalhado, nas proposições que podem emergir de uma pesquisa, diz no final das contas sobre uma atitude que orientará o trabalho de pesquisa.

Para lançar mão de mais elementos de debate sobre o que seria a minha atitude metodológica nessa pesquisa, sustento que não compreendo que há conflito com o entendimento da Cartografia enquanto uma postura política de pesquisa que se implica em refletir sobre o presente e, ainda assim, procurar na história companhia para ecoar os debates de hoje. Não me proponho a construir uma historiografia da segurança pública. Contudo, entendo que há processualidade no tempo presente, quando podemos ver, por exemplo, movimentações cujas etapas anteriores ainda são importantes pois seguem assim se fazendo.

Segundo Pedro (2010), não há conflito nessa movimentação pois todas as redes são efeitos de outras redes e, para a melhor compreensão do que constitui o que analisamos hoje, nada melhor que recorrer àquilo que a produziu em algum momento. Como nos lembra Serres (1999 *apud* PEDRO, 2010), as redes assumem um lugar policrônico e multitemporal, de



forma que fazem ecoar diferentes questões, frutos de muitas conexões históricas. As redes, portanto, não são o lugar da indeterminação (MORAES, 2000 *apud* PEDRO, 2010), mas efeito de múltiplas conexões, que podem não estar presentes num sobrevoo, mas estão ali, compondo. O passado, na pesquisa de base cartográfica, nos ajuda a entender não o que foi, mas o que se passa aqui e agora – isso porque o passado é, afinal, contemporâneo. Para Foucault (1995a), a história não pode ser analisada de forma descontínua. Nossas pesquisas não precisam incorrer numa prática historiográfica, mas alguns olhares ao passado nos habilitam a entender sob qual solo alguns problemas emergem para toda uma população.

Um belo exemplo dessa máxima dentro da minha pesquisa é o caso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que ainda que não seja mais o centro do debate sobre segurança pública no Rio de Janeiro é importante para a compreensão do momento atual das políticas públicas de segurança. Isto porque elas ainda estão presentes no processo de produção de subjetividades e nas movimentações mais gerais da **militarização de ultra proximidade**, que dá conta não mais de um território no abstrato, mas da escola, das rodas culturais, dos hospitais, do tráfego urbano, enfim, de cada passo da vida das pessoas em determinados territórios. Inclusive, antes das UPP, já existiam outros regimes de governo militarizados e violentos em tais territórios. Ou seja, o problema não é o dispositivo de governo em si, mas a racionalidade que o constitui. Assim, muitas políticas do presente são dotadas de um adensamento de passado e de uma expectativa de futuro a partir de um projeto político. Para uma análise melhor constituída, é requerido o comparecimento de alguns processos históricos, sem perder de perspectiva que o imperativo da pesquisa é o presente.

Outra defesa importante nesse modo de pesquisar passa pela afirmação da processualidade que constitui a realidade e, portanto, deve se presentificar na pesquisa. Não trabalhamos com representações estáticas da realidade, justamente pela compreensão de que sua composição é dinâmica, localizada histórica, material e culturalmente (PEDRO, 2010). Nesse sentido, se a realidade é construída e dinâmica, nossas formas de olhar para tais fenômenos e propor intervenções devem operar na construção de parâmetros de análises capazes de se movimentar ao passo das movimentações que ocorrem no campo. Rolnik (2007) sustenta que a cartografia acompanha e se faz ao mesmo tempo que a desorganização de certos mundos e a formação de outros.

Assim, está presente nessa encruzilhada um desafio de, enquanto militante e pesquisador que sustenta a atitude cartográfica de pesquisa, produzir uma pesquisa que não visibilize um mundo estático, único, universal, natural e, portanto, incapaz de ser transformado. Seria uma contradição até mesmo com o momento em que a pesquisa se desenvolve: uma emergência sanitária como a pandemia de COVID-19 talvez seja uma forma muito expressiva de mostrar como o mundo tem muitas características e ser estático não é uma delas.

A escolha afirmada no trabalho não é a de pesquisar de forma isolada a política de segurança do Rio de Janeiro, mas os processos de militarização que produzem a política; mas que também produzem tantas outras, como a modulação contínua dos modos de ser, a racionalidade de todas as formas de governos contemporâneos e afins. Ou seja, a análise a partir de uma pesquisa como essa, numa realidade tão movente e dinâmica, é fértil. Para pesquisar uma lógica, a noção de dispositivo<sup>36</sup> é muito importante, dado que tal constructo teórico se refere àquilo que expressa e performa racionalidades específicas, nos habilitando não apenas a observá-las melhor, mas a falar sobre elas com mais elementos. Os dispositivos são as formas de dar algum grau de materialidade às racionalidades que tentamos compreender.

Seguindo a orientação de Deleuze (1990), a ideia é conseguir desenredar as linhas de composição do nosso dispositivo – explorando cenas reais e públicas onde notamos, por um lado, violações de direitos e movimentações de denúncia e resistência e, por outro lado, a mudança da episteme<sup>37</sup>, a consolidação de novas lógicas de pensar e operar a segurança pública e a gestão da vida nas cidades – para elaborar o analítico do campo da dissertação, ou seja, instalar-me nas linhas que compõem e atravessam diferentes ações para entender melhor a lógica da militarização no estado. As cenas interpelam, provocam e convocam a escrever, mas numa tentativa de subverter a lógica de fazer-ciência que olha para o mundo, recorta pedaços e exemplifica teorias. Nossas cenas são, em si, pousos sobre realidades a partir das quais acreditamos ser possível produzir ciência.

---

<sup>36</sup> Os dispositivos foram definidos por Foucault (1995b, p. 244) como “uma rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito”.

<sup>37</sup> Resgatamos aqui a noção de *acontecimento* inspirados na contribuição de Foucault que, segundo Castro (2009), fala de uma prática que instaura novas formas de regularidade, conectada às noções de *atualidade* e de *problematização*, que nos ajuda a pensar a Ontologia do Presente.

Como Silveira e Conti (2016) debatem em seu texto, é importante questionar sobre o que fazemos existir com nossa pesquisa. Não podemos decidir o caminho que vamos seguir, no momento da encruzilhada, sem refletir cuidadosamente sobre tal questão. Não é como se tal política de segurança que considero injusta e violenta seja a única possibilidade de configuração de uma política pública para o bem-estar social – até porque, da forma como ela se configura, ela promove todo tipo de sofrimento incompatível com o bem-estar social. Entretanto, este trabalho não pretende representar um grande vilão; tem como objetivo dissecar, ao longo da pesquisa, uma lógica e não uma representação e, para isso, é importante que se visibilize como essa lógica é construída. Ela não é dada, não existe em si, mas é produto de uma série de conexões, rearranjos, disputas; possui seus desvios e suas vinculações, com diferentes qualidades entre si. É remetida aos processos gerais que marcam nossa construção enquanto sociedade. Visibilizar as redes que estruturam essa lógica a partir da Cartografia, mas também em diálogo com as proposições da Teoria Ator-Rede e da Cartografia das Controvérsias é, ainda, ir além: mais que eleger os elementos que quero conectar, a tarefa é pensar na qualidade das conexões e nas formas de vida que resultam delas.

A escolha dos caminhos de pesquisa precisa considerar, por exemplo, um espaço para a análise dos processos de dominação e assujeitamento que a maioria da população vive e partir daí para entender os fenômenos trabalhados. Não que haja receituário ou prescrição; não é essa a ideia de uma pesquisa processual, mas há parâmetros e pressupostos de trabalho que não podem ser perdidos do horizonte.

A aposta em uma ciência que se propõe antissistêmica deve levar em consideração a dimensão coletiva e política da produção de conhecimentos, que produz intervenções nos modos de viver e que, portanto, não pode ser pensado descolado da dimensão política (GUARESCHI; HÜNING, 2010). A ciência que nos propomos a fortalecer não é aquela que quer desvendar a “verdade-verdadeira”, mas como propõem as autoras, a ideia é mobilizar uma ciência que possa produzir espaços em que haja circulação de conhecimentos e tenha voz aqueles que são silenciados (quando não exterminados) pelos que detêm mais poder na sociedade. Apontam ainda que as produções científicas possuem um papel importante na rede em que formamos nossa subjetividade, pois elas agem sobre o processo de definição dos nossos *eus*, dado que a subjetividade é tida enquanto produção articulada com o mundo e a

disputa desse mundo pode prescrever modos de vida e formas de governo para todas as pessoas (GUARESCHI; HÜNING, 2010).

### 3 UMA HISTÓRIA FLUMINENSE: DESIGUALDADES, VIOLÊNCIAS, NECRO-LIBERALISMO E RESISTÊNCIAS

Na abertura do texto, é apresentado que 2020 nos confronta com uma nova definição de tempos difíceis. Para nós, que compreendemos o mundo numa perspectiva processual, é difícil apresentar uma leitura do hoje sem discutir sobre como chegamos aqui. Entendendo que o debate em torno do tema da segurança pública é um estrato dentro de um debate mais amplo de sociedade, cabe apresentar alguns pontos dos desafios do presente, como o fato de que o Rio de Janeiro figura entre os estados com mais índice de desemprego, acima da média nacional<sup>38</sup> e, no caso dos jovens, as taxas são de 27,1% - ainda que a média nacional seja de 12,2%<sup>39</sup>. Além disso, segundo o IPEA<sup>40</sup>, já são mais de 100 mil pessoas em situação de rua no Brasil e é estimado que o Rio de Janeiro concentre cerca de 15% dessa população<sup>41</sup>, mas não há levantamentos precisos feitos pelo poder público.

Sobre o campo da saúde, Francisco<sup>42</sup> tece uma importante crítica à forma como o poder político orientado pelo neoliberalismo precariza e limita a capacidade do SUS de atender a população, especialmente os mais pobres e negros – que em muitos casos, sem outra alternativa, acaba sem assistência em saúde. A saúde pública é um campo que sofre há anos com um processo de desmonte, de sucateamento e precarização. Zocal da Silva (2020) aponta alguns dos problemas no campo da gestão, que passam por atrasos salariais, demissões, mudança de organizações sociais que gerem trabalhadores, assédio moral, mudança de gestores, não cumprimento dos direitos aos trabalhadores, desassistência e absoluta falta de

<sup>38</sup> NERY, Carmen. Desemprego aumenta em 12 estados no primeiro trimestre. **Agência IBGE Notícias**, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27708-desemprego-aumenta-em-12-estados-no-primeiro-trimestre?fbclid=IwAR0arbOkWIkEynPISmgftqLzn2EER4aYQDz2RVp7Pv8fR9E7BrNeBYP3prw>. Acesso em: 20/12/2020.

<sup>39</sup> ABDALLA, Vitor. IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre. **Agência Brasil**, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>40</sup> INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua. **IPEA**, 26 de janeiro de 2017. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29303](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303). Acesso em: 12/12/2020.

<sup>41</sup> CASTRO, C. O.; SARZA, D. Rio tem abrigos para só 15% da população em situação de rua, mostra levantamento. **G1, Globo News**, 30 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/30/rio-tem-abrigos-para-15percent-da-populacao-em-situacao-de-rua-mostra-levantamento.ghtml>. Acesso em: 06/07/2021.

<sup>42</sup> NA FILA DO SUS - TRAILER. [S. l.: s. n.], 28 mar. 2020. 1 vídeo (3 min 22 s). Publicado pelo canal Vito Videomaker. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YpCLNBrJx3w>. Acesso em: 28/08/2020.

estrutura e investimentos – especialmente depois do congelamento dos investimentos aprovado na EC 95, como relatado anteriormente.

A situação, que se agrava com a pandemia do coronavírus, fala de um projeto político para a saúde no Estado que, segundo a autora, limita o acesso de determinadas camadas da população aos serviços de saúde (ZOCAL DA SILVA, 2020). Em movimentações recentes no Rio, vivemos o sucateamento de políticas como a Estratégia de Saúde da Família (em consonância com a desconfiguração da Política Nacional de Atenção Básica), com demissão de cerca de 5 mil profissionais entre 2019 e 2020 apenas na cidade do Rio. Tal política é importantíssima nas favelas e periferias, pela sua capacidade de intervenção com e nos territórios mais vulneráveis. Se vimos, por um lado, um processo de sucateamento da saúde pública, diante da emergência sanitária fica mais que provado que é o SUS (aliado a importantes instituições públicas de pesquisa em saúde, como Instituto Butantan e Fundação Oswaldo Cruz) que pode enfrentar desafios tão grandes neste campo.

Por fim, no campo da educação, o sucateamento provocado pelos governantes tem feito com que milhares de pessoas fiquem sem ter onde estudar, o que fere direitos constitucionais. Entre 2007 e 2017, mais de 230 escolas públicas foram fechadas no estado, o que significa uma redução de cerca de 100 mil vagas<sup>43</sup>. Com isso, as escolas restantes ficaram superlotadas, piorando a qualidade do ensino e as condições de trabalho dos educadores. Pouco tempo depois desse levantamento, um déficit de cerca de 20 mil vagas foi apontado<sup>44</sup>, com maior prejuízo aos alunos do interior do estado e das zonas norte e oeste da capital – regiões mais pauperizadas.

Uma das partes mais assustadoras dentro dessa rede que traçamos se apresenta quando olhamos para a questão da segurança pública. A curva ascendente de mortes em decorrência da atuação do estado é, além de assustadoramente triste, um alerta, que consegue concatenar a situação do Rio de Janeiro enquanto uma expressão sádica de práticas de governo das populações que se desenvolvem a partir da escolha sobre quais povos devem viver e morrer e como deve ser a vida e a morte deles.

---

<sup>43</sup> THUSWOHL, Maurício. Desmonte da rede pública do Rio já conta com 231 escolas fechadas. **Rede Brasil Atual**, 10 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/12/desmonte-da-rede-publica-do-rio-ja-counta-com-231-escolas-fechadas/>. Acesso em: 15/02/2020.

<sup>44</sup> MELO, Maria Luisa de. Falta de 20 mil vagas na rede estadual afeta alunos das zonas Oeste, Norte e interior. **O Dia**. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/02/5621427-falta-de-20-mil-vagas-na-rede-estadual-afeta-alunos-das-zonas-oeste--norte-e-interior.html>. Acesso em: 02/03/2021.

O conceito de necropolítica apresentado por Mbembe (2018) nos ajuda a compreender a situação desse estado que, além de não garantir direitos constitucionais para uma parcela significativa da população, tem superado todas as marcas de extermínio de populações em decorrência da atuação das polícias. A maior parte das mortes é em regiões de periferias e favelas no estado e, não por acaso, de pessoas negras – consideradas como “menos humanas”, indignas de direitos fundamentais, cujo estatuto político da vida merece ser posto em análise, como apontam Barros, Benício e Bicalho (2019) ao discutirem a ideia de necropolítica à brasileira, em que a produção e gestão de mortes se dá por uma redução da humanidade de certos grupos.

Em 2018, a vitória de Jair Bolsonaro (à época, no PSL) à presidência e de Wilson Witzel (PSC) ao governo do Estado do Rio de Janeiro consolida a extrema direita como operadora de um programa ultraliberal para o Brasil. Desta forma, todos os fenômenos históricos que discutimos na dissertação e no percurso de pesquisa – racismo estrutural, colonialismo, desigualdades sociais e a presentidão da ditadura militar no estado (por meio das polícias, por exemplo) – estão presentes, aliados a esse novo campo político, e produzem um acirramento das políticas militarizadas em todo o país, mas em particular no Rio de Janeiro, onde o exercício da soberania militar é afirmado desde o início da gestão Witzel, com cenas como a da Chacina do Fallet-Fogueteiro se tornando cada dia mais constantes. Esse modelo de desenvolvimento, ultraliberal, é um importante ator quando cartografamos a realidade social do Rio de Janeiro.

No presente capítulo, o esforço de produzir uma cartografia sobre a conjuntura do Rio de Janeiro – conectada a movimentações nacionais e internacionais – se tece em diálogo com importantes pensadores, como Foucault, Fanon, Mbembe e Latour. Para ajudar a entender como chegamos aqui, nesse lugar que hoje é operado institucionalmente por um campo político antidireitos humanos, que acelera os processos de extermínio da população negra, que atua no desmonte de direitos sociais e se fortalece no contato com o fundamentalismo religioso, vamos pensar no que produziu como efeito essa realidade.

O golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 é um importante marco temporal nesse sentido, pois acelera um processo de reordenamento das forças políticas no país. A partir desse momento, observamos a emergência de novos arranjos políticos para maximizar as práticas de exploração que se desenvolviam naquele momento. Não que haja

um rompimento total com o período anterior, mas uma mudança da correlação de forças no país que produz efeitos práticos em todas as políticas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal, com o fortalecimento das políticas regressivas e a construção de um novo polo na direita que, mais tarde, elegeria líderes com traços neofascistas, como Jair Bolsonaro (PSL) e Wilson Witzel (PSC). Ainda que os efeitos desse novo período sejam visíveis em diferentes dimensões da vida social, no campo da segurança é onde se opera com mais radicalidade a política de exterminar e aniquilar populações inteiras, com práticas que ampliam a lógica da guerra interna e do inimigo a ser combatido, com mortes cada dia mais violentas. É tão intensa a prática necroliberal no campo da segurança que sua racionalidade – militarizada – se espalha para outros setores da vida social e toma conta de políticas intersetoriais. Importante destacar aqui que as mortes não são mortes abstratas, ainda que sua condição rotineira provoque uma dessensibilização em muitos de nós.

### **3.1 Rio de Janeiro: dos megaeventos às megaoperações**

Pensar as políticas de segurança no contexto do Rio de Janeiro de 2020/2021 passa necessariamente por discutir alguns dos rastros que ainda são tão presentes em nosso cotidiano. Não é impossível, mas é potencialmente equivocado produzir uma análise que chegue nas megaoperações desconsiderando os megaeventos que passaram pelo estado. Preliminarmente, podemos dizer que tais eventos produziram efeitos muito importantes para a construção de uma nova forma de operacionalização das forças de segurança.

Entre 2007 e 2016, os olhares do mundo estiveram muito voltados para a capital fluminense. Podemos dizer que, mais que um ciclo, vivemos uma maratona de eventos: em 2007 tivemos os Jogos Pan-americanos, que foram seguidos pelos Jogos Mundiais Militares em 2011; depois a conferência Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013 e a Copa América em 2015. Esses eventos, apesar de mobilizarem uma infraestrutura grandiosa, se diferem da Copa do Mundo de Futebol (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016) que, como aponta Silva (2019), provocaram

[...] uma completa reconstrução do Rio de Janeiro [...], pois seus embaraços políticos e econômicos eram exponencialmente maiores que os eventos anteriores. O impacto de receber em um período tão curto centenas de milhares de pessoas para tantos eventos diferentes fez com que muitas transformações em múltiplos planos se apresentassem ao povo, quer o povo queira ou não. [...] Não é de hoje que nosso



Estado se apresenta com altos índices de violência. Para receber dirigentes políticos, artistas, atletas, lideranças religiosas e jovens de tantos lugares do mundo, operações de segurança arquitetadas de forma interdisciplinar se fizeram necessárias para dar conta dessa tarefa, que é simplesmente criar condições de receber (e devolver) sem prejuízos e traumas, tantas pessoas que viriam ao nosso Rio de Janeiro. (SILVA, 2019, p. 12-13)

A “simples” tarefa de realizar tantos eventos não nos colocou apenas diante de desafios estruturais – no sentido de construção de equipamentos desportivos, transformações nas vias expressas da cidade ou criação de novos modais de transporte – mas obrigou o Rio a atuar diante das “famosas” situações de violência que acometem nosso dia a dia. A ideia, inclusive, era utilizar os megaeventos para impulsionar também uma nova imagem sobre o território fluminense. Mascarenhas et al. (2012) nos lembram que não podemos produzir tais análises sem considerar que o Brasil, no seu período neodesenvolvimentista<sup>45</sup>, passava por um processo de reposicionamento na geopolítica mundial e que os megaeventos também seriam importantes para tal reorientação. Segundo os autores,

Os megaeventos esportivos e, particularmente, a realização dos Jogos no Rio de Janeiro, são vistos como parte de um projeto que, ao mesmo tempo, garante transformação interna e reformula a imagem externa brasileira. A justificativa compreende argumentos em favor dos Jogos como um catalisador de obras e investimentos, dinamizando a economia e fortalecendo a posição da cidade e do país no mercado mundial. Deste modo, ainda que superestimados, os impactos sociais e econômicos esperados dos Jogos Rio 2016 se articulam ao próprio projeto nacional idealizado pelos intelectuais governistas.<sup>46</sup>

Nesse momento, a consolidação do Rio enquanto território de exportação de *commodities* era alimentada tanto pelos investimentos do Governo Federal como pelas obras dos megaeventos, impulsionando setores como empreiteiras e mercado imobiliário e trazendo-os para a cena política. Mais tarde, os escândalos envolvendo esse processo explodiriam e causariam grandes danos ao MDB – à época, partido de Sergio Cabral e Eduardo Paes. A cidade, nesse sentido, se apresentava como um campo de disputa<sup>47</sup>,

---

<sup>45</sup> Neodesenvolvimentismo é uma categoria utilizada para caracterizar a forma de reprodução do capitalismo no Brasil desde o início dos anos 2000, correspondente ao período de ascensão ideológica do lulismo. Para mais informações sobre o tema, ler Mulatinho (2016).

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

<sup>47</sup> Aqui fazemos referência ao debate apresentado por Martins et al. (2017), que apresentam uma noção de cidade que é não apenas palco ou projeto de uma disputa societária, mas é ela mesma um ator e um produto dessa disputa. As problemáticas em torno das remoções podem ver vistas no trabalho de Santos (2020) e ilustram uma dimensão das questões envolvendo o ciclo dos megaeventos e as disputas pela cidade.

construindo espaços onde apenas alguns poderiam transitar (aqueles que podem pagar por essa cidade) e outros não.

Mascarenhas et al. (2012) indicam também que o campo da segurança foi um dos que recebeu especial atenção em função do ciclo de megaeventos: a “pacificação” das favelas e intervenções militarizadas eram praticamente pré-requisitos para a preparação das cidades para os eventos. Nos planos iniciais desse ciclo de megaeventos, além das pacificações e intervenções, eram previstas ações no campo da seguridade social com a ampliação de programas como o Bolsa Família<sup>48</sup> e aumento real do salário mínimo. A ideia era construir uma ação intersetorial no campo da segurança para os territórios. Cabe lembrar que, à época, vivíamos o começo de um ciclo de governos progressistas no Brasil. Este fato não é menor para a nossa análise global, muito pelo contrário: como nós pensaríamos a segurança pública se esta fosse pensada por nós e para nós?

Bertini e Frota (2018) elucidam que foi parte do governo Lula (PT) pensar em medidas no campo do combate à fome e à miséria, mas que dentro das pautas mais “duras” da segurança pública o ciclo progressista deixou a desejar. Um exemplo é a relação que se teve com um dos principais planos, que ficou conhecido como Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). Ele articulou políticas entre diversos Ministérios do Governo Federal, principalmente os de Esportes e Educação.

A importância do PRONASCI tal qual foi formulado é enorme, porque representa uma tentativa do Estado de pensar a questão da segurança para além da lógica de combate à violência. Para isso, associa diretamente uma determinada forma de exercício de cidadania às políticas de prevenção de criminalidade, numa tentativa (pelo menos no campo discursivo) de diminuir a participação das ações de segurança unicamente repressivas. Inicialmente é implementado como Medida Provisória 384/2007 pela Presidência da República e depois é transformado na Lei 11.530/2007.

A segurança pública em nosso país tem sido uma preocupação constante de governantes, juristas, políticos, estudiosos e também da sociedade civil como um todo. Historicamente, o Estado tem enfrentado esse problema com políticas essencialmente repressivas - intensificação de ações policiais, construção de novos

---

<sup>48</sup> “O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).

presídios, endurecimento assistemático de penas. Tais iniciativas, no entanto, não têm apresentado os resultados esperados - e não têm o condão de os obter. (BRASIL, 2007)

O anteprojeto de Lei 11.530, organizado por um grupo de trabalho interministerial que apresenta o programa, faz uma caracterização da violência enquanto efeito da desigualdade social, da pobreza e da miséria, sendo então responsabilidade do Estado lidar não apenas com sua expressão final, mas também atuar naquilo que a produz. Inicialmente, a política fazia parte das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>49</sup>, com caráter federativo e ação descentralizada por meio de projetos e diretrizes pré-estabelecidas (GUSSO, 2014). Lançado em 2007 pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), o programa previa o investimento de cerca de 7 bilhões de reais em ações por todo o país. As ações seriam voltadas para a melhoria de condições de vida da população mais pobre, sobretudo aos jovens, para mudar o paradigma da segurança com a expansão de projetos sociais. Também prevê entre seus pilares a melhor capacitação das forças de segurança. Como nos lembra Melício (2014, p. 119):

O PRONASCI surge como a primeira institucionalização ampla e sistemática do processo iniciado com a redemocratização brasileira desde o fim do governo militar. Como o próprio texto [da lei] diz, procura superar um modelo ultrapassado de política de segurança pública, até então embasado quase que exclusivamente em ações desenvolvidas após o cometimento das transgressões.

Segundo Forte (2009), o programa buscava articular ações de segurança pública e políticas sociais mediante a cooperação dos três entes federativos, bem como a participação de representações da sociedade civil organizada. Integrado por 94 ações ou subprojetos, o PRONASCI também ficou conhecido por muitos como PAC da Segurança Pública, dada sua amplitude de investimentos e objetivos. De acordo com a Lei 11.530/2007, o público alvo do plano eram os jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência, com idades entre 15 e 24 anos, e a abrangência era inicialmente delimitada aos

---

<sup>49</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado em 2007 pelo então Presidente Lula (PT) enquanto um programa de governo voltado a diversas políticas relacionadas ao crescimento econômico, com investimentos em infraestrutura e áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Um dos objetivos centrais do programa era manter um ritmo de crescimento no país, garantindo a redução de desigualdades e distribuindo renda e qualidade de vida entre a população.

territórios e populações moradoras de regiões metropolitanas afetadas por altos índices de homicídios e demais crimes violentos, além da presença do crime organizado (FORTE, 2009).

Inicialmente, o programa foi proposto para 11 regiões do Brasil, aquelas que possuíam em 2007 os maiores índices de criminalidade (GUSSO, 2014). Ao Rio de Janeiro foi prometida a maior fatia do orçamento do PRONASCI: segundo dados do TCU, entre 2008 e 2010, o estado recebeu 14% do orçamento total para o país<sup>50</sup> e cinco estados concentram mais da metade do que foi investido no programa (RJ, RS, SP, GO, BA). Uma controvérsia importante é sobre como foram eleitos os locais que receberam verbas, já que a lista dos estados com maiores índices de violências não foi exatamente correspondida na lista de distribuição com prioridade.

Cabe salientar que em outros países da América Latina, como Argentina, Colômbia, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Peru, já havia histórico de experiências nesse sentido, orientados pelo Projeto de Fomento do Desenvolvimento Juvenil e Prevenção da Violência. Segundo Forte (2009, p. 576):

As diretrizes do PRONASCI, dentre outras, são as seguintes: a promoção dos direitos humanos, apoio ao desarmamento e combate aos preconceitos; fortalecimento de redes comunitárias e dos conselhos tutelares; promoção da segurança e da convivência pacífica; modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional, incluindo a valorização dos profissionais envolvidos; participação da população afetada pela violência, incluindo egressos do sistema prisional e seus familiares; ressocialização dos apenados e egressos do sistema prisional através de projetos educativos e profissionalizantes.

Podemos notar, contudo, um desmantelamento do programa analisando o direcionamento das verbas. Melício (2014) destaca que, apesar da concepção inovadora, o programa pouco evoluiu num efetivo enfrentamento intersetorial da violência, tendo sido os atravessamentos pelo debate de direitos humanos progressivamente abandonados. Apesar de o programa prever diferentes ações, o que se viu foi investimento majoritário (R\$ 981 milhões) em benefícios para complemento de salário de agentes policiais; investimento em compra de equipamentos, helicópteros e armas (R\$ 300 milhões); e construção de penitenciárias penais especiais (R\$ 216,5 milhões). O que sobra dessa fatia para as “ações sociais” é pouco, o que

---

<sup>50</sup> O GLOBO; AGÊNCIA SENADO. Rio de Janeiro é o estado que mais recebe recursos do Pronasci. **O Globo: Política**, 25 de abril de 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/rio-de-janeiro-o-estado-que-mais-recebe-recursos-do-pronasci-2792539>. Acesso em: 07 jul. 2021.

faz com que, na verdade, o PRONASCI se limite à destinação de bolsas aos agentes, muitas vezes sem fornecer a formação complementar prometida.

Bertini e Frota (2018) apontam que o programa não teve fôlego nem para se estabelecer como política alternativa no contexto da segurança pública (majoritariamente repressiva) nem para reduzir a violência em suas diferentes expressões. O pacto entre os poderes municipais, estaduais e federal (bem como com entidades da sociedade civil) para combater a violência e criminalidade a partir de ações intersetoriais não se efetiva e as ações projetadas tornam-se inviáveis.

Pouco depois da desarticulação completa do PRONASCI (datada de meados de 2011, no começo do governo de Dilma Rousseff), no entanto, é visto um novo Pacto Federativo para a Segurança Pública ser estabelecido para garantir a Copa do Mundo, conhecido como Operação Brasil Integrado, ainda que desde a Constituição de 1988 tal debate seja colocado à população (BERTINI; FROTA, 2018).

O desmonte do projeto em seu sentido original torna explícita a captura que as redes de militarização fazem de diferentes políticas públicas, tornando complexa a tarefa de se tecer ações contra-hegemônicas, ainda mais quando há pouco controle social e pouca vontade política de efetivar mudanças radicais neste campo público. Sobre este tema – da vontade política de fazer valer mudanças na segurança – dizemos ainda mais: é no mínimo curioso que o PRONASCI, formulado por governos “progressistas”, não tenha colocado em questão temas importantes à discussão da segurança pública como a própria reforma das polícias, demanda social antiga no Brasil.

### 3.1.1 Pensando a militarização na segurança: qual o legado olímpico?

Partindo da avaliação organizada no tópico anterior, podemos compreender que a fantasia que se constrói a partir da realização de diversos megaeventos no estado culmina numa racionalidade de governo que naturaliza, que deseja, que intensifica a presença de diferentes modalidades de militarização. Segundo Mendes (2017a), o Rio ocupa um lugar de destaque em uma dinâmica global de reprodução de um modelo militar de segurança pública nos territórios das cidades. Segundo o jornalista, o processo de militarização que já estava em curso no território é acelerado com os megaeventos que a cidade recebeu entre 2007 e 2016,

tornando a presença de militares e armamentos pesados algo rotineiro em espaços específicos – as favelas –, lembrando as políticas implementadas na Palestina.

Como aponta Cardoso (2016), há uma forma de gestão da segurança pública que insere grandes empresas na arquitetura das políticas, responsáveis não apenas pela fabricação e venda de tecnologias, mas pela sua gestão. Isso cria um poder público que é operado a partir das iniciativas privadas e que pode funcionar em muitos momentos para interesses privados. Mendes (2017a) revela a partir de uma série de entrevistas que tais tecnologias são utilizadas em todo o globo, especialmente para reprimir a população excluída e movimentações antissistêmicas.

É interessante ressaltar que a apropriação desse novo ator no dia a dia não é feita da mesma forma entre todas as pessoas: se para a população das favelas do Rio a presença militar virou sinônimo de tiroteios constantes, invasões a domicílios e constrangimentos de toda ordem, para muitos que vivem no asfalto, a militarização é associada a algo bom, que garante uma sensação de segurança (MENDES, 2017a). Em nível internacional, tem sido observada uma movimentação nos protocolos e estratégias de ação que dialogam com a noção de urbanismo militarizado (GRAHAM, 2016).

Com tal noção, o autor discute como as cidades se organizam e impulsionam experiências de gestão da vida a partir das experiências de guerra. Assim, as ideias militares contaminam as práticas de planejamento urbano para diferentes políticas públicas. Um exemplo é pensar nas políticas educacionais, que têm sido alvo de disputa, em que um dos atores presentes é o modelo de escolas militares, mas também da presença ostensiva de militares em escolas comuns, tema que é discutido por Cunha (2016) e Silva Botelho (2020). Também podemos discutir, retornando a Graham (2016) e às ideias de guerra às drogas e de pacificação que orientam no Rio de forma singular a atuação das forças policiais, a constante presença de metáforas em torno de guerras para descrição de processos sociais, mobilizando uma normalização de práticas militares de pensamento, ação e política.

A relação que se desenvolve entre indústrias bélicas e militarização não pode ser ignorada nesse momento. O Rio de Janeiro, conforme exposto anteriormente, ocupa um lugar importante no mapa do necroliberalismo enquanto laboratório das intervenções do capitalismo nos países de periferia, especialmente quando falamos das tecnologias no campo da segurança pública. Não é por acaso que sediamos grandes feiras internacionais como a *Latin American*

*Aerospace and Defence* (LAAD)<sup>51</sup> e, mais recentemente, a *Rio International Defense Exhibition* (RIDEX)<sup>52</sup>. Os eventos, que movimentam bilhões de dólares, fazem diálogos com países como Israel e China em busca de intercâmbios de experiências, tecnologias e treinamentos<sup>53</sup>.

Momentos como a feira LAAD, organizada de dois em dois anos, são ocasiões-chave para a troca de informações e tecnologias globais de repressão, assinala Maren. Uma olhada na programação do evento — restrito a profissionais do setor — ajuda a entender na prática o argumento. Palestras sobre “monitoramento de grupos organizados, manifestações e combate a terrorismo e danos ao patrimônio” e discussões sobre o “modelo mundial de integração em segurança pública: Sistema gerencial da Polícia Civil do Rio de Janeiro” integram a grade. (MENDES, 2017a, p. 11)

A violência de estado que é praticada no Rio de Janeiro precisa necessariamente de um fluxo de militarização contínuo e em diferentes modalidades. As Feiras da Guerra são momentos em que isso fica nítido; a diversidade de teorias, técnicas e equipamentos que utilizamos todos os dias nas mais diversas operações de estado é, antes de tudo, fabricada para situações de guerra. Isto posto, o argumento de que não há uma política de segurança (colocado por muitas pessoas em suas agitações políticas) é falso. Há uma política de segurança, desenvolvida por poucos e que afeta a vida de todos. Antidemocrática, mas esse nem é o principal problema. Ela é, antes de tudo, necroliberal, racista e deliberadamente antipobres.

No contexto dos megaeventos, tais intercâmbios de guerra foram muito importantes, dado que a “convocação” que foi feita às diferentes tecnologias no campo da Segurança

<sup>51</sup> “A *Latin American Aerospace and Defence* – Feira Internacional de Defesa e Segurança – é a maior e mais importante feira de defesa e segurança da América Latina. Realizada desde 1997 no Rio de Janeiro a cada dois anos, conta com o apoio institucional do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, do Ministério da Justiça e da estrutura brasileira de Segurança Pública. A exposição reúne fabricantes e fornecedores de tecnologias para as Forças Armadas, Forças Especiais etc., além de gestores de segurança de grandes corporações, concessionárias de serviços e infraestrutura crítica. São mais de 600 expositores presentes, com delegações de mais de 70 países. O número de participantes passou dos 30 mil nas últimas edições” (LAAD; URBIM, 2016).

<sup>52</sup> A primeira edição da feira aconteceu apenas em 2018, voltada especificamente para os segmentos de Segurança e Defesa. Reuniu especialistas militares e civis, nacionais e internacionais. Foram 20 países representados e mais de 10 mil pessoas participando (MARINHA DO BRASIL, 2018).

<sup>53</sup> Em “Cidades Sitiadas” (2016), são apresentadas cinco características do novo urbanismo militar, entre elas a presença de técnicas militarizadas na paisagem urbana; a utilização de políticas autoritárias para controle de determinados grupos sociais considerados perigosos; a existência de complexos industriais que movimentam a economia; a produção de desejo na população para a militarização (com a ideia de soldados cidadãos). Em torno das Feiras da Guerra, podemos notar quatro das características apresentadas pelo autor. A quinta, que se refere à relação entre violência e coerção para garantia de infraestrutura, pode nos ajudar a compreender situações como o controle territorial por grupos paramilitares, outro tema importante para pensar as redes de militarização.

Pública hoje consta na lista de legados do ciclo dos megaeventos: seja pelo Centro Integrado de Comando e Controle<sup>54</sup>, seja pelas modernizações de equipamentos e aumento do efetivo de policiais. Cardoso (2016) aponta que, nesse momento, as empresas de tecnologia passaram a ter um papel ainda maior nas políticas, com uma orientação cada dia mais militarizada. Os efeitos de tais alterações já puderam ser sentidos desde os grandes protestos de junho de 2013, passando, no caso do Rio de Janeiro, pela ocupação policial ou das Forças Armadas de territórios para a implantação de UPP (CARDOSO, 2016). Nesse sentido, o autor indica que não há o que discutir: os megaeventos deixaram um legado para as políticas de segurança. São apontados seis itens importantes:

- a) Infraestrutura tecnológica (*softwares*, conexão e equipamentos físicos);
- b) Infraestrutura de obras (os CICC, por exemplo);
- c) Protocolos operacionais (criados e sustentados pelos *softwares* e sistemas informáticos que integram os diferentes atores, mediam as relações entre eles e registram - e por vezes ordenam - as operações);
- d) Arquitetura institucional (o CICC fortalece, nacional e localmente, um modelo que requer a participação de múltiplas agências, dentre órgãos públicos, como as polícias e o corpo de bombeiros, até as empresas que fornecem os sistemas e as “soluções integradoras” que permitem essa participação múltipla);
- e) Modelo “gerencial-militarizado” (os princípios de comando e controle, que norteiam e estruturam o CICC, combinam elementos de gerenciamento empresarial, com estratégias de ação e ocupação do espaço e com organização de tipo militar);
- f) (re)aparelhamento das forças de defesa e segurança (armamento de baixa e alta letalidade, viaturas, radiotransmissores, roupas especiais etc.).

Os efeitos preliminares dessa movimentação, visto pelos gestores públicos como positivos, são percebidos por parte da população como negativos por estabelecerem um modelo militarizado de atuação das forças de segurança, e contraditório em relação a uma política de segurança baseada no respeito às liberdades individuais, de associação e aos direitos humanos. (CARDOSO, 2011, p. 6-7)

---

<sup>54</sup> Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) são unidades criadas pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) e atuaram enquanto responsáveis pela segurança da Copa do Mundo. Após o evento, ficaram sob gestão dos governos locais de cada estado. Segundo Silva (2019), projetos como o CICC se apresentaram como grandes apostas da segurança pública porque uniram o que havia de mais moderno em vigilância e congregaram diferentes setores do governo pela compreensão de que, para lidar com os desafios próprios da gestão de um território tão grande, complexo e heterogêneo, é preciso maximizar os dados que se tem sobre tal território (fluxo de pessoas que andam por ali, alternativas de tráfego, dispositivos de abrigo e socorro e afins) e a capacidade de tomar decisões rápidas. No Rio de Janeiro, o CICC foi criado em 2013 e era coordenado pela Secretaria de Segurança até 2019, quando a referida secretaria foi extinta e o Centro ficou “dividido” entre as polícias Civil e Militar. Pedro et al. (2017) discutem sobre a lógica do videomonitoramento na gestão das cidades. No caso do CICC, as autoras destacam que é “o maior centro de tecnologia de segurança da América Latina. Integra diferentes órgãos do estado, município e governo federal: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Defesa Civil e Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio (CET Rio) (p. 101-102).



Como Cardoso (2016) aponta, o grande investimento realizado em função dos megaeventos – especialmente a Copa do Mundo e as Olimpíadas – não se restringe apenas aos dois momentos em que estávamos nos eventos, mas ultrapassam tais ocasiões e tem sido utilizado contra a própria população. Desde as jornadas de junho de 2013, alguns efeitos podem ser sentidos de forma patente, com uma maior criminalização de movimentos sociais insurgentes<sup>55</sup> e instrumentalização de ferramentas de guerra (como tanques e bombas) para repressão política pelo estado. Muitas das medidas também estão no campo da prevenção.

De antemão, cabe discutir que “prevenção ao crime” se caracteriza frequentemente como uma faceta obsessiva pela ordem – e não podemos esquecer que elas são incorporadas ao mundo das políticas públicas a partir de inspirações na escola italiana da criminologia e pelos médicos sanitaristas influenciados pela perspectiva positivista, como aponta o autor (CARDOSO, 2014). Devemos então estranhar tal ideia de prevenção ao crime que se tece implementando mais militarização (presença ostensiva de policiais, equipamentos tecnológicos, bancos de dados), e apostar mais em políticas que sejam radicalmente emancipatórias, mirando na garantia de direitos para toda a população, na construção de políticas públicas que considerem a história que fundamenta o presente, a democracia e a participação popular.

Um dos símbolos da política de segurança no Rio são as Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP). As UPP foram as principais propostas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro durante o período de Sérgio Cabral (MDB) à frente do Governo do Estado. A política consiste na instalação de unidades policiais em favelas onde, em teoria, operavam as principais facções criminosas no Estado (ROCHA, 2012). A inauguração da primeira UPP é datada de 19 de dezembro de 2008, no Morro Santa Marta (Zona Sul do Rio de Janeiro). Em sua dissertação, Rocha (2012) apresenta uma discussão sobre como as políticas foram formuladas e implementadas, bem como tece comentários sobre perspectivas para o futuro das UPP. Sobre seu surgimento, a autora discute o papel da imagem externa sobre o Rio – inseguro, violento, cheio de crimes – que precisava ser transformada para que recebêssemos os megaeventos (p. 14-15).

---

<sup>55</sup> CONECTAS DIREITOS HUMANOS. Jornadas de Junho: cinco anos depois. **CONECTAS**, 13 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/jornadas-de-junho-cinco-anos-depois>. Acesso em: 28 jun. 2021.

A ideia que orienta os novos dispositivos de segurança é a de policiamento de proximidade, que se daria aliado à entrada de serviços das áreas de assistência social – como provimento de água, esgoto, luz, coleta de lixo, inclusão digital e afins. A chegada do “social” das UPP, em 2010, vem muito conectada com as demandas do mercado do turismo. Cabe destacar que muitos discutem que há influência do PRONASCI (de 2007) na formulação desta dimensão das UPP, dado que é este que “inaugura” no Brasil a ideia de segurança cidadã, numa perspectiva que une segurança e exercício de cidadania.

Os projetos da UPP Social, que seriam supervisionados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) e articulados com a Organização das Nações Unidas – ONU Habitat, visavam promover avanços não só no campo urbanístico, mas também social e econômico, numa visão que conecta as políticas de segurança e sociais. Em 2011, o Governo do Estado se desresponsabiliza pela UPP Social e passa sua responsabilidade para a Prefeitura do Rio. Sobre todo o processo de formulação que envolve as UPP, especialmente a UPP Social, Bentsi-Enchill, Goodenough e Berger (2015) relatam que a participação popular foi insuficiente – até falaciosa, na verdade –, dado que não integra efetivamente a população por conta de um entendimento de que sua participação plena é uma ameaça aos planos dos dirigentes.

Se a UPP Social pretendia integrar projetos existentes com novas ações do poder público sem envolver moradores que realizam ações nos territórios, sua função social é irrealizável. Rocha e Pedro (2013) suscitam uma questão importante: o que é (ou foi, melhor dizendo) produzido com as UPP? A inauguração de uma vigilância e policiamento em tempo integral produz quais efeitos no nosso processo de produção de subjetividades, tão marcado pela urgência da produção de segurança? As UPP se relacionam de forma diferente entre moradores de favela e moradores de outras regiões da cidade?

Uma controvérsia interessante sobre o programa é que, ao mesmo tempo em que ele é premiado internacionalmente e reconhecido como algo revolucionário no modo de executar políticas públicas, no dia a dia, moradores de favelas têm opiniões absolutamente divergentes sobre o tema. Em 2016, por exemplo, 65% dos moradores de favelas tinham medo de sofrer violência policial e mais de 40% declararam que as UPP não contribuíram com a melhoria da segurança da cidade<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> MELO, Karen. Pacificação? Cadê a Paz? Medium, 25 de setembro de 2016. Disponível em:

Ao seguir as controvérsias em torno das UPP, Rocha (2012) identifica a dificuldade de produzir-se consensos sobre o tema visto que, em todo o seu percurso “desde a proposição da política, há agenciamentos, resistências, deslocamentos e controvérsias” (p. 17), o que produzia um constante questionamento e embate sobre a implementação das unidades. Do lado dos moradores, sempre foi uma bandeira de luta a pergunta: a paz só se constrói com as ocupações militares? Que paz e para quem?

Segundo Julita Lemgruber<sup>57</sup>, no início do projeto, ainda havia alguma preocupação com o treinamento dos policiais, mas pouco depois já víamos sinais de sua degeneração. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2016) indica que, entre 2006 e 2011, as mortes violentas em áreas pacificadas caíram cerca de 75%. Isso se dá não apenas pela existência da UPP, mas, por exemplo, por incentivos financeiros para que policiais poupassem vidas<sup>58</sup>. Com o desmantelamento da política, progressivamente as coisas começam a mudar: em 2017 a taxa de homicídios, que havia reduzido anos antes, voltou a mais de 40 por 100 mil habitantes. Isto ocorre, como aponta Jaqueline Muniz na mesma entrevista<sup>59</sup>, porque a economia do crime se realocaliza e a mancha criminal se reorienta para outras práticas, diante da ineficácia de uma política pública.

Já atingimos o patamar de quase 40 unidades. Algumas já foram fechadas e hoje são 29 em funcionamento. Cabe um debate mais amplo sobre o desmantelamento das UPP nos anos posteriores aos megaeventos – em 2019, a ALERJ vota um projeto que prevê o fim das UPP no Estado<sup>60</sup>, inclusive. Trabalhos como os de Marielle Franco (2014) e Silvia Ramos<sup>61</sup> ajudam a compreender os cursos que a UPP trilhou no estado, da sua formulação à sua destruição, relatando casos de violência policial rotineira nas favelas.

---

<https://medium.com/dados-e-jornalismo/pacifica%C3%A7%C3%A3o-cad%C3%AA-a-paz-822da483292f>.

Acesso em: 10/08/2021.

<sup>57</sup> ABRANTES, T. O que deu errado no plano para “pacificar” o Rio? **Portal Exame**, 24 de outubro de 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-que-deu-errado-no-plano-para-pacificar-o-rio/>. Acesso em: 28/08/2021.

<sup>58</sup> BETIM, Felipe. UPPs, mais uma história de esperança e fracasso na segurança pública do Rio. **El País**, 11 de março de 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227\\_645322.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/11/politica/1520769227_645322.html). Acesso em: 10 jul. 2021.

<sup>59</sup> Conforme nota de rodapé n. 57.

<sup>60</sup> CORRÊA, Douglas. Alerj aprova em primeira discussão projeto que prevê fim das UPPs. **Agência Brasil**, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-02/alerj-aprova-em-primeira-discussao-projeto-que-preve-fim-das-upps>. Acesso em: 07 jul. 2021.

<sup>61</sup> Ramos, Silvia. UPP: a falência de um programa para mudar a polícia. **WikiFavelas**, 2018. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=UPP: a fal%C3%Aancia de um programa para mudar a pol%C3%ADcia>. Acesso em: 12/07/2020.

Pereira (2020) tece uma análise da cobertura midiática em torno das UPP, ação que nos ajuda a entender a disputa pública travada sobre os equipamentos. Segundo o autor, as matérias publicadas pela grande mídia não apenas toleram os atos de violência policial para justificar a pacificação, mas também produz na população o desejo do endurecimento das medidas promovidas pela Polícia Militar. Podemos dizer que, neste período, a mídia hegemônica ajuda a fortalecer as ideias de que “bandido bom é bandido morto” (PEREIRA, 2020).

Em junho de 2013, as teses sobre violência policial ganham mais expressão ainda. Com as manifestações contra os governos, a polícia assume uma orientação ainda mais violenta, de repressão dos movimentos sociais e abuso de poder. Casos como o do fotógrafo Sérgio Andrade da Silva, que perdeu a visão de um olho após ação da polícia, ou Giuliana Vallone, repórter, que também foi atingida no olho por bala de borracha, ilustram o comportamento da polícia com os manifestantes. Com isso, uma nova geração política que ocupava as ruas retoma debates que sempre foram encampados pelos setores progressistas da sociedade em torno da urgência de se desmilitarizar a polícia ou até mesmo pelo fim da polícia militar<sup>62</sup>.

Nas favelas, a rotina seguia dura: em julho de 2013, por exemplo, o pedreiro Amarildo Souza foi torturado e morto por PMs da UPP da Rocinha, na Zona Sul do Rio. O caso é ainda hoje um dos mais emblemáticos na cena de lutadores por justiça, que ainda se perguntam onde está Amarildo. O recrudescimento do tráfico de drogas e das guerras entre facções em territórios “pacificados” logo seria uma realidade novamente, coisa que também ajuda a desmontar a ideia da UPP no Rio.

As lutas sociais que se seguiram conviveram com respostas cada vez mais repressivas do Estado. Tanto as lutas urbanas contra as remoções (gerando firme repressão nas favelas) como qualquer expressão política contrária à agenda dos governos era massacrada. Vale lembrar que a criminalização dos movimentos sociais atinge seu ápice com a aprovação da Lei Antiterrorismo (Lei 13.260/2016), que servia apenas para determinadas expressões políticas: durante as manifestações pró impeachment em 2016, era comum que a população

---

<sup>62</sup> UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – UNE. Com a escalada da violência, UNE pede urgente desmilitarização da PM. UNE, 15 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/com-a-escalada-da-violencia-une-pede-urgente-desmilitarizacao-da-pm>. Acesso em: 10 jul. 2021.

que ocupou as ruas tirasse fotos com policiais, enquanto as manifestações contrárias ao impeachment eram rotineiramente reprimidas.

Pela forma como operamos nossa política de segurança pública, estamos entre os países que mais matam crianças e adolescentes no mundo. Entre 2001 e 2018, 140 mil crianças foram mortas por armas de fogo no Brasil e, não por acaso, 70% negros<sup>63</sup> – só nos superam México e El Salvador nas tristes taxas. Não são novas as reflexões sobre isso no poder público: em 1992, pela primeira vez uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada na Câmara dos Deputados para discutir assassinatos de crianças e adolescentes, que gerou oito proposições (mas apenas duas se tornaram lei). Em 2015, novamente uma comissão foi instaurada, mas agora no Senado, presidida pela Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e relatada pelo Senador Lindbergh Farias (PT-RJ), com a tarefa de discutir de forma mais cuidadosa a situação da juventude negra.

A CPI aponta questões sobre a temática da violação de direitos da juventude, abrindo um importante debate na casa legislativa no sentido de afirmar que

As mortes por assassinato da juventude negra estão diretamente relacionadas à ação ou omissão do Estado. De um lado, a proliferação do tráfico de drogas nas comunidades de baixa renda, sobretudo nas favelas, é resultado, em última análise, da falta de segurança pública e da ausência dos órgãos de Estado. Em um ambiente onde a omissão do Poder Público suscita o aparecimento de grupos organizados de traficantes, bem como de milícias, os índices de violência contra a juventude negra atingem o paroxismo. De outro lado, o crescimento da violência policial contra esses jovens também é uma chocante realidade. Situações envolvendo a morte de jovens negros, sobretudo aquelas cujas justificativas da ação policial se apoiam nos chamados autos de resistência. Segundo depoimentos colhidos por esta CPI, junto a estudiosos, especialistas e ativistas, o expediente dos autos de resistência tem sido utilizado de forma recorrente pelos policiais para justificar a morte daqueles jovens. (SENADO FEDERAL, 2016, p. 31)

O relatório indica diferentes medidas a serem adotadas pelo poder público, mas apenas um Projeto de Lei (PLS 240/2016) avançou em tramitação. Ele institui um “Plano Nacional de Combate ao Homicídio de Jovens” e tem por objetivo reduzir, para menos de 10 a cada 100 mil habitantes, a taxa de vitimização de jovens no Brasil nos próximos 10 anos, bem como indica parâmetros para a redução da letalidade policial e da vitimização dos policiais e o

---

<sup>63</sup> REY, B.; MUNIZ, E. O descaso do Estado com o assassinato de jovens no Brasil. **Nexo**, 14 de janeiro de 2021. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/O-descaso-do-Estado-com-o-assassinato-de-jovens-no-Brasil>.

Acesso em: 10 jul. 2021.

aumento para 80% da elucidação dos crimes, entre outros pontos. Em 2018, o projeto foi aprovado, mas desde então está parado na Câmara dos Deputados (PL 9796/2018) e nunca entrou em pauta.

### 3.1.2 Caminhos para o fim do mundo: da intervenção militar à militarização de todas as intervenções

*O manejo da lei e ordem deforma a realidade até o grotesco, extrai artificialmente os comportamentos delinquentes da trama das relações sociais nas quais estão enraizados e fazem sentido, ignora deliberadamente suas causas e seus significados e reduz seu tratamento a uma sequência de iniciativas previsíveis, muitas vezes acrobáticas, às vezes até mesmo inverossímeis, resultantes do culto do desempenho ideal, mais do que da atenção pragmática ao real.*  
Loïc Wacquant

O encerramento do ciclo dos megaeventos deixa, entre muitos “legados”, uma maior naturalização da vida social com uma dinâmica militarizada. Para nós, a militarização é algo que deve ser sempre estranhado e nunca naturalizado. Assim, há um esforço de tomar como problema tais legados, que fizeram com que as cidades, então remodeladas para receber novos equipamentos desportivos, avenidas, hotéis, shoppings e tantas outras construções, se transformassem em uma constante tentativa de ordem – a qualquer custo. Bicalho (2014) lembra que em nome da ordem, que se confunde com uma entidade necessária à proteção social, mata-se e, também, obriga-se a viver de maneiras muito específicas. A ideia de “dispositivo de segurança” apresentada por Foucault (2008b) diz respeito às tecnologias de poder que tem como foco o governo das populações. Aqui destacamos que os dispositivos de segurança são fundamentais na reprodução do sistema social capitalista, se traduzindo em políticas a serviço da manutenção do *status quo*, constituídas por relações de raça e classe.

Em 2018, período em que circulavam com muita força as manchetes do fim das UPP e os números de mortes aumentavam no estado, o então “presidente” Michel Temer, pelo Decreto Institucional 9288/2018, aprova a intervenção militarizada na gestão do Estado do Rio de Janeiro, cuja gerência deixa de ser do governador Luiz Fernando Pezão (MDB-RJ) e passa ao general-interventor Braga Netto. Cabe lembrar que o interventor possui em seu currículo passagem pela “missão de paz” no Haiti, primeira república negra do mundo. Entre 2004 e 2017, o exército brasileiro cumpriu a operação Minustah, junto à ONU. Braga Neto

chega ao comando do Rio de Janeiro com a tarefa de “reestabelecer a ordem” e, para isso, contaria com uma verba suplementar do Governo Federal no valor de 1 bilhão de reais. Depois, o valor solicitado pelo Gabinete da Intervenção passou a mais de 3 bilhões, valor extra que seria usado para pagar dívidas dos anos anteriores (CESeC, 2018). Analisando o processo de instalação da Intervenção, fica nítido que foi definida às pressas, “sem planejamento, recursos ou metas” (CESeC, 2018a, p. 23).

Esse debate sobre o “ordenamento na cidade” que subsidia a aprovação da Intervenção merece uma análise mais cuidadosa, pois alguns discursos públicos da gestão do Estado que fundamentam tais políticas públicas constroem uma versão de mundo que se impõe como verdadeira e única, mas que ao entrar em contato com outros atores (moradores, coletivos de favela, entidades do campo dos direitos humanos, etc.) não se sustentam nessa posição. Um exemplo dessa situação ocorre ao fim das festividades de carnaval em 2018, com o anúncio de que a violência teria aumentado na cidade e, portanto, a intervenção militar seria necessária; contudo, de acordo com os dados do próprio Governo do Estado, em números absolutos a violência diminuiu, como aponta o *Jornal Estadão*<sup>64</sup> ao analisar os dados do mesmo período do ano anterior. Diferente disso, a mídia propagou um cenário catastrófico de violência urbana.

Para Bussinger (2018)<sup>65</sup>, a intervenção no Rio se mune de métodos “de guerra” nas favelas, cercamento de áreas, revista de menores, fichamentos extraordinários, intimidação com máscaras e pesado armamento; práticas (e sinais) de ditaduras – ainda que sob o discurso da legalidade. A intervenção consolida uma cultura de desarticulação das formas de viver e ocupar a cidade como conhecemos porque torna alguns territórios impermeáveis e cercados por forte armamento. A limitação das possibilidades de vida na cidade oriunda da intervenção não se dá apenas nos limites físicos, mas numa construção sociotécnica que torna impossível estar em certos lugares que, muitas vezes, são a nossa própria casa. O que produz essa intervenção? Podemos notar uma ação militarizada baseada numa estratégia de “eliminação

---

<sup>64</sup> REZENDE, Constança. 16 dos 27 indicadores de violência caíram no Rio no Carnaval. **Portal Estadão**, 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,16-dos-27-indicadores-de-violencia-cairam-no-rio-no-carnaval,70002192304>. Acesso em: 10/05/2019.

<sup>65</sup> BUSSINGER, Aderson. Intervenção militar, fichamentos e lições da História. **Blog Esquerda Online**, 26 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/02/26/intervencao-militar-fichamentos-e-licoes-da-historia/>. Acesso em: 02/07/2019.

do inimigo”, seja pela sua morte ou pelas medidas de restrição de liberdade (REBEQUE; JAGEL; BICALHO, 2008).

Pouco antes de ser morta, a vereadora Marielle Franco (PSOL) – ferrenha opositora da Intervenção Militar de Temer – denunciou casos de violência nas favelas em Acari<sup>66</sup>, na região norte do Rio de Janeiro. O 41º Batalhão da Polícia Militar, que atendia o território, acumula denúncias de violação de direitos há muito tempo, sendo conhecido popularmente como “Batalhão da Morte”, sendo o que mais mata no estado. O caso denunciado por Marielle era de dois assassinatos de jovens que foram jogados num valão na favela dias antes de sua execução. Marielle, inclusive, se conecta às discussões da dissertação tanto pelo fato da militarização da vida dos jovens, da população negra, das pessoas faveladas serem problemas que ela também tomava para si, mas, fundamentalmente, pelo nosso compromisso em fazer ciência comprometida com a vida, com a defesa dos direitos humanos, de construir um novo mundo, mais polifônico, com respeito a diversidade e livre de toda forma de violência.

Quando Fanon (1968) discute sobre as “oposições entre zonas de ocupação possíveis para colono e colonizado” (p. 33), ele nos faz pensar na relação entre a execução de Marielle com sua vida, que foi marcada por lutas pela destruição das desigualdades produzidas pela colonialidade do poder. Não foi em um território de favelas que ela foi morta; foi no centro da cidade. Ainda depois de sua morte, há um processo intenso de disputa sobre sua memória, com notícias falsas disseminadas no intuito de justificar publicamente sua execução. No sítio eletrônico <<https://www.mariellefranco.com.br/averdade>>, encontramos alguns rastros da disputa pública que teve que ser travada. Mais uma vez, Fanon nos ajuda a pensar no caso, ao complexificar a noção de dominação, lembrando a ideia de “quinteessência do mal” (p. 36) e também de “tensão permanente” (p. 48).

Ao se opor à intervenção militar, Marielle nos ajudava a entender como a intensificação da militarização – que já havia ocorrido em outros momentos no Rio, como na ocupação do Complexo de Favelas do Alemão ou da Maré, em 2010 e 2014, respectivamente – não resolvia o problema; antes, ampliava uma lógica de guerra às drogas que, na prática, executava corpos negros e pobres. Isto ocorria, num diálogo com Fanon (1968) pela condição de existência dos colonizados, subalternizados, que é inferior à dos colonos. O que os divide

---

<sup>66</sup> O GLOBO. Quatro dias antes de ser assassinada, Marielle Franco compartilhou denúncia contra ação de PMs. **O Globo Rio**, 15 de março de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quatro-dias-antes-de-ser-assassinada-marielle-franco-compartilhou-denuncia-contra-acao-de-pms-22491429>. Acesso em: 11 jul. 2021.



são os espaços que podem transitar, mas também sua forma de existir no mundo, seu corpo, sua cor, sua expressão. Todo o processo de inferiorização das expressões negras justificam para a opinião pública as violações de direitos, porque a “condição de inferiorização”<sup>67</sup> dos colonizados desumaniza aqueles que são considerados traficantes, vagabundos, inservíveis para a reprodução do capitalismo. Marielle, infelizmente, não pode acompanhar e combater o desenvolvimento da intervenção, pois foi brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, menos de um mês depois do decreto da intervenção federal no RJ.

Diante da instauração da Intervenção no Rio, criou-se, pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, o Observatório da Intervenção. Com importantes ações de denúncia e monitoramento, o Observatório da Intervenção foi um dos principais atores na articulação das resistências à Intervenção Federal no RJ.

A intervenção durou 10 meses. Nada poderia descrever melhor o que foram esses dez meses do que o título do relatório final do Observatório da Intervenção chamado “Intervenção Federal: um modelo para não copiar” (CESeC, 2019). É certo que, desde os anos 1990, a criminalidade no Rio de Janeiro é mais alta que a média nacional, chegando ao dobro desta em vários momentos (CESeC, 2018a), e tal fato justificou, na cena pública, uma medida mais dura no estado, baseado na intensificação dos confrontos (p. 6). Mesmo com operações faraônicas e custosas (algumas com cinco mil agentes, custando um milhão de reais), “resultados” no campo do combate ao crime não se apresentam nem próximos de satisfatórios ou expressivos: arrecadaram poucas armas e tiveram efeito reduzido na desarticulação de quadrilhas (CESeC, 2018b). Ao fim da intervenção, até mesmo a tímida queda no número de roubos de cargas já havia sido revertida e a diminuição de homicídios na Baixada Fluminense foi “compensada” pelo aumento no interior, especialmente na costa verde (CESeC, 2019, p. 6). Ou seja, muda a mancha criminal, mas não se extingue a ocorrência de crimes.

Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia lançou um documentário, chamado “Intervenção na cidade, militarização do medo”<sup>68</sup>, em que conversou com dez pesquisadoras do campo da segurança para elucidar, desde a Psicologia, sobre a militarização enquanto um método de gestão da vida de determinadas pessoas. No documentário, relaciona-se o efeito

---

<sup>67</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>68</sup> CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Intervenção na cidade, militarização do medo. [S. l.: s. n.], 15 mar. 2018. 1 vídeo (31 min 6 s). Publicado pelo canal Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BeaRTMRWjPE>. Acesso em: 19/08/2021.

subjetivo da ditadura em nós, herdeiros da violência ditatorial, mesmo os que desconhecem a ditadura enquanto um problema. Também se relaciona o processo de criminalização da pobreza, muito bem trabalhado por Wacquant (2003), o que ajuda a entender a seletividade das ações no campo da segurança pública. Tomando a população pobre como problema – no sentido ruim da palavra “problema”, como algo a ser eliminado – a intervenção militar se desenvolve no Rio agravando violações de direitos nas favelas sem necessariamente enfrentar nenhum problema específico – não elimina o tráfico de drogas, o tráfico de armas ou a desigualdade social.

Podemos dizer que a intervenção militar, em seus dez meses de vida e muitos espetáculos, foi uma tentativa cara e inócua de mudar um contexto complexo usando táticas antigas (CESeC, 2019). Isso se verifica quando o Conselho Federal de Psicologia relaciona as similaridades entre os depoimentos dos psicólogos que foram vítimas da ditadura (CFP, 2014) e os moradores da Maré que foram vítimas da intervenção militar em 2014. O fim do ciclo dos megaeventos e da própria intervenção não causa um retorno a qualquer “normalidade”, como setores sociais defendiam anteriormente. Pelo contrário: com a crise no modelo de desenvolvimento para o qual o Estado se preparava, acompanhada pela crise no preço de importação de muitas *commodities* (especialmente dos barris de petróleo), toda a cadeia produtiva é afetada, bem como a estrutura econômica do Estado. As disputas entre o programa econômico para o Rio de Janeiro foram tão intensas que, em 2018, tivemos 10 candidaturas ao governo no estado. A maior parte delas ligadas aos setores políticos da direita.

O Estado, como aponta Harvey (2005), atua na manutenção do sistema de forma alinhada não só com os interesses locais, mas também em resposta a uma demanda internacional, que precisa de uma composição específica em vigor para manter seus negócios e investimentos operando. Nessa visão, a gestão assume um papel importante no fortalecimento do capitalismo, admitindo em suas práticas violências e opressões contra a população que deveria cuidar, o que é inadmissível. Os gestores devem construir políticas que estejam a serviço da superação real dos problemas do povo daquela localidade, que enfrentem os pontos de crise para a construção de uma comunidade mais feliz e justa.

Uma característica muito importante que pode ser observada nas lutas contemporâneas pelos Direitos Humanos, como aponta Harvey (2012), é sua capacidade de desafiar a

hegemonia liberal numa forma de se pensar a cidade e a organização da vida, porque no capitalismo nada é mais valioso que o lucro e o direito à propriedade. Mas, para a maioria da população, que não possui participação nem nas propriedades nem nos lucros, nada é mais valioso que o direito à vida (com dignidade). Sobre o tema, Lisboa (2018) nos ajuda a pensar nas vidas sem valor, alvo de políticas públicas não para garantia de direitos ou dignidade, mas concebidas através de uma linguagem mortífera.

Pochmann (2017) aponta que as particularidades na organização capitalista no Brasil são importantes para uma análise das tensões que permeiam o Estado. O direito à cidade que é alienado por medidas como a Intervenção Militar, portanto, é um direito que vai além da compreensão de liberdades individuais e acesso a serviços urbanos (Harvey, 2012), mas caminha rumo à emancipação humana.

A ordem que a Intervenção Militar tentou estabelecer no Rio de Janeiro repetia os vícios do passado ao expurgar da cidade qualquer expressão da pobreza e cercear certos sujeitos do acesso à dignidade. Foi no século XIX que Lombroso propôs as ideias de criminoso nato, mas ainda em 2018 sofremos com os olhares para uma favela que é tida como território inimigo, bem como com os índices alarmantes de aprisionamento da população negra (no Brasil são mais de 700 mil encarcerados, 70% negros e mais da metade ainda sem julgamento). O fenômeno criminal é complexo, mas olhar para suas expressões ignorando as matrizes de desigualdade social que ele carrega é reeditar as teorias criminológicas do século passado – que já naquela época eram absurdas – para uma realidade completamente distinta.

É a criminalização definitiva da pobreza, agora sacramentada também por procedimentos jurídicos. Segundo os princípios constitucionais, em qualquer caso, a inocência do cidadão deve ser presumida até que se prove o contrário ou que haja indícios claros e suficientes de envolvimento com atividades ilícitas. A questão que se impõe é, ou os moradores das favelas não são considerados cidadãos e, portanto, não dignos dos direitos fundamentais; ou se presume desde o princípio que todo e qualquer morador possui envolvimento com o tráfico de drogas e, por isso, é alvo de investigação policial; talvez um pouco dos dois. (BICALHO; KASTRUP; REISHOFFER, 2012, p. 60)

### 3.2 Necroliberalismo à brasileira: “*Cova a gente cava e presídio, se precisar, a gente bota navio em alto mar*”

“*Eu Cavo, Tu Cavas, Ele Cava, Nós Cavamos, Vós Cavais, Eles Cavam.  
Não é bonito, nem rima, mas é profundo...*”  
Barão de Itararé

Como foi discutido anteriormente, o alvoroço causado pela pauta da Segurança Pública no Rio não foi algo circunscrito à Intervenção Federal. Nas eleições de 2018, a maior parte dos candidatos ao Governo do Estado discutiam publicamente – ainda que em seus programas não existisse muita elaboração sobre o tema – a questão do combate à criminalidade no Estado. A vitória de Witzel (PSC), inclusive, foi motivo de muita preocupação para algumas pessoas, pelo tom de radicalidade à direita em seu discurso. Não à toa, sua brevíssima passagem pelo Palácio Guanabara é marcada por escândalos de violação de direitos e posturas controversas quando falamos de Segurança Pública, já que as práticas que ganham força nesse período são mais letais que em períodos anteriores.

Luiz Eduardo Soares<sup>69</sup> discute que falar de segurança pública no Brasil é falar sobre desigualdade e racismo estrutural. Nós aprendemos a conviver com índices trágicos e a naturalizar esse projeto, onde as principais vítimas são negras, pobres e moradores de favelas e periferias. Ao acenar positivamente para os pacotes de violência em seu programa de governo, Witzel abriu alas para o pior período de atuação das polícias desde a redemocratização.

Em sua campanha, a frase que é explicitada no título da seção – *cova a gente cava e presídio, se precisar, bota navio em alto mar* – foi proferida em um discurso para um grupo de militares estaduais<sup>70</sup> em contexto no qual o político prometia varrer do Estado “a bandidagem”. Curioso que a história se encarregou de varrer ele próprio um ano e meio depois, após o primeiro *impeachment* de um governador da história do Rio de Janeiro que foi julgado e condenado por corrupção. Também, no mesmo discurso, prometeu dar mais subsídios para as ações de “abate” – sim, com esses termos... – por parte dos agentes da segurança.

<sup>69</sup> Conforme nota de rodapé n. 4.

<sup>70</sup> SALLES, Stefano. Witzel fala em covas e navios-presídios para criminosos, em encontro com agentes da segurança. **O Globo: Política**, 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/witzel-fala-em-covas-navios-presidios-para-criminosos-em-encontro-com-agentes-da-seguranca-23182795>. Acesso em: 10/07/2021.

Outra ação prometida ainda em campanha que causa danos cotidianos à execução das políticas públicas é o fim da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Tal medida significa maior poder às corporações policiais, cujos comandantes passaram a ter também status de secretários de governo. Um dos efeitos imediatos dessa medida foi a expansão inédita das ações policiais, com mais mortes do que no ano em que estivemos sob intervenção militar. Também observamos uma questão peculiar: das 569 operações realizadas em 2019, apenas 6,5% foram feitas em áreas dominadas pelas milícias<sup>71</sup>, ainda que estas operem em mais de 30% do território fluminense.

Outra questão inquietante é o paradoxo de termos nesse assunto no país: ao mesmo tempo, temos mais de 90% de taxa de crimes não resolvidos<sup>72</sup> e a terceira maior população carcerária do mundo, fato que não se modifica – inclusive se agrava, como veremos nas cenas a seguir – no período pesquisado. Ou seja, um padrão de operações mais contínuas, com mais mortes, polícias com atuações menos articuladas e sem intenção de combater de forma eficiente o crime organizado no Rio de Janeiro. O novo padrão da Segurança Pública é um retorno às lógicas mais bélicas para atuação do Estado.

Eleito em um período de intensa crise política, Witzel operaria aquilo que Fanon (1968, p. 61) discute ao falar da “cumplicidade entre as forças do colonialismo e a violência” que se instala nos territórios que supostamente devem ser contidos para manutenção do *status quo*. Não é por acaso que as promessas de “mirar na cabecinha” não produziram a estrutura necessária para sua cassação, mas sim denúncias de corrupção, sobrepondo a questão da propriedade e pautas morais ao conjunto de pautas no campo da defesa da vida e dos direitos humanos. Não foi apenas num campo retórico em que “mirar na cabecinha” se materializou, mas, sobretudo, num campo operacional, o que mobilizou ainda mais violência letal por parte das corporações policiais em determinados territórios. É o Estado – entidade que deveria proteger – que se impõe ao contrário [para parte da população]; exhibe-se, maltrata, molesta, fazendo ver ao cidadão que está em perigo permanente (FANON, 1968).

---

<sup>71</sup> MELLO, I.; FERREIRA, L. A mão invisível da milícia. **Portal Uol Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/com-milicia-em-expansao-confrontos-policiais-no-rio-miram-traffic-e-soma-m-so-3-em-areas-de-milicianos/>. Acesso em: 7 de jul. 2021.

<sup>72</sup> GARCIA, M. F. Mais de 90% dos assassinatos ficam impunes e sem solução no Brasil. **Observatório do Terceiro Setor**, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/mais-de-90-dos-assassinatos-ficam-impunes-e-sem-solucao-no-brasil>. Acesso em: 7 jul. 2021.

Uma atividade recente que ajuda a entender como é a presença do Estado nos territórios mais pobres foi a compra de 15 Caveirões feita pelo governador do Rio de Janeiro no primeiro trimestre de 2021, momento em que a pandemia de coronavírus atingia os maiores índices de contágio e morte desde seu surgimento, com hospitais sobrecarregados e muitas pessoas em extrema vulnerabilidade em função do fim do Auxílio Emergencial do Governo Federal. A compra, que totalizou 6,5 milhões de reais, poderia ser utilizada para financiar, por exemplo, cerca de 35 mil auxílios emergenciais para a população carioca (o Supera Rio, aprovado na ALERJ e sancionado pelo governador, é um auxílio com valor de R\$200,00). O problema não é a ausência ou a presença, na verdade; é que todo contato que o Estado tem com os territórios populares passa pelas políticas de promoção de morte.

Mesmo diante de uma conjuntura tão adversa, com a maior emergência sanitária dos últimos 100 anos, o estado necroliberal se movimenta rumo à expansão da militarização e eliminação dos seus inimigos. Sobre isso, a ideia de necropolítica apresentada por Mbembe (2018) contempla a perspectiva de um estado onde a exceção é produzida permanentemente, com a ideia ficcional de inimigo sendo criada a todo instante. No caso do Brasil e particularmente do Rio de Janeiro, a constituição da população negra enquanto a inimiga ficcional é observada em todas as dimensões da vida social e em diferentes analisadores de políticas públicas. Assim, pensando com os dados apresentados no caderno do CREPOP de Segurança Pública (CFP, 2020), podemos dizer que se as políticas de Segurança Pública se tecem num campo público com a justificativa do cuidado da população, ela “se opera em muitos locais como ferramenta de gestão e aprofundamento de políticas de morte, a partir da formação de mundos de morte no âmbito do neoliberalismo e das formações democráticas liberais” (CFP, 2020, p. 24).

A contribuição de Foucault (2008a) sobre biopolítica é absolutamente importante, especialmente no que diz respeito aos efeitos do liberalismo e neoliberalismo. Segundo o autor, ainda que o liberalismo não seja apenas um governo econômico, mas um governo para todo o coletivo, sua racionalidade superpõe a questão econômica a todas as outras questões da vida social (FOUCAULT, 2008a). Assim, as possibilidades de conexão consigo e com os outros, as relações sociais, as formas que a cidade se organiza, o mundo do trabalho, tudo seria orientado por uma racionalidade própria desse regime.

Sobre o tema, Safatle (2016) ressalta que o liberalismo e o neoliberalismo são doutrinas morais, que produzem modos de viver, de se relacionar, de pensar o mundo e, também, de movimentar a economia que são próprios dos seus arranjos. Ganham destaque aqui alguns traços como o individualismo, a competição e a desvalorização do coletivo. A condição sociohistórica em que isso se estabelece marca o aprofundamento de um Estado que é instrumentalizado para a acumulação de riquezas privadas para poucos, mesmo que isso seja feito em detrimento da promoção de qualidade de vida para todas as pessoas.

Os efeitos do ordenamento neoliberal são ainda mais críticos nas periferias do mundo, onde a cidadania é produzida por exclusão, como privilégio de alguns e não direito de todos e todas (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019). Pensando as noções de biopoder centradas em contextos não europeus, Achille Mbembe tem sido uma das principais referências aos que estudam modos de vida desde esses territórios, como indica Lima (2018). Com as reflexões em torno do tema da necropolítica (MBEMBE, 2018) podemos avançar muito sobre o importante conceito de biopolítica para compreender as vicissitudes dos governos das populações na realidade brasileira (e fluminense em especial), onde a desigualdade social produz situações em que o acesso a direitos básicos não é uniforme à todas as pessoas.

Pensar hoje no genocídio da população negra bem como todas as questões e vicissitudes transversalizadas pela raça, enquanto ficção materializada em corpos-subjetividades, convoca a noção de bio-necropolítica como analisador, principalmente no que se refere às formas de pensar o que vem a ser a democracia e a construção de uma vida em comum em contextos brasileiros onde uma gramática sociorracial se sustentou durante muito tempo no mito da democracia racial e na cordialidade como traço distintivo fazendo do racismo à brasileira um crime perfeito. (LIMA, 2018, p. 23)

Ao discutir sobre a situação contemporânea, Mbembe (2020) se refere ao conceito de necroliberalismo enquanto uma conjunção das práticas necropolíticas às políticas neoliberais. A afirmação parte da concepção de que as políticas neoliberais são fundamentalmente políticas de morte (GEFAELL, 2015), pela compreensão de que, ainda que não orientem à morte diretamente, mobilizam processos que culminam em mortes a partir das políticas de austeridade e exclusão, bem como a forma de lidar com milhares de pessoas – os sem-teto, dependentes de políticas sociais, usuários da saúde pública, refugiados e tantos outros marginalizados – numa lógica de abandono. Os que não tem capacidade de gerar lucros são deixados para morrer.

Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que o neoliberalismo se manifesta de diversas formas no mundo. Ainda que no contexto do Rio de Janeiro seja evidente a operação da necropolítica pela violência (com destaque às políticas de segurança), tal racionalidade se expressa nas políticas neoliberais, que se manifestam em cortes, na mercantilização e privatização de serviços essenciais como saúde pública ou água limpa. Não é exatamente a mesma forma de eliminação que a violência policial nas favelas, mas produz processos de morte (GEFAELL, 2015). Além disso,

[...] a reflexão mbembeana nos indica que políticas da inimizade amparadas no racismo e na violência necropolítica são ameaças à plenificação de uma real democracia. Com efeito, o cenário de crescimento da violência letal contra jovens racializados e pauperizados no Brasil e o encarceramento em massa desse mesmo segmento social colocam sob suspeita nossa própria condição plenamente democrática, indicando continuidade de um ethos autoritário e de uma lógica colonial em um contexto neoliberal que maximiza a precarização da vida e autoriza a morte de existências descartabilizadas. (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019, p. 37)

As recorrentes denúncias e o esforço analítico desta dissertação ajudam a elucidar diferentes movimentações que violam direitos da população moradora de favelas no Rio de Janeiro, entendendo como suas histórias singulares têm muito em comum: a desumanização dos corpos negros; a estatização da violência letal contra jovens pobres e negros; a afirmação continuada de políticas de segurança orientadas para o confronto; e a execução e desresponsabilização do Estado diante da pandemia. Com isso, podemos delinear os contornos daquilo que atravessa a vida da população negra e pobre de forma comum.

No quinto capítulo de seu livro “Peles Negras, Máscaras Brancas”, Fanon (2008) discute sobre a experiência vivida da população negra, ajudando-nos a entender um caráter de alienação de suas existências. Em algum momento, ele chega a dizer que “enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinais, confirmar seu ser diante de um outro” (p. 103). Arriscamos um diálogo com Fanon, pensando a realidade do Rio de Janeiro, para afirmar que nem em casa a população negra encontra mais espaços seguros, tendo em vista casos como o de João Pedro, que foi morto (e sequestrado pela Polícia) enquanto brincava. Desta forma, concordamos que “qualquer ontologia do povo negro e pobre se torna irrealizável na nossa sociedade” (FANON, 2008, p. 103).



Prova disso é que, se não fosse a resistência popular (em ações judiciais, em manifestações nas ruas, na construção da memória desses jovens como seres humanos, sujeitos de direitos e merecedores de dignidade, e em muitas ações na disputa desse alargamento da compreensão de humanidade que está posta atualmente), todos os casos acima discutidos teriam sido catalogados como morte em decorrência da atuação policial – os famosos autos de resistência. O genocídio impulsionado pelas políticas de segurança pública não parece incomodar o *status quo*.

Inclusive, recentemente, um projeto de UPP 2.0<sup>73</sup> foi apresentado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de ocupar militarmente novos territórios, com a mesma ideia de guerra, de retomada de uma localidade. Nos certificamos, diante disso, sobre como a arquitetura de tais políticas públicas – que é fundada no autoritarismo e intervencionismo, como vimos anteriormente – performa as ideias apresentadas pelo filósofo Achille Mbembe em torno dos temas de necropolítica e necroliberalismo.

As operações articuladas no Rio de Janeiro seguem a pleno vapor, ainda que intelectuais, movimentos sociais e a população em geral denunciem que elas agravam os problemas de segurança, considerando que em muitos territórios o Estado já é mais responsável pelas mortes que os grupos considerados criminosos. Isso significa que há um processo de **estatização da violência letal**: em 2019, as polícias foram responsáveis por 30,3% das mortes no estado. Mas, há uma peça peculiar quando discutimos o mapa de mortes no estado: o número total de pessoas mortas caiu 11,2% no ano de 2019 (em relação ao ano anterior) quando falamos sobre letalidade violenta (letalidade violenta é uma categoria que congrega mortes por homicídio, por agente do estado, por lesão corporal seguida de morte e latrocínio).

Agora, se destacamos apenas a categoria “mortes causadas por agentes do estado” o que se percebe é um aumento em quase todas as regiões do estado, que pode atingir até 45,2% (no caso da região de Niterói). Tais informações, divulgadas pela Rede de Observatórios da Segurança<sup>74</sup>, nos contam ainda que, em algumas regiões, as polícias foram responsáveis por

---

<sup>73</sup> PRADO, A.; LUCHESE, B. Mãe de Ágatha Félix relembra gravidez e promessa de paz quando Alemão foi ocupado há 10 anos. **Portal G1**, 27 de novembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/27/mae-de-agatha-felix-relembra-gravidez-e-promessa-de-paz-quando-o-alemao-foi-ocupado-policia-diz-que-estuda-retomar-projeto-em-favelas-do-rio.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>74</sup> REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. 2019: dados oficiais mostram que polícias fluminenses

mais de 50% das mortes violentas registradas. São elas, em ordem decrescente de letalidade e por circunscrição de delegacia: 98° (Paulo de Frontin); 77° (Icaraí, Niterói); 19° (Tijuca, Rio de Janeiro); 7° (Santa Teresa, Rio de Janeiro); 63° (Japeri); 78° (Fonseca, Niterói); 79° (Jurujuba, Niterói); 50° (Itaguaí); 23° (Méier, Rio de Janeiro); 15° (Gávea, Rio de Janeiro); 25° (Engenho Novo, Rio de Janeiro) e 24° (Piedade, Rio de Janeiro). Visibilizar a geografia dos crimes de estado por meio dos rastros que as polícias deixam em cada território é uma iniciativa importantíssima, que nos habilita a discutir de forma qualificada como se encarnam as práticas no campo da segurança em cada local.

O que está na mesa são dois fatos: aumento do número de mortes causadas pelo Estado, ainda que as mortes em geral estejam em queda. Em vários territórios, as polícias já matam mais do que aqueles que são considerados bandidos. Não se pode responder à demanda por segurança com uma lógica mais perversa que a daquilo que é considerado crime. Ainda que a experiência que nos constitui subjetivamente passe pela constante sensação de medo e insegurança (distribuída de forma desigual entre nós, considerando que para algumas pessoas o medo de perder a vida por uma bala “perdida” é muitas vezes maior que o medo de morrer contaminado por coronavírus, por exemplo), não podemos naturalizar que, para promover alguma suposta sensação de segurança para alguns, seja necessário eliminar a possibilidade de vida digna de outros.

A presença militarizada do Estado é atualizada todos os dias em cada xingamento racista e/ou machista, em cada casa invadida com chave mestra, em cada laje feita de esconderijo sem autorização, em cada equipamento de comunicador comunitário apreendido por um policial ou por um soldado. A militarização dos territórios é alimentada pela lógica bélica que constrói a ideia de que os moradores de favelas, especialmente os jovens, são inimigos que precisam ser eliminados. [...] O processo de militarização das favelas e das periferias do Rio de Janeiro é uma das peças principais do funcionamento de uma engrenagem governamental de controle de corpos dos jovens negros(as) em especial e territórios, através da qual o Estado se reinventa cotidianamente. (FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO; FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS; JUSTIÇA GLOBAL BRASIL, 2015, p. 5-6)

Pensar a realidade do Rio de Janeiro nos ajuda a compreender as redes de militarização da forma como elas se encarnam na realidade, a partir de suas performances. Nós estamos menos interessados em definições ostensivas do tema e mais em produzir

---

mataram quase 5 por dia. **Rede de Observatórios da Segurança**, 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/2019-dados-oficiais-mostram-que-policias-fluminenses-mataram-quase-5-por-dia/>. Acesso em: 30/03/2020.

cartografias em que forças podem ser visibilizadas, estranhadas e discutidas. Nesse sentido, não podemos deixar de levar em consideração um ator que aparece no percurso da dissertação, que são as milícias.

Sem dúvidas, do ponto de vista do controle militar dos territórios, as milícias e os varejistas do tráfico de drogas são forças importantes. Contudo, decidimos tomar como fio condutor das discussões as redes de militarização nas quais o Estado é o principal ator. Sobre as milícias, especialmente, tem sido relevado a cada dia o papel do Estado – ainda de forma nebulosa – em sua expansão pelo território fluminense. As relações que têm sido constatadas entre estes grupos e o poder público – influenciando eleições, por exemplo – são um tema urgente, que diz respeito não apenas a uma militarização rizomática da vida, mas também à forma como a democracia brasileira se estrutura. Não é um tema simples e merece aprofundamento teórico, mas podemos dizer que as milícias hoje encarnam o que há de mais “refinado” na crueldade da racionalidade militarizada.

Até alguns meses atrás, enquanto defendia as políticas de extermínio abertamente, o ex-governador apresentava índices assustadores de letalidade policial em sua gestão: as forças policiais do Rio de Janeiro, em 2019, mataram uma média de 5 pessoas por dia em decorrência de suas ações. Ao todo, foram 1.810 vítimas fatais, indicando um aumento de 18% em relação ao ano anterior, consolidando 2019 como o ano em que mais pessoas foram mortas pelas mãos do Estado desde 1998, ano no qual tal indicador foi criado, como apontam os dados do Instituto de Segurança Pública<sup>75</sup>.

Os números são resultados de ações contemporâneas, é verdade, mas não podemos ignorar que são efeitos de outros momentos também: a política de segurança pública durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) foi eleita como prioridade nacional, mas com eixos de atuação nunca voltados para a proteção do cidadão, mas sim para o desenvolvimento de um modelo institucional autoritário, dirigido para o total controle das informações e para a segurança nacional (MIRANDA, 2014). Mesmo que durante a redemocratização tenha ganhado força uma série de demandas pela remodelação e modernização das instituições policiais e adoção de estratégias de ação pautadas pelo respeito aos direitos dos cidadãos, o que vimos foi uma Constituição que não lida com as principais questões dentro desse tema.

---

<sup>75</sup> INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Séries históricas. **Tableau Software**, atualizado em 20 de agosto de 2021. Disponível em: <https://public.tableau.com/app/profile/instituto.de.seguran.a.p.blica.isp/viz/SriesHistricas/Resumo>. Acesso em: dia/mês/ano.

Um reflexo disso é o fato de que nunca houve no Brasil a responsabilização do alto escalão das corporações por nenhum crime denunciado pelas vítimas. Sempre são os policiais da ponta, os que disparam a arma, os que sofrem as consequências. Uma distorção da responsabilização, tendo em vista que a responsabilização apenas do agente da política pública, sem uma mudança da política em si, é ineficaz.

A efetivação das práticas violentas do Estado (no campo político, econômico e social) depende de medidas militarizadas e contínuas sobre a população mais pobre e explorada, que é atingida de forma mais direta por cada medida. E, como visto anteriormente, tais ações são feitas a cada dia com menos articulação entre as polícias, o que produz operações não planejadas, sem estudos e organizações profundas. Ou seja: entra-se nas favelas com a ordem para matar. Para aprimorar isso, o Brasil busca inspirações em países que estão desenvolvendo cada vez mais as tecnologias de guerra, como Israel (na importação de veículos blindados terrestres e aéreos) e China (na tentativa de importação de tecnologias como os drones e dispositivos de identificação facial), além do intercâmbio de informações sobre equipes, planejamentos e treinamentos.

O problema sobre tudo isso não é uma questão de reordenar treinamentos ou orientações para as polícias. A matriz política e a estrutura de funcionamento que orienta a prática das polícias só faz abrir espaço para que suas práticas de genocídio e dominação assumam o controle, sem encaminhamentos adequados aos crimes cometidos em serviço pelos membros das corporações ou grandes movimentações para transformar tais práticas. As reformas são importantes na atenuação dos infortúnios, mas se não forem feitas estruturalmente, manterão as práticas violentas sob outros termos.

Soares (2007) discute que, no período pós-redemocratização, todas as tentativas de discutir e incidir sobre a segurança pública acabaram sendo perdidas as custas de uma lógica que beneficia apenas “políticas equivocadas e tolerando o convívio com organizações policiais refratárias à gestão racional, à avaliação, ao monitoramento, ao controle externo e até mesmo a um controle interno minimamente efetivo e não-corporativista” (p. 85). Silvia Ramos nos lembra que a polícia escolheu o confronto e a letalidade como método de trabalho – e, mais que a letalidade, com a atuação do estado cria-se uma rotina de humilhações, violências, tiroteios e abordagens vexatórias.

Não se trata de governos de esquerda ou de direita, da presença ou ausência de interventores militares no comando da segurança. As polícias fluminenses estacionaram nas narrativas de que precisam combater as drogas, os traficantes e os criminosos usando métodos violentos. Mas esses métodos só resultam no fortalecimento desses mesmos grupos que eles dizem combater (traficantes e milicianos se tornam mais armados a cada ano). E assim as megaoperações, as mortes de crianças e os índices de letalidade policial se justificam e alimentam uma máquina de violência incessante.<sup>76</sup>

Essa forma de operar, pela fabricação da morte, é um negócio lucrativo e institucional. Podemos falar das Feiras da Guerra, já mencionadas, mas também de toda uma dinâmica de transformação do Rio de Janeiro em um laboratório da morte. E isso não significa modernizar a estrutura das corporações, mas as munições que elas dispõem para criar a guerra todos os dias. Assim, encerramos o capítulo que tenta cartografar alguns movimentos do Rio de Janeiro pensando que não existe uma solução simples para as questões no campo da segurança e que as “soluções” que têm sido privilegiadas são em torno de práticas militarizadas.

---

<sup>76</sup> RAMOS, Silvia. As polícias fluminenses escolheram o confronto e a letalidade como método. **Rede de Observatórios da Segurança**, 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/as-policias-fluminenses-escolheram-o-confronto-e-a-letalidade-como-metodo/>. Acesso em: 20/04/2021.

#### 4 CENAS DE MILITARIZAÇÃO NA VIDA DOS JOVENS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*“Não vem com esse discurso de que há um combate às drogas. O que há é um combate aos pobres. Estão tirando nossos filhos e ninguém se importa. E se nossos filhos fossem jovens brancos de classe média?”* – Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha, morto aos 19 anos com um tiro nas costas em Mangueiras, em entrevista a Thiago Mendes (2017b).

*A vida de um adolescente negro, no Brasil atual, encarna séculos de História. Sua vida se constitui, em pleno século XXI, a partir de uma formação social hierárquica e mantenedora de privilégios, fundada na concentração de poder e riquezas pela força. Traz as marcas do escravismo, da clandestinidade da cultura (d)e resistência e da repressão; da eugenia e do higienismo, como políticas reproduzidas em larga escala; do racismo autoproclamado científico com o acolhimento de Lombroso e Ferri em terreno tropical; da abordagem manicomial e das políticas de controle e hiperencarceramento.*  
(CRUZ et al., 2017)

Decidi, depois de muito refletir, trabalhar na dissertação cinco cenas que envolvem seis jovens – e séculos de histórias, como um dos trechos da epígrafe relata – nas quais se expressam, de forma nítida, traços das políticas públicas de segurança no estado do Rio de Janeiro. As cenas foram eleitas visando compor um período – considerando que a primeira cena da dissertação é de fevereiro de 2019, seguimos aqui contando um pouco dos processos que culminaram nas mortes de Alan Cordeiro (em 13 de julho de 2019); Ágatha Félix (em 20 de setembro de 2019); João Pedro (em 18 de maio de 2020); Rodrigo Cerqueira (em 22 de maio de 2020); Emily e Rebecca (em 04 de dezembro de 2020); e, na conclusão, trazemos um pouco da história da Chacina do Jacarezinho (em 06 de maio de 2021), bem como alguns dos efeitos que cada morte produziu na população, em ações de denúncia e resistência.

Também nas cenas gostaria de destacar um grave problema que ameaça a nossa democracia: a existência dos chamados “autos de resistência” no Brasil. Os autos de resistência – nomenclatura para designar as mortes decorrentes da atuação policial em legítima defesa – são impensáveis à luz do Código de Processo Penal: um homicídio, ainda que em legítima defesa, deve passar pelo crivo da investigação. O que ocorre hoje no Brasil, na maior parte dos casos em que policiais executam pessoas, é o relato de auto de resistência por parte do autor do crime, dispensando-o de qualquer investigação ou da instauração de um inquérito policial, dado que o seu crime foi cometido em legítima defesa. É um “crime de resistência” inclusive por considerar que o legítimo autor do crime está morto – e foi executado em legítima defesa. Está tipificado no Art. 329 do Código Penal.

Nos casos estudados para a dissertação, policiais (os que matam ou seus colegas de trabalho) são geralmente as testemunhas. É como se não houvesse leis no país – ou como se as corporações policiais fossem entidades acima da lei e suas ações não se enquadrassem materialmente como crime, mesmo que assim esteja previsto nas leis; e, além disso, como se seus atos não fossem passíveis de investigação, ainda mais se pensarmos que os executados – aqueles que não tem nome, endereço, rosto ou história – são indignos de humanidade.

Assim, podemos dizer que o auto de resistência não é exatamente uma carta que impossibilita o julgamento de quem comete o crime; ele é, na verdade, um julgamento sumário da vítima. Nos casos que serão relatados a seguir, as investigações só se mobilizaram após muita pressão popular e apelo da mídia. Em tantos outros, o auto de resistência encerra qualquer possibilidade de elucidação sobre as mortes e naturaliza as condenações sem rito processual, o extermínio dos que são considerados bandidos, ignorando que, os que pudessem ser incriminados, no Brasil, não são passíveis de pena de morte.

As políticas de ordem e segurança, hoje, não apenas produzem medo e insegurança, mas criam espetáculos em torno disso, tornando memoráveis os assaltos e roubos para justificar medidas cada vez mais duras de repressão. Isto porque essa lógica opera num campo subjetivo de legitimação das políticas que prometem o extermínio do outro, mesmo quando os estudos científicos, os acúmulos de movimentos sociais e de muitos operadores da segurança defendem o oposto. Diante do fortalecimento dessa lógica ontológica militarizada, só há espaço para o novo se ele for, ironicamente, um reordenamento do passado, mas cada vez pior (mais militarizado, letal e cruel).

Nesse sentido, como discutimos anteriormente, o novo que se apresenta com o fim da Secretaria de Estado de Segurança Pública, por exemplo, só encontra espaço porque tal medida necessariamente habilita as corporações policiais a terem liberdade plena para atuação, sem controle ou articulação. Em resolução promulgada no dia 21 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012) pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, fica disposta a necessidade de abolição de designações genéricas para o preenchimento de boletins de ocorrência, registros policiais, inquéritos policiais e notícias-crime. A resolução, quase 10 anos depois, se consolida como letra morta. A realidade que discutiremos a seguir, que versa sobre o Rio de Janeiro, revela que práticas de violação de direitos humanos seguem a todo vapor em territórios pobres, inclusive durante a pandemia do coronavírus.

...

O painel que se forma a seguir é composto de momentos que nos interpelam, de mortes que ajudam a entender a racionalidade necroliberal que delimita as possibilidades de viver e morrer. O tamanho das cenas é diferente, dado que a repercussão e os desdobramentos públicos de cada caso têm sido bem específicos. Muito respeitosamente, com todo o cuidado possível para que as próximas páginas contenham resgate da memória desses jovens e não uma espetacularização dos violentos processos de morte de cada um deles, convido vocês, leitores, a discutirem comigo.

#### **4.1 *O sonho dele era entrar no quartel para ajudar a mãe e a avó: Alan Cordeiro, 18 anos***

Alan saiu para comprar pão num domingo de manhã, há dois anos. Coisa que muitos de nós fazemos todos os dias. Dois “detalhes” sobre essa cena: Alan Cordeiro da Silva era um jovem negro, de 18 anos, morador de uma favela no bairro de Colégio, Zona Norte do Rio de Janeiro, chamada Para-Pedro. Naquele domingo de manhã, dia 14 de julho de 2019, também saíram de casa alguns policiais do 41º Batalhão de Polícia Militar (Irajá, RJ).

Segundo informe da polícia, os PMs estavam fazendo um patrulhamento na região e foram baleados e suas reações geraram um tiroteio. Nesse tiroteio, Alan foi atingido. Segundo moradores, a polícia invadiu a favela para reprimir um baile funk – cena rotineira nas favelas, basta lembrarmos o emblemático caso que ganhou projeção internacional de Paraisópolis – e começou a efetuar disparos para todos os lados. Depois de atingir o jovem, há denúncias de que a polícia não apenas alterou a cena do crime (forjando a presença de uma pistola, para insinuar que Alan era traficante), mas também negligenciou o socorro<sup>77</sup> e sequestrou o jovem.

Os moradores, que conheciam Alan e ficaram comovidos com a violência, prontamente se mobilizaram para socorrê-lo, colocando-o numa kombi para levar ao hospital. A polícia, ao ver a situação, fechou a kombi e transferiu o corpo do jovem para uma viatura, que supostamente levaria o menino ao Hospital Getúlio Vargas. Chegando lá, a família descobriu que o jovem fora levado para o Hospital Estadual Carlos Chagas. No Carlos Chagas, já encontraram Alan morto. O pai, Leandro Cordeiro, operador de supermercado,

---

<sup>77</sup> PEREZ, B. Adolescente morto em Para-Pedro era inocente e saía para comprar pão, diz pai. **O Dia**, 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/07/5663318-adolescente-morto-em-para-pedro-era-inocente-e-saia-para-comprar-pao--diz-pai.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.



desabafa em comentários ao jornal O Dia: “queriam que ele morresse para que não pudesse dar o testemunho. Ainda forjaram uma pistola 9 mm no nome dele”. O batalhão, em segundo informe oficial, diz que

De acordo com informações da 27ª DP (Vicente de Carvalho) uma Operação Policial foi deflagrada no domingo para reprimir o tráfico de drogas, roubo de cargas e baile funk, na Favela Para-Pedro, conforme as declarações prestadas pelos policiais militares lotados no 41º BPM<sup>78</sup>.

O padrasto do menino, Aleff Andrews, relata que o corpo do jovem ficou no local por um tempo, com a polícia impedindo aproximação para que a perícia chegasse. Perícia que nunca chegou. A espera impediu o socorro e dificultou qualquer salvamento do jovem.

No mesmo dia 14, com a confirmação da morte de Alan, moradores protestaram cobrando justiça. O protesto fechou vias próximas à estação de Metrô Colégio e incendiou pneus e lixos. A resposta do Estado na ocasião foi mais repressão, desta vez com bombas de efeito moral, justificando que os mortos teriam envolvimento com o tráfico de drogas, de acordo com reportagem de Livia Torres (2019) à Rede Globo.

A família está destruída – foi o que disse Leandro no dia seguinte ao repórter Igor Mello, da UOL<sup>79</sup>. Reafirmando também que o jovem não tem, nem nunca teve, qualquer envolvimento com o tráfico local, ainda relata que o sonho dele era ingressar no quartel e ajudar sua mãe e avó a se sustentarem e melhorarem de vida.

Até a conclusão do presente texto, em meados de 2021, não há novas notícias sobre o caso: não sabemos se as investigações internas na PM avançaram, se alguma pessoa foi responsabilizada pela morte de Alan ou se a família está recebendo amparo do Estado.

#### **4.2 Ela era uma menina amorosa, e digo que manhosa: Ágatha Félix, 8 anos**

Ágatha Vitória Sales Félix foi assassinada com 8 anos de idade. Estava voltando para casa com sua mãe, Vanessa Sales Félix, depois de lanchar no *shopping*. A kombi onde as duas estavam foi atingida por um tiro de um policial, no Morro da Fazendinha, parte do Complexo

<sup>78</sup> Conforme nota de rodapé n. 76.

<sup>79</sup> MELLO, Igor. Operações policiais deixam 5 mortos em favela e durante baile funk. **Portal Uol**, 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/07/15/operacoes-policiais-deixam-5-mortos-em-favela-e-durante-baile-funk.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

do Alemão, na Zona Norte do Rio. Já era noite, por volta de 21h30min, do dia 20 de setembro de 2019. Ela foi baleada nas costas por um tiro de fuzil, quando a kombi parou para outras pessoas descerem. Estava sentada.

Em levantamento feito pelo G1 Rio<sup>80</sup>, a família da menina informou que os PMs atiraram contra uma moto que passava pelo local; não foi confronto. O motorista da kombi também afirmou que não havia confronto. Já a polícia disse que foi em confronto que os PMs apenas revidaram, por conta de ataques de “marginais daquela localidade”, nas palavras do porta-voz da PM à época, Mauro Fliess. Também disseram que não havia provas da participação da polícia na morte da menina. Ágatha chegou a ser levada para a Unidade de Pronto Atendimento do Alemão e depois ao Hospital Estadual Getúlio Vargas (Penha, Zona Norte), mas não resistiu aos ferimentos. Apesar de terem negado envolvimento com a morte, policiais tentaram coagir o hospital a entregar os fragmentos de bala retirados do corpo da criança<sup>81</sup>.

Em vários locais do país, atos foram convocados para o dia 23 de setembro. No Rio, foi na escadaria da ALERJ, em cobrança para que os poderes legislativo e executivo respondessem pelo crime cometido. Sob o mote “parem de nos matar”, com velas, tinta vermelha representando sangue pelas ruas, faixas e cartazes requerendo justiça, a manifestação foi acompanhada por uma manifestação para a ONU feita pela ONG Justiça Global<sup>82</sup>, pedindo respostas públicas incisivas acerca do Brasil tanto a respeito do caso específico como também sobre o genocídio praticado contra jovens negros nas favelas do Rio. Da mesma forma, cobra explicações “sobre as brutais violações de direitos humanos praticadas contra as favelas, as quais violam frontalmente obrigações e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário”.

---

<sup>80</sup> G1 RIO. Entenda como foi a morte da menina Ágatha no Complexo do Alemão, segundo a família e a PM. **Portal G1**, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/riodejaneiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>81</sup> MOLLICA, F. PMs invadiram hospital e tentaram pegar a bala que matou Ágatha. **Portal Veja**, 3 de outubro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pms-invadiram-hospital-e-tentaram-levar-a-bala-que-matou-agatha/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>82</sup> FICHINO, D. Movimentos de Favela do Rio de Janeiro denunciam Wilson Witzel à ONU por execução da menina Ágatha no Alemão. **Justiça Global**, 25 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/movimentos-de-favela-do-rio-de-janeiro-denunciam-wilson-witzel-onu-por-execucao-da-menina-agatha-no-alemao/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Encontramos maior força nos atos no dia 27 de setembro, quando a indignação tomou conta do país, tendo tido inclusive repercussão internacional<sup>83</sup> à época. No dia, houve atos em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Santa Catarina, como também na Alemanha, Palestina e Venezuela. No Rio de Janeiro, atos na Baixada Fluminense e no Grotão, no Complexo do Alemão<sup>84</sup>, marcaram o dia. Quem organiza as manifestações no Rio é a Campanha "Favelas Na Luta por vida, justiça e direitos", que mais tarde se constituiria como Movimento Favelas na luta, importante aglutinador de movimentos locais de diferentes favelas do estado na pandemia.

Com a pressão, a Delegacia de Homicídios da Polícia Civil abriu inquérito<sup>85</sup>, que acabou indicando que o tiro que atingiu e matou a criança foi disparado por um militar lotado na UPP da Fazendinha<sup>86</sup>. Não é por coincidência que o caso passou a correr em segredo de justiça, mas as informações divulgadas à imprensa reforçavam a ideia de que o policial cometeu erros, e não a polícia. A família relatou ao repórter do El País não ter informações sobre o caso, apenas quando há alguma atualização na mídia. O policial, responsabilizado individualmente pelo ato, manifestou que estava “muito mal e diz o tempo todo que não queria ter acertado a menina”.

“Mais um na estatística. Vai chegar amanhã e dizer que morreu uma criança no confronto. Que confronto? Confronto com quem? Porque não tinha ninguém, não tinha ninguém. Ele atirou por atirar na kombi. Atirou na kombi e matou minha neta. Isso é confronto? A minha neta estava armada por acaso para poder levar um tiro?” (Ailton Félix, avô de Ágatha, em entrevista à Eduardo Tchau<sup>87</sup>)

<sup>83</sup> PHILLIPS, D. *Brazilians blame Rio governor's shoot-to-kill policy for death of girl*. **The Guardian**, 22 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/sep/22/brazilians-blame-rio-governors-shoot-to-kill-policy-for-death-of-agatha-felix-girl-8>. Acesso em: 20 jul. 2021.

<sup>84</sup> FACEBOOK. Ato unificado em homenagem à Ágatha e contra a política de extermínio do governo Witzel. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/978111182547347/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

<sup>85</sup> G1 RIO. Corpo da menina Ágatha, morta a tiro no Alemão, é enterrado em Inhaúma, Zona Norte do Rio. **Portal G1**, 22 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/22/corpo-da-menina-agatha-de-8-anos-morta-a-tiro-no-alemao-sera-enterrado-neste-domingo.ghml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>86</sup> BETIM, F. Tiro que matou a menina Ágatha partiu de PM “sob forte tensão”, diz inquérito. **El País**, 19 de novembro de 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574171033\\_166751.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574171033_166751.html). Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>87</sup> TCHAO, E. Parentes de menina baleada no Alemão acusam PM; avô se desespera ao receber notícia da morte. **Portal G1**, 21 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/parentes-de-menina-baleada-no-alemao-criticam-a-conduta-da-pm-avo-se-desespera-ao-receber-noticia-da-morte.ghml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

À época da morte de Ágatha, tramitava na Câmara dos Deputados um pacote enviado pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que ficou conhecido popularmente como Pacote Anticrime. Nele, entre outras coisas, previa-se que os agentes poderiam alegar "escusável medo, surpresa ou violenta emoção" após matar em serviço, tendo suas penas anuladas. Tal medida foi uma das promessas de campanha do então presidente, no campo da ampliação do excludente de ilicitude. Essa parte foi excluída do projeto pelos deputados na Comissão de Segurança Pública da Câmara logo após a morte de Ágatha, mas poderá ser incluída novamente no plenário.

Um Projeto de Lei foi apresentado à casa legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a ALERJ. Assinado pelas deputadas Dani Monteiro (PSOL-RJ), Renata Souza (PSOL-RJ) e Martha Rocha (PDT-RJ), o PL 1622/2019 determina prioridade nas investigações de crianças e adolescentes assassinados (ou para elucidar casos em que há tentativa de mortes de jovens). Mais de um ano depois da morte de Ágatha, o PL foi aprovado, no dia 16 de dezembro de 2020. É batizado com seu nome, como forma de disputa da memória da criança morta pelo Estado. Formalmente, se transforma na Lei 9.180/2021, após sanção do governador em exercício. Uma vitória, especialmente aos familiares que lutam por justiça (ou, ao menos, respostas) diante de casos de execuções como o que a menina sofreu. O texto de justificativa do PL é importante, pois, apesar de discutir o caso de Ágatha, conecta-o com outros casos ocorridos no estado durante o ano de 2019:

Além do caso da Ágatha, o Rio Janeiro teve pelo menos outros 8 casos em 2019, de conhecimento público, de crianças e adolescentes vitimizadas letalmente: Jenifer Silene Gomes, Kauã Vítor Nunes Rozário, Kauã Peixoto, Victor Almeida, Kauê Ribeiro dos Santos, Dyogo Costa Xavier de Brito, Margareth Teixeira e um bebê morto na barriga da mãe em Padre Miguel. Somente, um destes casos teve seu inquérito concluído. É importante ressaltar que estes são apenas casos que resultaram na morte destas crianças e adolescentes, não incluindo casos notórios de crianças que sofreram outros crimes contra sua vida, como por exemplo, o caso de Letícia Tamirez Gazol Ferreira, de 9 anos que foi baleada na Favela Beira Mar em Duque de Caxias. Estes casos, confirmam uma tendência de aumento de casos de crianças e adolescentes vítimas de crimes contra a vida. O Ministério da Saúde informa que, a partir de 2011 a incidência de homicídios de adolescentes entre 12 e 18 anos superou o índice registrado para a população em geral. Vale destacar que o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) apresenta tendência de crescimento a nível nacional, com maior intensidade na capital do Estado do Rio de Janeiro, na qual em 2015 foram assassinados 278 (duzentos e setenta e oito) crianças e adolescentes, e no ano de 2016 foram 335 (trezentos e trinta e cinco) vidas interrompidas, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde. O Dossiê Criança 2018 publicado em pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) constata ainda que 635 crianças e adolescentes foram vítimas de letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro em 2017. Estes dados refletem a gravidade da situação e a importância de que ações sejam tomadas para a redução destes números e garantia de uma proteção

efetiva de crianças e adolescentes. Um dos elementos essenciais à esta resposta é a elucidação desses crimes. Partimos da compreensão de que a prioridade na investigação, no processamento, no julgamento e na efetiva responsabilização dos autores de crimes contra a vida que tenham como vítimas crianças e adolescentes, incrementa o caráter preventivo da tutela penal. (ALERJ, 2019)

Num primeiro momento, o então governador do Estado evitou tratar o tema. Contudo, a opinião pública começou a se manifestar sobre o tema e cobrar uma resposta<sup>88</sup>, bem como entidades e movimentos sociais<sup>89</sup> como Coletivo Papo Reto, Fórum Grita Baixada, Instituto Raízes em Movimento, Fórum Social de Manguinhos, Mães de Manguinhos, Movimento Moleque, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Arquitetxs Faveladxs, OAB, Defensoria Pública, Anistia Internacional e outros. Mas, quando o então governador falou, limitou-se a culpar o crime organizado e pedir rigor nas investigações<sup>90</sup>, seja lá o que isso signifique, dado que parte da corporação que investiga também é agente nas mortes denunciadas.

Dois meses após a morte de Ágatha, a investigação conduzida pela Polícia Civil concluiu que não houve tiroteio no momento da morte e que o policial Rodrigo José de Matos Soares foi responsável pelo disparo que matou a menina. O Projeto de Lei apresentado acima não foi a única resposta no âmbito institucional ao caso. Na verdade, é uma resposta possível dentro dos limites da institucionalidade do parlamento, que fortalece muito as lutas sociais do lado de fora dele.

Outros órgãos do Estado também se manifestaram. Um deles é o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, responsável por fiscalizar as polícias, que depois da conclusão da primeira parte da investigação apresenta uma denúncia contra o referido policial militar. A denúncia foi apresentada à 1ª Vara Criminal da Capital. O Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública<sup>91</sup> (GAESP/MP-RJ) é o responsável por apresentar a denúncia,

<sup>88</sup> G1. Fábio Assunção, Angélica, Iza e outros artistas lamentam morte da menina Ágatha. **Portal G1**, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/09/23/fabio-assuncao-angelica-iza-e-outros-famosos-lamentam-morte-da-menina-agatha.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>89</sup> G1 RIO. Ágatha Vitória: autoridades e entidades repercutem morte de menina de 8 anos no Complexo do Alemão. **Portal G1**, 21 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/21/apos-morte-de-menina-no-alemao-oab-defensoria-e-anistia-internacional-criticam-politicas-de-seguranca-publica-do-rj.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>90</sup> ALVES, R. Witzel lamenta morte de Ágatha, culpa o crime organizado e defende a política de segurança do governo. **Portal G1**, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/witzel-fala-pela-primeira-vez-apos-morte-de-agatha-no-complexo-do-alemao.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>91</sup> No começo de 2021, o Governo Estadual extingue o GAESP, grupo criado em 2015 para formular e executar

destacando que a execução é um crime por motivo torpe (atirou contra motociclistas sem saber se eram de fato vinculados ao tráfico e fora de combate) e cometido sem condições de defesa das vítimas (disparo de fuzil em momentos pacíficos na favela). Na denúncia, o GAESP pede suspensão parcial do exercício policial, com afastamento das ações de rua.

A primeira audiência seria em junho de 2020, mas foi adiada para outubro, em função da pandemia. Próximo à audiência, o policial foi diagnosticado com Covid-19 e, mais uma vez, o julgamento foi adiado para abril de 2021. Na mesma época, Vanessa, mãe de Ágatha, relatou nunca ter recebido nenhum apoio da prefeitura ou do governo do estado<sup>92</sup>. Ao contrário, o policial considerado autor do crime seguia na corporação, mas em funções burocráticas, aguardando julgamento<sup>93</sup>, com porte de arma suspenso e com atuação policial limitada (não podendo mais compor quadros de policiamento ostensivo).

Em entrevista para a Rede Globo, Vanessa e Adegilson (pai de Ágatha) contaram sobre outros momentos de muito medo que viveram com a pequena Ágatha:

A gente se escondia no box do banheiro. Tiveram duas vezes que a gente foi para o box, eu peguei o edredom e o travesseiro. Nessas duas vezes, a gente deitou no box e um helicóptero sobrevoando e aquele 'trá, trá, trá'. Fiquei com ela e o meu marido, dormimos no banheiro, tomamos café dentro do banheiro (Vanessa Félix, em entrevista para Fátima Bernardes<sup>94</sup>).

Em outra entrevista, para Nathália Geraldo do portal UOL<sup>95</sup>, Vanessa relata que a filha era uma menina amorosa e encantadora. Um mês após a morte, ela ainda não conseguia retornar para casa<sup>96</sup>; alguns meses depois ela relatava muita saudade da filha, ao mesmo

---

políticas públicas de segurança. Para trabalhadores do MP, militantes do campo dos direitos humanos e pesquisadores, a ação representa um grave retrocesso, uma desarticulação do órgão que é responsável pela fiscalização externa das ações policiais.

<sup>92</sup> BORGES, N. 'Governo? Nem sei se existe', desabafa mãe de Ágatha mais de um ano depois da morte da menina no Alemão. **Portal G1**, 7 de dezembro de 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/07/governo-nem-sei-se-existe-desabafa-mae-de-agatha-mais-de-um-ano-depois-da-morte-da-menina-no-alemao.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>93</sup> LEMOS, L. "O Dia das Mães foi o que mais doeu": diz mãe de Ágatha Félix, um ano depois. **Portal iG Delas**, 23 de setembro de 2020. Disponível em:

<https://delas.ig.com.br/filhos/2020-09-23/o-dia-das-maes-foi-o-que-mais-doeu-diz-mae-de-agatha-felix-um-ano-depois.html>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>94</sup> G1 RIO. Mãe da menina Ágatha, morta no Alemão, diz: 'O que a gente mais temia aconteceu'. **Portal G1**, 24 de setembro de 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/24/mae-da-menina-agatha-felix-conta-como-crianca-foi-atingida-por-disparo-no-complexo-do-alemao.ghtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>95</sup> GERALDO, N. "Saudade dói, mas sei que ela está em um lugar lindo", diz mãe de Ágatha. **UOL Universa**, 31 de março de 2020. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/03/31/agatha-felix.htm>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>96</sup> ANDRADE, V. Após 1 mês da morte de Ágatha, mãe não consegue voltar para casa. **Portal R7**, 21 de

tempo que sentia muita tristeza e indignação com o ocorrido. Um ano depois do assassinato, a família seguia sofrendo com o luto e com a saudade, agravados pela falta de encaminhamentos do caso.

Mobilizados por tantos sentimentos e apoiados por movimentos sociais de vários cantos do Brasil, a família impulsiona uma manifestação em memória de Ágatha, um ano após sua execução. Raull Santiago, comunicador popular do Complexo do Alemão, ao falar do caso, lembra do papel da mobilização na favela à época:

Nós temos um grupo do WhatsApp, em que monitorizamos a violência no Complexo quando há operações ou tiroteios para haver mais segurança. Nós soubemos da morte da Ágatha assim que aconteceu... Quando acontece algo de mal, a favela se agita. (Santiago, 2020, em entrevista à Gomes<sup>97</sup>)

A estratégia de sobrevivência afirmada por Santiago escancara que o coletivo é a única forma de sobrevivência nas favelas – os grupos informam sobre tiroteios, compartilham itens necessários à subsistência, compartilham o cuidado. As redes são fundamentais para a preservação da vida em alguns territórios.

Em 2010, ainda grávida, Vanessa Félix – que é nascida e criada no Alemão – viveu uma intervenção militar. A promessa à época era de levar paz ao território. Muitas pessoas, inclusive a própria Vanessa, acreditaram que as coisas poderiam melhorar.

#### **4.3 *Ele era um menino muito bom, era estudante: João Pedro Matos, 14 anos***

Em 18 de maio de 2020, no período inicial da pandemia do coronavírus no Brasil, João Pedro Matos Pinto, de 14 anos, brincava com seus amigos no quintal da casa de seu avô. Eles jogavam sinuca e ouviram barulhos vindo da rua: uma operação – que mais tarde viríamos a saber que era organizada pelas polícias Federal, Civil e Militar – estava acontecendo no Morro do Salgueiro, em São Gonçalo – município na Região Metropolitana

---

outubro de 2019. Disponível em:

<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/apos-1-mes-da-morte-de-agatha-mae-nao-consegue-voltar-para-casa-21102019>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<sup>97</sup> GOMES, M. 365 Dias Sem Ágatha Vitória Félix: Mãe Clama por Justiça em Ato em Memória a Sua Filha [VÍDEO]. **RioOnWatch**, 25 de setembro de 2020. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=50592>. Acesso em: 27 jun. 2021.

do Rio, segundo maior em população depois da capital. Na casa havia seis jovens, sendo João um dos mais velhos.

Surpreendidos pela polícia invadindo a casa, pedem ajuda pela rede social *Whatsapp*, mas o jovem João Pedro é baleado com um tiro de fuzil em sua barriga. Dentro de casa. **Durante uma pandemia em que a orientação é ficar em casa.** O objetivo da operação era cumprir dois mandados de busca e apreensão contra supostas **lideranças** de uma facção criminosa do tráfico de drogas na região<sup>98</sup>. Na noite do dia 18 de maio, mais de 70 tiros marcaram a casa onde João Pedro foi assassinado. Também há relatos de lançamento de granadas e da continuidade dos tiros mesmo com a informação de que havia crianças na localidade. Mais de setenta tiros.

Um familiar, ao perceber que João Pedro havia sido atingido, o levou para um campo próximo em busca de ajuda. Um dos policiais, ao notar o fato e sem autorização da família do jovem, sequestrou-o<sup>99</sup> e o colocou dentro de um helicóptero da polícia, levando-o para mais de 40km de distância do local, na sede do Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro. Com o agravamento da situação, levaram de volta o jovem para o Instituto Médico Legal de Tribobó, na cidade de São Gonçalo, ainda sem informar aos seus responsáveis legais. Ele só foi localizado pela família às 4h da madrugada do dia seguinte, depois de uma verdadeira peregrinação em vários hospitais, já no IML, sem nenhum registro de passagem por qualquer hospital – e morto. O pai de João Pedro, Neilton Pinto, com indignação relata que o filho era um servo de Deus, estudioso, com boa índole<sup>100</sup>.

Uma das primeiras movimentações empreendidas diante do caso foi uma denúncia ajuizada junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) pela deputada estadual Renata Souza (PSOL-RJ), então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, junto com o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ) contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assim como na

<sup>98</sup> COELHO, L. Polícia sumiu com João Pedro após atirar nele. Foi achado morto. **Ponte**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://ponte.org/policia-sumiu-com-joao-pedro-apos-atirar-nele-foi-achado-morto/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

<sup>99</sup> O uso da palavra sequestro se dá pelo fato do jovem ter sido retirado de perto da sua família sem autorização. Os familiares foram também impedidos de acompanhá-lo no helicóptero.

<sup>100</sup> COELHO, H.; JUNIOR, E.; PEIXOTO, G. Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ. **G1 Rio; TV Globo**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/menino-de-14-anos-e-baleado-durante-operacao-no-complexo-do-salgueiro-rj.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.



cena anterior, do caso Ágatha Félix, João Pedro despertou um clima de indignação entre diversos setores da sociedade<sup>101</sup>, fortalecendo uma onda de cobranças.

Como o caso ganhou ampla repercussão nacional, vimos tomar forma uma série de manifestações políticas virtuais, mas também nas ruas, pela primeira vez desde o início da pandemia. Existiram eco nos parlamentos e no judiciário também, com pressão pelo julgamento de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) protocolada no Supremo Tribunal Federal ainda em 2019 sobre operações em favelas.

O caso foi estopim para uma série de mobilizações: no plano virtual, em maio, 800 instituições, coletivos e movimentos sociais construíram um ato virtual repudiando as operações policiais e denunciando o extermínio da população negra nas favelas. Nas casas legislativas circularam projetos de lei, na justiça correram processos. Ainda assim, nas favelas o que correu foi sangue de mais pessoas. A morte é uma presença inconveniente e que não vai embora fácil. No final de maio, num ato desesperado, a população foi ao Palácio Guanabara pedir paz. Em nenhum lugar do mundo viu-se uma manifestação presencial em meio à pandemia, já que a orientação básica é o isolamento social. O ato, organizado e protagonizado pelos movimentos negros, deu um recado: a população das favelas foi às ruas porque está sendo morta dentro de casa (SILVA; PEDRO; BICALHO, 2020, p. 138).

Cabe destacar que o crime ocorreu no mesmo mês de emblemático crime que provocou uma ascensão de lutas da população negra pelo mundo: o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos. Aqui no Brasil, um ato foi organizado de forma virtual para o dia 26 de maio, reunindo mais de 750 organizações vinculadas às lutas sociais, aos direitos humanos e à luta antirracista. Importante mobilização, que durou cerca de 4h e está disponível na íntegra virtualmente<sup>102</sup> para marcar a memória de João e as lutas por justiça. Em seguida, convoca-se um ato presencial – isso mesmo, um ato presencial no meio de uma pandemia – que ocupou as ruas não apenas no Rio de Janeiro para dizer: o povo vai às ruas em uma pandemia quando seus governantes são mais letais que um vírus. O povo vai às ruas em uma pandemia quando ficar em casa não é seguro para todas as pessoas.

Em carta endereçada a órgãos como o Governo do Estado do RJ e o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal, a Coalizão Negra por Direitos destaca que

<sup>101</sup> G1 Rio. Morte do adolescente João Pedro durante ação policial causa comoção na web. **Portal G1**, 19 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/19/morte-do-menino-joao-pedro-durante-acao-policial-causa-comocao-na-web.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2021.

<sup>102</sup> Ato online: sétimo dia em memória de João Pedro e todas as vítimas do genocídio do negro no Brasil. [S. l.: s. n.]. 1 vídeo (289 min 30 s). Publicado pelo canal Coalizão Negra por Direitos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1zYOyCXq5OU>. Acesso em: 29 jun. 2021.

esse caso não é isolado, mas faz parte de uma arquitetura de políticas públicas que produz como efeito cotidiano a dramática morte de crianças e jovens, especialmente negros, em favelas e periferias<sup>103</sup>.

A grande repercussão do caso – com expressões mais marcantes nos atos dos dias 26 e 31 de maio de 2020 – foi peça-chave para que, no dia 5 de junho de 2020, o Ministro do STF Edson Fachin proibisse em caráter liminar operações em favelas durante a pandemia do coronavírus. O texto da proibição prevê responsabilização criminal e civil em caso de descumprimento e só permite que operações aconteçam em hipóteses absolutamente excepcionais, com comunicado prévio por escrito para o Ministério Público, de acordo com o Dicionário de Favelas Marielle Franco<sup>104</sup>. Na decisão, o ministro ainda cita a execução de João Pedro, dizendo que

Nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes. O fato é indicativo, por si só, que, mantido o atual quadro normativo, nada será feito para diminuir a letalidade policial, um estado de coisas que em nada respeita a Constituição. (STF, 2020, p. 7)

Um ano depois do assassinato de João Pedro, sua mãe, a professora Rafaela Coutinho Matos, contou em entrevista para Guimarães<sup>105</sup> que cenas como a Chacina do Jacarezinho, que será discutida a seguir, fazem reviver o caso de João. Há um pouco de João em cada execução das favelas, com os mesmos sinais: helicópteros, tiros, sangue, jovens negros mortos. Rafaela relata que não recebe informações ou qualquer apoio da polícia. Também diz que a justiça não acontece para as mães que perdem seus filhos para os crimes do Estado.

O caso ficou no limbo jurídico, com disputas intermináveis entre diferentes entes que, na prática, inviabilizam a investigação de caminhar. Peritos da Delegacia de Homicídios de Niterói e São Gonçalo realizaram uma reprodução simulada em outubro de 2020, com acompanhamento de especialista do MP. A Polícia Civil faria laudo oficial e representante da Procuradoria faria laudo independente. Até hoje aguardamos qualquer documento ser

<sup>103</sup> COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. **Ao governador do estado do Rio de Janeiro Sr. Wilson Witzel**. 19 de maio de 2020. Disponível em: [https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2020/05/cnd\\_casojoaopedro\\_oficiogovernadorj\\_wilsonwitzel-1.pdf](https://coalizaonegra.files.wordpress.com/2020/05/cnd_casojoaopedro_oficiogovernadorj_wilsonwitzel-1.pdf). Acesso em: 10/07/2021.

<sup>104</sup> DICIONÁRIO DE FAVELAS MARIELLE FRANCO. **Segurança Pública e Direitos Humanos** - ADPF das Favelas (ADPF 635). Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Seguran%C3%A7a\\_P%C3%BAblica\\_e\\_Direitos\\_Humanos\\_-\\_ADPF\\_das\\_Favelas\\_\(ADPF\\_635\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Seguran%C3%A7a_P%C3%BAblica_e_Direitos_Humanos_-_ADPF_das_Favelas_(ADPF_635)). Acesso em: 10/07/2021.

<sup>105</sup> GUIMARÃES, L. Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial. **BBC News Brasil**, 14 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830>. Acesso em: 10/07/2021.

apresentado. Até hoje, nenhuma nova prova foi encontrada e a investigação segue parada. Não foram solicitadas quebras de sigilos e ninguém novo foi intimado a depor ainda. Os três policiais investigados seguem trabalhando nas ruas. Atos simbólicos foram feitos no 18 de maio de 2021, cobrando justiça após um ano sem respostas.

#### **4.4 *Meu filho era querido, uma pessoa carinhosa, tudo de bom: Rodrigo Cerqueira, 19 anos***

No dia 21 de maio de 2020, quando vivíamos os efeitos iniciais da pandemia no Brasil, diferentes lideranças de favelas e periferias se unem nas ações de solidariedade para garantir um pouco mais de dignidade durante a pandemia para famílias pobres. Centralmente, as ações distribuíram alimentos e itens para higiene pessoal. A situação nunca foi fácil, porque os recursos sempre foram limitados e o medo de contaminação sempre ilimitado. Mas, ainda assim, todos os dias havia movimentação nas favelas para levar comida para as famílias.

Em uma das ações, organizada pelo Pré-Vestibular Social Machado de Assis no Morro da Providência, Rodrigo Cerqueira, jovem negro e morador da Ocupação Urbana Elma no Centro do Rio, foi alvejado pela polícia e morreu. Segundo amigos do jovem que observaram a cena,

Ele estava sentado numa roda de amigos e a polícia chegou atirando. Quando o primeiro tiro pegou nele, todo mundo correu e só ficou ele baleado. Os policiais deram mais dois tiros nele, daí todo mundo se desesperou e os policiais foram fazer a remoção do corpo e não deixavam ninguém chegar perto. Ele ainda estava vivo, mas quando chegou ao hospital já se encontrava morto, os policiais estavam encapuzados, nem a mãe pode acompanhar ele até o hospital. (Fonte anônima, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato<sup>106</sup>)

Na mesma semana, outros dois jovens foram mortos em favelas no Rio – João Vítor Gomes, que também foi baleado durante uma entrega de cestas básicas; e João Pedro, citado na cena anterior. A operação da Unidade de Polícia Pacificadora da Providência aconteceu com dezenas de pessoas nas ruas, por conta da doação de cestas básicas. Segundo a Polícia Militar<sup>107</sup>, o jovem morto era suspeito e foram apreendidas com ele uma pistola, munição e

<sup>106</sup> REDAÇÃO. Operação policial interrompe doação de cestas e deixa mais um jovem morto no RJ. **Brasil de Fato**, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/23/operacao-policial-interrompe-doacao-de-cestas-e-deixa-mais-um-jovem-morto-no-rj>. Acesso em: 10/07/2021.

<sup>107</sup> ROUVENAT, F. Tiroteio interrompe distribuição de cestas básicas na Providência; jovem de 19 anos morre

drogas. Também relata ter sido recebida a tiros<sup>108</sup> quando chegou na comunidade. A família e os amigos relatam que ele nunca teve envolvimento com o varejo de drogas e que era vendedor ambulante na região do Centro da Cidade. Moradores negam qualquer troca de tiros quando a polícia chegou. Apesar das acusações da UPP, a Polícia Civil relatou que o jovem nunca teve passagem criminal.

Veronica Maria, mãe de Rodrigo, denuncia em entrevista ao Jornal O Dia<sup>109</sup> que seu filho era uma pessoa muito querida por todas as pessoas e que é comum a polícia entrar encapuzada na favela – como foi no dia da execução de seu filho – e atirar a esmo, jogar *spray* de pimenta em todas as pessoas. Segundo ela, “eles [os policiais] forjam. No morro todo mundo é bandido pra eles”. O jovem foi socorrido e levado ao Hospital Souza Aguiar, próximo à favela, mas não resistiu e faleceu no mesmo dia.

#### ***4.5 Vocês entenderam que essas duas crianças foram assassinadas a tiros, durante mais uma ação da polícia na favela? Emily e Rebeca Santos, 4 e 7 anos***

Era domingo. Dia 5 de dezembro de 2020. Um ano difícil, marcado pela chegada da pandemia no Brasil e o acirramento das condições de vida da população. No Barro Vermelho, favela em Duque de Caxias na Baixada Fluminense, duas crianças brincavam na porta de casa; duas primas: Emily, de 4 anos, e Rebeca, de 7 anos. Elas aguardavam a avó voltar do trabalho para comprar um lanche. Já era noite, por volta das 20h. A polícia informa que ouviu barulhos de disparos e foi até o local. Já a família informa que viu a polícia atirando<sup>110</sup> e nenhuma outra movimentação. O pai de Rebeca, ao ver a filha morta, foi correndo para a

---

na ação. **Portal G1**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/22/tiroteio-interrompe-distribuicao-de-cestas-basicas-na-providencia-jovem-de-19-anos-morre-na-acao.gh.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>108</sup> CORREIO DO POVO. Jovem morre em tiroteio durante distribuição de cestas no Rio de Janeiro. **Portal R7**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/jovem-morre-em-tiroteio-durante-distribui%C3%A7%C3%A3o-de-cestas-no-rio-de-janeiro-1.426261>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>109</sup> PEREZ, B. Mãe de jovem morto na Providência: 'Entram no morro e acham que todo negro tem envolvimento'. **O Dia**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/05/5921048-mae-de-jovem-morto-na-providencia---entram-no-morro-e-acham-que-todo-negro-tem-envolvimento.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>110</sup> SANTOS, A. P.; TUFANI, V. Meninas de 4 e 7 anos são mortas em tiroteio em Duque de Caxias. **TV Globo**, 5 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/05/criancas-morrem-em-tiroteio-em-duque-de-caxias.g.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

maca em que seu corpo estava. Relatou à UOL<sup>111</sup> que, ao se aproximar, foi questionado se tinha passagem pela polícia – numa ação que expressa muito do que discutimos até aqui do racismo que constitui as políticas no campo da segurança pública.

Emily estava às vésperas do seu aniversário de 5 anos; seria a primeira vez na vida que teria uma festinha. A família havia preparado tudo e decidiu usar o vestido que a menina usaria na festa em seu velório.

Logo após o ocorrido, o governador em exercício do Rio de Janeiro manifestou-se prestando solidariedade às famílias e indicando que haveria uma resposta à sociedade. Ainda assim, a família relatou um forte desamparo e uma sensação de que nada estava sendo feito<sup>112</sup> nos dias que sucederam à morte, especialmente por parte do poder executivo.

Do lado das corporações policiais, tentativas de associação dos familiares das meninas ao tráfico de drogas<sup>113</sup> visavam descredibilizar qualquer demanda de justiça para os assassinatos. Esse episódio é mais um dos momentos onde observamos essa ontologia da vida que é limitada. É como se a modalidade de vinculação à vida (e aos direitos básicos) de Emily, Rebeca e seus familiares fosse uma modalidade inferior.

O exame de necropsia feito após a morte revelou que Rebeca teve seu coração e fígado atingidos pela bala; um projétil foi retirado de seu corpo para exame balístico. Já Emily foi atingida na cabeça e morreu por ferida no encéfalo. A balística indicou que o tiro foi disparado por um fuzil do modelo 762, mas não conseguiu identificar o calibre da munição. Ou seja, é uma arma utilizada pela Polícia Militar, mas não podemos ter certeza que um militar fez o disparo, ainda que os moradores relatem que não existia troca de tiros na ocasião. Por fim, a análise feita da bala encontrada produziu um laudo inconclusivo<sup>114</sup> e entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos, como a Defensoria Pública e a OAB, intensificaram

<sup>111</sup> FILHO, H. B. Pai acusa policial de racismo logo após ver filha morta por bala perdida. **Portal Uol**, 8 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/08/apos-filha-morrer-por-bala-perdida-pai-diz-ter-sofrido-racismo-de-policial.htm>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>112</sup> CAMPBELL, T. Família de primas mortas no Rio cobra governador; caso pode chegar à ONU. **Portal Uol**, 7 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/07/primas-mortas-bala-perdida-rio-de-janeiro-onu.htm>. Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>113</sup> O DIA. Advogado desmente informações falsas sobre Emily e Rebecca, crianças mortas na porta de casa. **O Dia**, 20 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6050647-advogado-desmente-informacoes-falsas-sobre-emily-e-rebecca-criancas-mortas-na-porta-de-casa.html>. Acesso em: 12 ago. 2021.

<sup>114</sup> O DIA. Caso Emily e Rebeca: Perícia diz que confronto balístico feito nas armas dos PMs é 'inconclusivo'. **O Dia**, 18 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/12/6050069-caso-emily-e-rebeca-pericia-diz-que-confronto-balistico-feito-nas-armas-dos-pms-e-inconclusivo.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

as reivindicações por uma reconstituição do crime. Em março de 2021, cerca de 3 meses depois da execução, foi realizada pela Polícia Civil uma reprodução simulada das mortes<sup>115</sup> para analisar a luminosidade da região e saber se era possível identificar viaturas da PM no momento dos disparos.

A deputada estadual Renata Souza (PSOL), então presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ (CDDHC/ALERJ) indicou que protocolaria junto à Organização das Nações Unidas (ONU) uma denúncia, como forma de cobrar celeridade nas investigações. Pouco mais de um mês depois, foi inaugurado um painel em homenagem às jovens<sup>116</sup>, com seus rostos grafitados num muro em frente à rua onde moravam. Com base na Lei Ágatha, mencionada anteriormente, a Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ solicitou prioridade na investigação da morte das duas meninas. Foi a primeira vez que a Lei 9.180/2021 foi utilizada.

#### 4.6 Sobre redes de militarização e contrageografias

Lendo as cinco cenas relatadas neste capítulo, mobiliza-se uma ideia de que a morte é uma presença constante, até mesmo rizomática, na vida de certas pessoas. E diríamos isso não apenas pela ideia de que morrer é um momento da vida de todas as pessoas, mas porque a condição em que certos grupos sociais vivem hoje no Rio de Janeiro, em redes de militarização, faz com que a morte seja um dos caminhos mais prováveis, já que armas e canhões não foram feitos para construir a paz – ainda que algumas pessoas acreditem nisso.

Como se pode notar, no decorrer da pesquisa, muitas cenas e histórias se apresentam para nós. Uma delas foi o caso do menino Maicon. Decidi citá-lo aqui justamente pela afirmação metodológica de que nossa escrita também contribui com a construção de mundos. Maicon tinha dois anos em 1996, quando foi assassinado. Morava em Acari, um bairro próximo ao meu. A polícia militar à época informou que a criança de dois anos reagiu a uma

---

<sup>115</sup> CAVALCANTE, A. Polícia faz reprodução simulada das mortes de Emily e Rebecca, em Caxias. **O Dia**, 10 de março de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/03/6101988-policia-faz-reproducao-simulada-das-mortes-de-emily-e-rebecca-em-caxias.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>116</sup> O DIA. Memorial à Emily e Rebeca: rosto das meninas foi grafitado na comunidade onde viviam, em Duque de Caxias. **O Dia**, 30 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6075469-memorial-a-emily-e-rebeca-rosto-das-meninas-foi-grafitado-na-comunidade-onde-viviam-em-duque-de-caxias.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ação policial e por isso foi executada. Em 2005 o inquérito foi arquivado por falta de evidências e, em 2019, o processo foi arquivado definitivamente. Estamos falando sobre um auto de resistência contra uma criança de dois anos numa favela. Mais de 25 anos depois, o pai da criança segue nas lutas por justiça. Esse caso é da época da gratificação faroeste, citada no começo do texto. O genocídio dessa juventude pobre, negra e favelada é uma prática histórica, organizada, oficial e estatal.

Mais de 25 anos depois, seu pai ainda luta por justiça, por respostas. Ocupa as ruas da cidade denunciando o que houve com seu filho, o menino Maicon. Em “Os Condenados da Terra”, Fanon (1968) já discutia o papel desses que são considerados “ninguéns” na construção da revolução; os que não têm mais nada a perder. Como o pai de Maicon, que perdeu seu filho e luta há 25 anos por justiça.

A esses jovens e suas famílias, aos quais dedico esta dissertação, não há um memorial, não há um esforço de repensar a racionalidade das políticas de segurança pública e, muito menos, de tomar como problema suas mortes. São os corpos eleitos como inimigos, cuja vida não vale nada e a memória não merece ser preservada. A ideia das redes de militarização também é presente aqui, mesmo depois das mortes dos jovens, pois notamos que a ideia de eliminação do inimigo elimina também o direito ao luto pelo inimigo (considerando o pai de Emily que não é consolado, mas interrogado se é bandido, por exemplo) e, em alguns casos, há celebração quando o estado conclui uma execução<sup>117</sup>. Em boa parte dos casos, mobilizações individuais e coletivas fazem parte destas redes de militarização; muitas delas denunciam as violências, cobram por justiça e tentam evitar que essa ideia da morte como uma presença constante siga na vida das pessoas.

Graham (2016) discute um tema muito importante para entender as movimentações citadas. Em seu livro, ao descrever o conceito de *contrageografias*, nos lembra que “existem maneiras de desafiar as ideologias, as táticas e as tecnologias do novo urbanismo militar e defender e rejuvenescer visões democráticas e não militarizadas da existência urbana moderna” (p. 47). Por conta do acirramento da ideia de cidade como campo de guerra, que é impulsionada pelo neoliberalismo, avança a lógica militarizada e belicista da vida que “permeia a cultura popular, dos automóveis a videogames, cinema, ficção científica e daí em

---

<sup>117</sup> Refiro-me ao episódio protagonizado pelo então governador Wilson Witzel (PSC), em agosto de 2019. Na ocasião, *snipers* do BOPE executaram uma pessoa que havia sequestrado um ônibus na Ponte Rio-Niterói. O caso gerou controvérsias na agenda pública de debates.

diante até uma fusão de entretenimento, guerra e design de armas”<sup>118</sup>. Sobre essas medidas é que as contrageografias atuam, pois elas são “mobilizadas para desafiar e interromper os circuitos e as lógicas do novo urbanismo militar”<sup>119</sup>.

Construir ações que visibilizem as estruturas da violência, com todas as suas mitologias, é importante. Mas, talvez a ação mais importante quando falamos das contrageografias seja aquela que se dá no âmbito das colaborações, da construção combinada, da potência de uma atuação conjunta. No campo da segurança, não são poucos os momentos nos quais isso é visto no Rio de Janeiro: além da ADPF 635, já citada anteriormente, fruto das lutas dos movimentos de favela e encaminhada ao STF pelo PSB, podemos citar dois movimentos formados nas lutas contra o extermínio da população negra e favelada nesses últimos anos, no contexto do Rio de Janeiro: a frente Parem de Nos Matar<sup>120</sup> e o Movimento Favelas na Luta<sup>121</sup>.

Os dois movimentos mobilizaram milhares de pessoas do Rio de Janeiro e do Brasil no sentido de defender a vida digna, de encerrar esse triste e longo capítulo da história do nosso estado em que as políticas militarizadas são a forma como o Estado se relaciona com a população mais pobre, negra e moradora de favelas e periferias - causando medo, mortes e devastação. Muita coisa tem sido conquistada - como a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal que limita as operações em tempos de pandemia, que fez o número de mortes nas favelas cair drasticamente.

Pensando em locais como o Complexo de Favelas da Maré, onde mais de 130 mil pessoas vivem (mais gente que em várias cidades pelo mundo), a criminalização da população faz com que a vida digna seja uma luta constante. Um exemplo é a ação civil pública que a Redes da Maré (instituição da sociedade civil) moveu, em conjunto com a Defensoria Pública do Estado e outras organizações locais, para fazer cumprir direitos constitucionais, a exemplo da não invasão de casas durante operações sem mandado judicial e a mobilização de

---

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 461.

<sup>119</sup> *Ibidem*, p. 462.

<sup>120</sup> Em 2019, a execução de William dos Santos Mendonça, no Vidigal, e de Lucas Brás, no Parque Royal, agita diferentes favelas no estado, que convocam um ato para a Praia de Ipanema no dia 26 de maio. A mobilização envolveu centenas de pessoas e diferentes organizações políticas. A continuidade das execuções causadas pelas polícias fez com que o grupo que inicialmente convoca o ato se convertesse em uma frente de atuação no estado. Pude participar de ações dessa frente, como atos, reuniões e seminários.

<sup>121</sup> Movimento que se massifica pela organização do ato nas ruas em 31 de maio de 2020, durante a pandemia do coronavírus. O ato é em resposta ao assassinato de João Pedro, discutido anteriormente, e da política de segurança de uma forma geral que, mesmo durante a pandemia e com a ADPF no STF, seguiu firme na execução dos jovens nas favelas. O Movimento seguiu organizado com ações durante o período da pandemia.



ambulâncias durante operações para eventuais feridos. Em 2017 a liminar foi concedida, e o que vimos foi o número de mortes na favela despencar, segundo dados da própria Redes da Maré<sup>122</sup>.

O caso das juventudes, em especial, ganha contornos ainda mais complexos quando entendemos que a violação sistemática de seus direitos indica uma manutenção de estruturas de desigualdades que são componentes do nosso país. O questionamento apresentado por Damedá, Silva e Pedro (2019) sobre o lugar social que os jovens ocupam, nesse contexto, em que aquele que deveria cuidar de seus direitos é o principal responsável pela violação – o Estado – dá mais validade ao pensamento de que os jovens negros hoje ocupam um lugar de inimigos internos na perspectiva do Estado e das políticas públicas. A ideia de que suas vidas valem menos não começa de hoje e é reforçada ano após ano pelos políticos: há muito tempo vivemos a máxima do “atira primeiro e pergunta depois”.

Sérgio Cabral (MDB), governador do estado entre os anos de 2007 e 2014, sustentou em sua política de segurança que, nas favelas, as mulheres negras mães eram *fábricas de bandidos* e, portanto, as políticas de controle de natalidade naquela região deveriam ser mais rígidas. Hoje, em 2021, o lema da segurança pública de *atirar na cabecinha* segue vigente mesmo depois do *impeachment* de seu emissor originário, pois a racionalidade bélica da militarização não se restringe a pessoas. Com isso, torna-se nítido o aprofundamento das políticas de extermínio, que são endereçadas a um sujeito específico na sociedade, aquele que é exterminado a cada 23 minutos<sup>123</sup>. A absurda violência no Brasil soma mais mortes do que as sangrentas guerras na Síria e no Iraque, por exemplo. Segundo o jornal El País<sup>124</sup>, entre 2001 e 2015 houve 786.870 homicídios: a enorme maioria (70%) causada por arma de fogo e contra jovens negros. De acordo com a notícia, os números equivalem à população de Frankfurt, Sevilha ou João Pessoa.

<sup>122</sup> JATOBÁ, E.; SILVA, E. S.; CROWE, J. As periferias em luta pelo direito à vida. **Maré de Notícias Online**, 4 de novembro de 2019. Disponível em: <https://mareonline.com.br/as-periferias-em-luta-pelo-direito-a-vida/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

<sup>123</sup> MARQUES, M. 'A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil', diz ONU ao lançar campanha contra violência. **Portal G1**, 7 de novembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contr-violencia.ghtml>. Acesso em: 10/07/2021.

<sup>124</sup> EL PAÍS. A violência no Brasil mata mais que a Guerra na Síria. **El País**, 11 de dezembro de 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815\\_459310.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1513002815_459310.html). Acesso em: 10/07/2021.

Apesar de tudo isso, são nos jovens que renovamos as esperanças quando vemos tanta potência sendo mobilizada para a construção de uma vida digna. Para elencar alguns célebres exemplos, em que fica evidente o caráter sociotécnico das resistências, podemos partir do próprio Fórum de Juventudes que é citado neste texto, que reúne lutadores de várias regiões; o Coletivo Marginal, da Cidade de Deus, que conduz um trabalho importantíssimo de educação popular e construção de redes de solidariedade ativa; o Coletivo Papo Reto, do Complexo do Alemão, que atua na área de comunicação comunitária; o Movimenta, que reúne jovens de Duque de Caxias para lutar por melhorias em sua cidade; o Movimentos, que discute com jovens sobre política de drogas de juventudes; o projeto Manivela, que reúne jovens para melhorar suas próprias favelas; o coletivo Brota na Laje, do morro do Borel, que articula jovens para ações políticas diversas no território; o Movimento de Educação Popular +Nós, que impulsiona em várias regiões do estado turmas de pré-vestibular sob uma perspectiva popular da educação; e muitos outros exemplos.

Durante a pandemia do coronavírus, o Dicionário de Favelas Marielle Franco, projeto da Fundação Oswaldo Cruz que pude fazer parte durante o percurso de pesquisa do mestrado, produziu um mapeamento que indica coletivos de todo o Brasil engajados em diferentes tarefas de combate ao coronavírus, como doação de alimentos, produção de materiais informativos e articulações políticas<sup>125</sup>. Nas diferentes ações, é expressiva a participação de jovens e de coletivos de jovens de favelas. Muitas hipóteses em torno dessa massiva participação foram levantadas: tanto a versão inicial de que a pandemia afetava mais as pessoas mais velhas, como também a força que os movimentos sociais de jovens das favelas têm ganhado em suas organizações internas no último período, o que fez com que, diante da emergência sanitária, tais atores rapidamente pudessem se articular para produzir respostas.

Também é importante citar que a juventude mostrou ao país todo em 2016 centenas de ocupações contra fechamento e militarização de escolas. Hoje, são os jovens os protagonistas na organização de rodas culturais nas favelas e periferias, reunindo centenas de pessoas todas as semanas para espaços de cultura e lazer. Ignorar essa realidade é ignorar o potencial insurgente e transformador dos jovens das nossas favelas e periferias. As diferentes estratégias de que os jovens lançam mão, em seu processo de organização e resistência, passam por muitos atores. Da cultura à educação popular, o caráter multidimensional das resistências deve

---

<sup>125</sup> O mapeamento do Dicionário de Favelas está disponível no sítio eletrônico: <https://wikifavelas.com.br/coronavirus>.

ser uma inspiração àqueles que aspiram mudanças positivas para o mundo em que vivemos. Entre os relatos que o Fórum de Juventudes do RJ (2015) nos apresenta, podemos encontrar um que diz “não nos deixam ser jovens”. Talvez seja esse o principal efeito das redes de militarização na vida dos jovens: a inviabilização da sua existência. Hoje, a ideia bélica de fronteira faz com que políticas sejam feitas em oposição ao estranho, ao inimigo. Reorientar tal perspectiva, considerando que “o encontro entre as fronteiras é potente” (MARTINS, G., 2020, p. 03), pode ressignificar o papel da ação coletiva e reconstruir as redes, não mais pela militarização.

## 5 A HISTÓRIA NÃO ACABOU: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA SEGUIRMOS EM LUTA

*A nossa missão histórica, para nós que temos tomado a decisão de romper as malhas do colonialismo, é ordenar todas as rebeldias, todos os atos desesperados, todas as tentativas abortadas ou afogadas em sangue.*  
(Fanon, 1968, p. 215)

Em março de 2019, no mesmo condomínio em que mora o atual Presidente da República, foram apreendidos 117 fuzis – desmontados e incompletos, alguns com a inscrição adulterada, porém novos – na casa de um amigo de uma das pessoas que viria a ser incriminada pelo assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL)<sup>126</sup>. O condomínio Vivendas da Barra é considerado um espaço da “elite” da cidade, com mansões avaliadas em milhões de reais. O evento se caracteriza até o momento como a maior apreensão de armas da história do estado do Rio de Janeiro (e uma das maiores apreensões do Brasil) e não foi disparado nenhum único tiro. Nenhuma pessoa foi ferida na ação. O dono da casa foi preso, mas não ficou muito tempo na cadeia. Ele era um homem, branco, cisgênero, na faixa dos 40 anos. Na mesma operação, os policiais encontraram também mais de 110 mil reais em dinheiro, de procedência desconhecida.

O escândalo que envolve o episódio pode nos ajudar a compreender a relação que as milícias e o tráfico estabelecem com o Estado, bem como discutir sobre as ameaças ao estado democrático de direito que são visibilizadas nesta investigação, sendo a própria morte de Marielle uma dessas expressões. Sobre isso, caberia uma tese à parte. Com a cena da apreensão dos fuzis, fica explícita a ideia que sim, talvez haja crime em TODOS os espaços da cidade. É certo que o caso do Vivendas da Barra contraria alguns teóricos da Criminologia Positivista, que defendiam que territórios específicos produziam bandidos. Não é só nas favelas e periferias que há pessoas cujos atos podem ser considerados ilegais, ainda que seja sempre necessário o exercício de discussão sobre como se produzem essas noções de ilegalismos – eu mesmo discordo da elaboração que é feita sobre drogas ou aborto pela legislação brasileira, para marcar apenas dois exemplos.

<sup>126</sup> TEIXEIRA, P.; FREIRE, F.; LEITÃO, L.; MARTINS, M. A.; COELHO, H. Polícia encontra 117 fuzis M-16 incompletos na casa de amigo do suspeito de atirar em Marielle e Anderson Gomes. **TV Globo e G1 Rio**, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/12/policia-encontra-117-fuzis-m-16-na-casa-de-suspeito-de-atirar-em-marielle-e-anderson-gomes.ghtml>. Acesso em: 6 mai. 2021.

O problema, na verdade, não é nem a existência do crime em si. Não me ocupo de pensar sobre os supostos delitos. O que me interessa é discutir que, em alguns tipos de crime, a punição adotada assume uma infinidade de formas no campo da violação de direitos (que pode ser inclusive a perda da vida daquela pessoa considerada culpada), mas em outros casos não. Ter 117 armas em casa não pode, mas a forma de se punir o guardião das armas é absolutamente diferente das formas com que se pune, por exemplo, moradores de favelas cujo crime muitas vezes é estar na hora errada e no lugar errado. Aliás, cujo crime é ser morador de favela, pobre e preto. Como vimos nas cenas apresentadas anteriormente, há uma infinidade de Ágathas, Joãos, Alans, Emilys, Rebecas, Rodrigos... que o crime foi existir num mundo no qual as vidas negras e pobres são indignas de serem vividas. Onde o crime é existir em um mundo no qual o estatuto ontológico da vida não considera pessoas negras humanas – ou as considera numa subcategoria, cujas vidas podem ser ceifadas a qualquer momento.

Wacquant (2003), ao discutir a questão da violência pela polícia, afirma que as práticas são uma tradição secular de controle dos “miseráveis” pela força. A presença de tais práticas é registrada nos processos de escravização e em conflitos pelas terras nos séculos passados, por exemplo. No caso do Brasil, essa violência é fortalecida por períodos como a ditadura militar, em que a repressão dos rebeldes se disfarçou como repressão de inimigos da pátria, borrando as fronteiras entre o que seria uma manutenção da ordem e o que seria uma manutenção do *status quo*. Até os dias de hoje, como falamos no decorrer do texto, a incapacidade de superar este triste capítulo da história faz com que essa racionalidade esteja presente nas formas de governo das populações.

Nesse sentido, a responsabilidade pela guerra contra a população negra não pode ser outorgada à população negra. Como Fanon (2008) indica, não foram as pessoas negras que criaram um sentido para si depois de escravizadas, pois nunca tiveram essa oportunidade, mas esse sentido estava lá, preexistente, esperando-as: “A flama já estava lá, à espera desta oportunidade histórica” (p. 121). Cabe-nos compreender que a flama que ainda está acesa tem como combustível um passado (que tem presentidão, como vimos anteriormente) de colonialismo e racismo. E quando essa chama se acende no presente, em que as desigualdades se articulam com problemas estruturais e tornam o mundo ainda mais hostil para setores sociais específicos, o que vemos é um processo de aniquilamento das possibilidades de existir de uma população inteira.

Em “Os Condenados da Terra”, o psiquiatra nos ajuda a entender que as diferentes formas de subalternidade que são construídas (na história, cultura, economia, estruturas biológicas e psíquicas) também são componentes importantes na desarticulação dos modos de viver da população negra no presente (FANON, 1968, p. 197-198). Desta forma, as lutas pela vida digna devem ser lutas por um alargamento da ideia do que é ser humano, ou, em suas palavras (1968, p. 253): “percorrer o caminho da história dos condenados e tornar possível que ele [o homem negro] se conecte com outros homens [e assim seja lido, como semelhante]”. Na epígrafe da presente seção, podemos avançar numa discussão que entende que não é possível conciliar as bases societárias em que todas as cenas de violação de direitos se desenvolvem com uma outra agenda de sociedade, sem desigualdades e violências.

Afirmar a historicidade das violências é um passo fundamental, à medida que tal movimentação nos ajuda a entender que temos um futuro, que precisa ser disputado e inventado por nós. Tais reflexões nos ajudam a pensar nos nossos desafios, alguns discutidos na última seção, sobre as pistas para pensar a segurança – desses jovens, das suas famílias e da garantia dos seus direitos – nos tempos que vivemos, em que o governo da vida em determinados territórios é feito pela brutalidade e pela violência de estado. Cada vez mais, as lutas coletivas pela vida e dignidade ocupam espaços centrais na vida das pessoas, e essa luta tem uma capacidade ímpar de se articular com os demais setores da sociedade, pois a pauta da segurança é prioridade das agendas políticas país afora, já que assegura o governo das populações (AGAMBEN, 2014 *apud* CRUZ *et al.*, 2017).

Assim, no combate organizado aos genocídios nas favelas, revelam-se tantos outros controles absurdos que se exerce contra o povo – muitas vezes com apoio científico. Em muitos momentos da história, em diferentes países, vemos como o direito é instrumentalizado para a tutela dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher; aos interesses econômicos; às políticas segregacionistas e a tantas outras encomendas. Numa sociedade de classes, o próprio Estado é uma ferramenta de defesa das relações sociais, interesses e valores das classes dominantes, ainda que com o ar de universalidade (CRUZ *et al.*, 2017).

É essencial que aprofundemos também os questionamentos sobre os limites das políticas públicas num país de capitalismo periférico e dependente para a emancipação da população. Um exemplo muito importante é sobre a máxima que muitos setores adotam de que a educação pode salvar os jovens: um ideário liberal, que supõe uma educação que não

compreende que os estudantes possuem realidades diversas entre si e oportunidades de futuro e desenvolvimento que não olham apenas o currículo, mas a cor de pele, o endereço, a identidade de gênero, a orientação sexual e tantos outros marcadores.

Então, ainda que se consiga construir uma escola que se pretende antirracista ou até mesmo que não seja militarizada, ela não basta por si só para dar dignidade aos alunos e uma possibilidade de futuro – ainda que seja essencial. Sua efetividade só se dará se ela puder se articular com outros espaços de educação, com outras políticas de garantia de direitos e com o combate às múltiplas violências que os jovens, especialmente os negros e negras, são submetidos todos os dias na sociedade.

Assim, uma pista para o desmantelamento das redes de militarização que envolvem os nossos jovens é a apresentação de um projeto alternativo, que seja ampliado e polifônico, articulando atores diversos e apresentando outras possibilidades de viver e de partilhar o mundo com o outro. A disputa que apresentamos sobre as redes de militarização é a que se trava sobre a vida. Afinal, os jovens negros nas periferias, ainda que sob outras formulações, são capturados pelas redes de militarização quando entendem que a morte é um dos destinos mais prováveis que eles podem ter, quando convivem com os *esculachos*<sup>127</sup> de policiais, com a educação cada dia mais censurada e militarizada, com a cultura sendo perseguida, com a multiplicação dos agentes das políticas bélicas de segurança na cidade, nos espaços de lazer e nos esportes.

Outro ponto importante é sobre a necessidade do combate às milícias, que são uma reconfiguração dos grupos de extermínio e estabelecem novas relações com o controle militarizado nos territórios, dominando a partir da militarização o comércio e a política institucional de várias regiões. Segundo Misse (2011 *apud* CRUZ *et al.*, 2017), as milícias encontraram, nas áreas de urbanização precária, um campo grande de coação sobre os moradores. Falamos brevemente sobre isso no segundo capítulo e compreendemos que o tema merece ser melhor discutido em outra ocasião.

Por fim, ainda em consonância com Cruz *et al.* (2017), devemos expandir o paradigma da segurança ao que hoje é posto: atuação policial ostensiva. É preciso que se entenda que a segurança só é efetivada quando falamos de direito à alimentação e moradia para todos, à educação formal, ao emprego digno e às oportunidades de vida. Quando o Estado se preocupa

---

<sup>127</sup> *Esculacho* é a forma comum que se chamam as repreensões violentas que os policiais aplicam sobre a população durante suas atividades.

em se apresentar a um jovem negro nas favelas primeiro a partir de um policial e depois por um professor, a mensagem que ele passa é assertiva.

Entender que as políticas no campo da segurança operam a partir do conceito de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) é condição *sine qua non* para discutir o tema. A história por trás da conformação das polícias no país indica uma instrumentalização das corporações à manutenção de lugares sociais estabelecidos – em outras palavras, reifica os dominantes como dominantes e os dominados como dominados. Cruz et al. (2017) apresentam esse mesmo debate, indicando o lugar de precariedade que o jovem negro ocupa nessa disputa: morando em locais insalubres e afastados pela gentrificação, com menos acesso formal à educação e à saúde, com pouca representação na política institucional, nos postos de trabalho mais precários e com menores rendas e direitos (o que ganha novos contornos com os fenômenos de *uberização* do trabalho) e morrendo mais cedo que o conjunto da população. As políticas de controle que se estabelecem em torno da vida desses jovens são feitas a partir de diferentes dimensões, numa ofensiva rede de violação de direitos.

A juventude negra, parcela mais vitimizada da população pelas políticas de segurança, também é um dos principais alvos das demais políticas de restauração conservadora do momento, com a impossibilidade de estudar pelos sucessivos cortes na educação, falta de perspectiva de emprego e renda e sem a menor intenção de um dia se aposentar, depois da Reforma da Previdência. Ou seja: perderam não apenas o direito a um futuro digno, mas ao presente. Ao mesmo tempo, têm se demonstrado como um importante setor nas mobilizações de resistência, na articulação de espaços de cultura como resistência, na defesa da educação não militarizada e contra as políticas de guerra às drogas.

Segundo o Fórum de Juventudes do RJ (2015), organizados em espaços coletivos, meninos e meninas de diversas regiões do Rio debatem questões relativas ao impacto da militarização na juventude negra, na vida das mulheres e LGBTI+, sobre como as políticas de Estado hoje cumprem um papel de restringir sua circulação pela cidade e tantos outros problemas que são comuns aos periféricos e favelados em cada canto desse estado. Há problematizações feitas pelos jovens sobre a UPP, intervenções militarizadas, impactos das operações na escola e economia, assédios sexuais decorrentes da presença dos militares nas favelas e mudanças da rotina dos moradores em geral. Hoje, no Rio de Janeiro, as articulações



territoriais da juventude cumprem um papel essencial nas lutas pela dignidade humana, pelo direito de viver, pela reinvenção do futuro de tantos jovens e suas famílias.

Algumas pistas do que pode ser feito são encontradas em movimentações contemporâneas de resistência, que merecem uma análise mais demorada. Silva et al. (2021, no prelo) trabalham uma expressão dessas resistências, ao discutirem o papel que as ações coletivas cumprem nas favelas ao enfrentar o coronavírus. Seu “sucesso”, segundo os autores, é um avanço contra a racionalidade orientada pela necropolítica e pelo neoliberalismo, pois, como aponta Gefaell (2015), o compartilhamento e a solidariedade são potentes armas contra o necroliberalismo.

Em diferentes composições que visam a construção de outros mundos devemos, do lugar da Psicologia, contribuir muito à discussão necessária e urgente de reinvenção do sentido ontológico da vida e seu estatuto, como é indicado pelo CFP (2020), especialmente no que diz respeito às disputas por tornar a vida dos diversos segmentos sociais algo possível do ponto de vista social.

Se no Brasil do necroliberalismo a banalização de algumas mortes por parte da entidade que deveria protegê-las é uma regra, não é equivocado afirmar que é uma tarefa da Psicologia brasileira discutir, problematizar e fortalecer as devidas insurgências para a construção de outra lógica de Segurança Pública – e, além: outra lógica de organização social, em que a liberdade e a dignidade humana sejam princípios realmente fundamentais e universais, a partir da defesa irrestrita da democracia, dos direitos humanos, da participação popular, bem como do enfrentamento às opressões estruturais presentes na racionalidade das políticas públicas forjadas no mundo necroliberal, visando a ampliação da cidadania em suas diferentes dimensões.

Para encerrar a dissertação, gostaria de retomar a ideia de que cartografar é acompanhar processos, muito discutida no capítulo de metodologia (e afirmada no conjunto do texto). Nesse sentido, o acompanhamento de alguns dos processos que apresentei na dissertação ajuda a compreender como se operam as disputas por esse “alargamento das concepções de humanidade”. Quando as mães no Fallet-Fogueteiro pedem que seus filhos não sejam assassinados, mas presos, elas pedem que eles tenham ali reconhecida sua condição de humano submetido aos pactos sociais e, portanto, tenham seu direito ao rito processual garantido, de acordo com as leis do Brasil, da mesma forma que os moradores do condomínio

na Barra da Tijuca tiveram: suas casas foram revistadas com um mandado de busca e apreensão, a prisão em flagrante sucedeu-se com direito à defesa e acusação, e assim por diante.

As duas cenas nos ajudam a entender o abismo, a desigualdade que existe por aqui. Mas, talvez, a ideia de desigualdade não dê conta sozinha, porque ela por si só não fala muita coisa, e por mais que ela faça-viver de modos específicos, sua existência é, antes de mais nada, um dos efeitos do exercício do poder necroliberal e racista que orienta as relações sociais contemporâneas.

É urgente a construção de uma nova perspectiva de ação na segurança pública. Nesse sentido, abrem-se discussões no percurso da dissertação que considero importantíssimas, que devem ser apropriadas por todos nós num processo – que deve ser coletivo e democrático – de afirmação de alternativas. Arrisco elencar algumas questões que se desdobram a partir do caminho que percorri e que se materializam nas cenas analisadas: em primeiro lugar, é urgente reformar o sistema de segurança pública. Isso passa por desmilitarizar políticas (no sentido literal, mas também na racionalidade que orienta as políticas públicas); investir num sistema de segurança que valorize seus profissionais (inclusive discutindo unificação de carreiras e planos de salários dignos) e invista mais em medidas de investigação e menos em performances nas ruas que expõem milhares de vidas. Da mesma forma, reformar a justiça criminal, repensando possibilidades como a dos autos de resistência, também é fundamental. Estas são algumas medidas que podem nos ajudar a começar o debate “do lado de lá”, pensando as políticas públicas “de” segurança. Contudo, seria uma *traição* à nossa atitude metodológica apostar, nessa altura da pesquisa, que apenas as medidas de segurança são suficientes para enfrentar a grave situação que foi elucidada na dissertação.

Nossa juventude precisa de um horizonte em que a vida seja uma possibilidade concreta. Inventar um futuro não é fácil, especialmente quando a ideia de futuro, aos jovens negros, nunca foi um jardim de escolhas, mas sim de imposições. E isso não é tarefa apenas dos coletivos de juventude, de alguns movimentos sociais e de poucos partidos políticos. Isso é tarefa do conjunto da sociedade. Reduzir homicídios, em especial dos jovens negros, é o começo de qualquer conversa. É uma tarefa nacional. Construir outra sociedade, onde acesso à educação, saúde e moradia digna não sejam utopias é parte dessa luta pelo alargamento das concepções de humanidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe Anual 2019**. *E-book*. London: Anistia Internacional, 2020. Disponível em: <https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/direitos-humanos-nas-americas-retrospectiva-2019-baixar-agora-o-relatorio/>. Acesso em: 01/08/2021.

ARENDT, Ronald João Jacques. A Escrita como Laboratório. **Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 1, p. 28-38, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.61378>. Acesso em: 14 jul. 2020.

ARENDT, Ronald João Jacques; MORAES, Márcia Oliveira. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, MG, v. 11, n. 1, p. 11-24, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180989082016000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082016000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 jun. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ. **Projeto de Lei n. 1622/2019**. Dispõe sobre a garantia de prioridade nos trâmites procedimentais dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes contra a vida e outros crimes com resultado morte, inclusive na modalidade tentada, que tenham como vítimas crianças e adolescentes no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ALERJ, 2019. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/a30da004b3c0fc35832584b2006079fd?OpenDocument>. Acesso em: 01/08/2021.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Indicadores de desenvolvimento no bairro da Urca (RJ)**. Rio de Janeiro: PNUD, FJP, IPEA. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. O modo indivíduo nas políticas públicas sobre drogas no Brasil e as encomendas endereçadas à Psicologia. **Polis e Psique**, v. 4, n. 2, p. 230-249, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.51096>. Acesso em: 01/08/2021.

BARROS, Laura Pozzana; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. S.; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, n. especial 2, p. 33-44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225580>. Acesso em: 01/08/2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O pensamento de direita hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

BELLACASA, M. P. “Nothing comes without its world”: thinking with care. **The Sociological Review**, v. 60, n. 2, p. 197-216, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-954X.2012.02070.x>. Acesso em: 01/08/2021.

BENTSI-ENCHILL, E.; GOODENOUGH, J.; Berger, M. A Morte da UPP Social: Fracasso da Participação. Trad. Patrícia O’Brien. **RioOnWatch**, 15 de junho de 2015. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=14378>. Acesso em: 01/08/2021.

BERTINI, L. M.; FROTA, F. H. S. Estado, Políticas Públicas e Segurança no Pronasci: ascensão e queda. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 8, n. 20, p. 67-87, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2018.8.20.1050>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Subjetividade e Abordagem policial**: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos. 198f. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2005.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Uma carta endereçada à 'proteção integral'. In: TAVARES, G. M.; MORAES, M. O.; BERNARDES, A. G. (Orgs.). **Cartas para pensar políticas de pesquisa em Psicologia**. Vitória: EdUFES, 2014, p. 33-42.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Conjuntura política e eleições para o Sistema Conselhos de Psicologia: análises pertinentes para tempos impertinentes. In: **Anais do XX Encontro Nacional da ABRAPSO**. São Paulo: ABRAPSO, 2019.

BICALHO, P. P. G.; KASTRUP, V.; REISHOFFER, J. C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 56-65, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100007>. Acesso em: 01/08/2021.

BONAMIGO, Irme Salete. Violências e contemporaneidade. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 204-213, jan. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802008000200006>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BONAMIGO, Irme Salete; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; MELGAÇO, Lucas. (In)segurança pública: cartografia de relações entre dispositivos de vigilância, políticas públicas e violências em espaços urbanos contemporâneos. In: RODRIGUEZ, P.; SIRI, L.; ROZO, C. R.; BRUNO, F. (Orgs.). **Anais do IV Simpósio Internacional LAVITS** - ¿Nuevos paradigmas de vigilancia? Miradas desde América Latina, 2016. Disponível em: <http://lavits.org/publicacoes/anais-2016/?lang=pt>. Acesso em: 01/08/2021.

BRASIL. **Lei n. 11.530/2007**, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11530.htm). Acesso em: 01/08/2021.

BRASIL. **Resolução n. 08**, de 21 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a abolição de designações genéricas, como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, em registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias de crime. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia>. Acesso em: 01/08/2021.

BRECHT, Bertolt. **Antologia poética**. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

BRUNO, F. Prefácio. In: FERREIRA, A. L.; FREIRA, L. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. (Orgs.). **Teoria Ator Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010, p. 8-16.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Visão Geral. Brasília: Caixa. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>. Acesso em: 01/08/2021.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Vigilantes eletrônicos no Rio de Janeiro: agenciamentos sociotécnicos e pesquisa em tecnologia. **Revista Configurações**, Braga, Portugal, v. 8, p. 97-108, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.820>. Acesso em: 01/08/2021.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. **Todos os olhos**: videovigilâncias, voyeurismos e (re)produção imagética. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. **Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil**. *E-book*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil, 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/07/15/seguranca-publica-e-os-megaeventos-no-brasil>. Acesso em: 01/08/2021.

CARNEIRO, Júlia D. 'Tinha helicóptero atirando de cima': professores acalmam alunos com música durante operação que matou 8 no Rio. **BBC News Brasil**, 7 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48190478>. Acesso em: 01/08/2021.

CARVALHO SILVA, Leonardo. **Políticas públicas e números**: analisando a construção e os usos da informação na segurança pública no território do Rio de Janeiro. 269f. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

CASTRO, Eduardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

CASTRO, Rafael Barreto de. **Redes e Vigilância**: Uma experiência de cartografia psicossocial. 158f. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA – CESeC; OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. **Intervenção no Rio**: à deriva, sem programa, sem resultado, sem rumo. *E-book*. Rio de Janeiro: CESeC/Observatório da Intervenção, 2018a. Disponível em: [https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-01-Observat%C3%B3rio-da-Interven%C3%A7%C3%A3o\\_final.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Relat%C3%B3rio-01-Observat%C3%B3rio-da-Interven%C3%A7%C3%A3o_final.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA – CESeC; OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. Vozes sobre a intervenção. *E-book*. Rio de Janeiro: CESeC/Observatório da Intervenção, 2018b. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/vozes-sobre-a-intervencao/>. Acesso em: 01/08/2021.

CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA – CESeC; OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. Intervenção Federal: um modelo para não copiar. *E-book*. Rio de Janeiro: CESeC/Observatório da Intervenção, 2019. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/intervencao-federal-um-modelo-para-nao-copiar/>. Acesso em: 01/08/2021.

CHADE, Jamil. Brasil tem maior número absoluto de homicídio do mundo, diz OMS. **Portal Uol**, 4 de abril de 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/04/04/brasil-tem-maior-numero-absoluto-de-homicidio-do-mundo-diz-oms/>. Acesso em: 01/08/2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Brasília: CFP, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) na política de segurança pública**. Brasília: CFP, 2020.

CRUZ, Ana Vlândia Holanda; MINCHONI, Tatiana; MATSUMOTO, Adriana Eiko; ANDRADE, Soraya Souza de. A Ditadura que se perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. especial, p. 239-252, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703180002017>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CUNHA, Thiago Colmenero. **O que pode a psicologia frente aos conflitos escolares?** 186 f. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.

DAMEDA, C.; SILVA, C. A. F.; PEDRO, R. M. L. R. Juventudes e periferias: as políticas públicas no limiar das violências e direitos humanos. In: Encontro Nacional ABRAPSO (ENABRAPSO), 20., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: ABRAPSO, 2019, p. 718-719. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MiRqe7VvjzmUokZmW6md7pwOz3rf5wb/view>. Acesso em: 01/08/2021.

DAVID, Jéssica da Silva; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Políticas de pesquisa: da Verdade à produção de verdades. **Ayvu: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 126-141, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/22175>. Acesso em: 20 jan. 2021.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 2011.

DESPRET, Vinciane. Os dispositivos experimentais. **Revista Fractal**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 43-58, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100004>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva. Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania PRONASCI instituído pela Lei 11.530/07 e MP 416/08. **Revista EVS - Ciências Ambientais e Saúde**, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 575-587, 2009. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/683>. Acesso em: 15 jul. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Construção de uma nova narrativa democrática para a Segurança Pública**. *E-book*. Rio de Janeiro: FBSP, 2016. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Instituto-Arapyau-v05-10jun-final-b.pdf>. Acesso em: 01/08/2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. *E-book*. Rio de Janeiro: FBSP, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 01/08/2021.

FÓRUM DE JUVENTUDES DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final do Projeto Militarização das Favelas**: Impactos na vida dos jovens negros do Fórum de Juventudes do RJ. *E-book*. Rio de Janeiro: FJRJ, 2015. Disponível em: [http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/uploads/files/Militarizacao\\_UPPs.pdf](http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/uploads/files/Militarizacao_UPPs.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1995a.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995b, p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.



FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FRANCO, Marielle. **UPP - A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 136f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.

G1 RIO. Witzel vai a Israel conhecer drones que atiram e tecnologia de reconhecimento facial. **Portal G1**, 4 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/04/witzel-vai-a-israel-conhecer-drones-que-atiram-e-tecnologia-de-reconhecimento-facial.ghtml>. Acesso em: 01/08/2021.

GEFAELL, Clara Valverde. **De la necropolítica neoliberal a la empatía radical**: violência discreta, cuerpos excluidos y repolitización. 1 ed. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

GRAHAM, S. **Cidades Sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUARESCHI, N. M. F.; HÜNING, S. Entre Bruno Latour e Michel Foucault. *In*: FERREIRA, A. L.; FREIRA, L. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. (Orgs.). **Teoria Ator Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010, p. 60-78.

GUSSO, Rodrigo Bueno. Juventude Transviada? O processo de policialização das políticas públicas juvenis por meio do PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 35, n. 126, p. 109-129, 2014. Disponível em: <http://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/RODRIGO%20GUSSO.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 9 set. 2021.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod\\_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da violência 2020. E-book**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 01/08/2021.

LAAD: DEFENCE & SECURITY. Sobre. São Paulo: LAAD. Disponível em: <https://www.laadexpo.com.br/sobre/>. Acesso em: 01/08/2021.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 1987.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **A Esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução a Teoria Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as Humanidades Científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. especial, p. 20-33, 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 01/08/2021.

MACHADO, A. **Provérbios y Cantares**. Madri: El País, 1992.

MARCONI, Dieison. Bichas intelectuais: um manifesto pelos saberes localizados. **Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, RS, v. 21, n. 3, p. 54-63, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316882X29247>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MARINHA DO BRASIL. Ridex 2018: 1ª edição de feira voltada para os segmentos de Segurança e Defesa reúne especialistas militares e civis, nacionais e internacionais, no RJ. **Ministério da Defesa**, 29 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/ridex-2018-1a-edicao-de-feira-voltada-para-os-segmentos-de-seguranca-e-defesa-reu-ne>. Acesso em: 01/08/2021.

MARTINS, Gizele. Militarização como Megaprojeto Transnacional: Tecnologias de vigilância e resistências na luta pelo embargo militar. **Massa Crítica**, ano 18, ed. 77, 2020. Disponível em: [http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Massa-Cr%C3%ADtica\\_ed.77.pdf](http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Massa-Cr%C3%ADtica_ed.77.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

MARTINS, E.; PEREIRA, F.; SALEM, G.; SANTOS, L. G. M.; BARBOSA, R. B. Psicologia e Democracia em um Cenário de Cidade como Campo em Disputa. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 37, n. especial, p. 224-238, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703170002017>. Acesso em: 01/08/2021.

MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. A.; SANTOS, M. R.; MIRANDA, N. N. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda RIO 2016. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)**, v. 2, n. 2, p. 15-32, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/29929>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. 1 ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. [Entrevista cedida a] Diogo Bercito. **Folha de São Paulo**, Washington, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-a-utor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MELICIO, Thiago. **São demais os perigos dessas vidas?** Diversidades possíveis no encontro com a diferença como problematização da segurança pública cidadã. 203f. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

MENDES, T. Rio, cidade-sede de um modelo global de militarização. *In*: INSTITUTO PACS. (Org.). **Militarização do Cotidiano**: Um legado olímpico. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2017a, p. 8-11.

MENDES, T. Balas que cruzam presentes e dores: O cotidiano militarizado de crianças e adolescentes no Rio. *In*: INSTITUTO PACS. (Org.). **Militarização do Cotidiano**: Um legado olímpico. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2017b, p. 18-29.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. **Fórum Sociológico**, Lisboa, Portugal, n. 25, p. 11-22, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/sociologico.886>. Acesso em: 01/08/2021.

MOL, A. Ontological Politics: a word and some questions. *In*: LAW, J.; HASSARD, J. (Orgs.). **Actor Network Theory and After**. London: Blackwell, 1999, p. 74-89.

MULATINHO, Juliana Pessoa. Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo: Construção e desconstrução da cidadania no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 198-225, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.16819>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A Cartografia como Método de Pesquisa-Intervenção. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 17-31.

PEDRO, R. M. L. R. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. *In*: FERREIRA, A. L.; FREIRA, L. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. (Orgs.). **Teoria Ator Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2010, p. 78-98.

PEDRO, R. M. L. R.; BONAMIGO, I. S.; MELGACO, L.; AVILLEZ, R. A. C. Videomonitoramento e seus efeitos na cidade: cartografia de redes sociotécnicas em diferentes espaços urbanos. **Revista Eco-Pós - Comunicação Urbana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 93-110, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v20i3.14475>. Acesso em: 01/08/2021.

PEREIRA, P. Legitimando a pacificação: Uma análise da cobertura jornalística sobre as UPPs. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 367-389, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v13n2.20428>. Acesso em: 01/08/2021.

POCHMANN, M. Estado e Capitalismo no Brasil: A Inflexão Atual no Padrão das Políticas Públicas do Ciclo Político da Nova República. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 38, n. 139, p. 309-330, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017176603>. Acesso em: 11 ago. 2018.

RACIONAIS MCs. **Capítulo 4, versículo 3**. São Paulo: Gravadora Costa Nostra: 1997. 8'08".

REBEQUE, C. C.; JAGEL, D. C.; BICALHO, P. P. G. Psicologia e Políticas de Segurança Pública: o analisador Caveirão. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 418-424, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4000>. Acesso em: 01/08/2021.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Operações policiais no RJ durante a pandemia**: frequentes e ainda mais letais. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wpcontent/uploads/2020/05/Operac%CC%A7o%CC%83es-policiais-no-RJ-durante-a-pandemia.pdf>. Acesso em: 01/08/2021.

ROCHA, Iara de Salvo. **Unidades de polícia pacificadora**: controvérsias que tecem a vida urbana. 140f. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

ROCHA, Iara de Salvo; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. O social chega ao morro: engendramentos em uma favela pacificada. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, RS, v. 3, n. 3, p. 87-105, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.42186>. Acesso em: 14 ago. 2021.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SAFATLE, Vladimir. **Quando as ruas queimam**: manifesto pela emergência. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

SANTOS, L. G. M. **“Não quero impedir o progresso, só não quero ficar sem minha casa”**: produção de subjetividade em um processo de remoção de favela na cidade do Rio de Janeiro. 227f. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final: CPI Assassinato de jovens**. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: 01/08/2021.

SILVA, C. A. F. Cenas sobre segurança, tecnologia e produção de subjetividades. 97f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, 2019.

SILVA, C. A. F.; BICALHO, P. P. G. Inverter a intervenção: contra as práticas de administração da pobreza no Rio de Janeiro. In: SOLIGO, A.; BICALHO, P. P. G.; MALDONADO, H.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). **Formação em Psicologia para a transformação Psicossocial da América Latina**. 1 ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Alfepsi, 2018, p. 241-255.

SILVA, C. A. F.; GONÇALVES, C. S.; DAMEDA, C.; PEDRO, R. M. L. R. Atitudes que fazem a diferença: coronavírus e os coletivos nas favelas. **Psicologia Política**, v. 21, n. 51, p. 4-17, 2021. No prelo.

SILVA, C. A. F.; PEDRO, R. M. L. R.; BICALHO, P. P. G. Nem tiro, nem fome, nem COVID: políticas de enfrentamento ao coronavírus nas favelas e periferias. In: GOFFMAN, R.; MELICIO, T.; SCRIVANO, I.; FERREIRA, L. M. (Orgs.). **Expressões da Psicologia: Reflexões e Práticas em Tempos de Pandemia**. E-book. Rio de Janeiro: CRP-05, 2020, p. 136-139. Disponível em: [www.crpri.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/11/ebook\\_expressoes.pdf](http://www.crpri.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/11/ebook_expressoes.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

SILVA BOTELHO, P. **O racismo e a criminalização da juventude negra nas escolas: contribuições da psicologia para a construção de uma educação antirracista**. 96 f. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2020.

SILVEIRA, Marília; CONTI, Josselem. Ciência no feminino: do que é feita a nossa escrita? **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, MG, v. 11, n. 1, p. 53-68, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/05.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2007. Disponível em: <https://postic>

[senasp.ufsc.br/files/2015/08/seguran%C3%A7a-publica-no-brasil-at%C3%A9-2007.pdf](https://senasp.ufsc.br/files/2015/08/seguran%C3%A7a-publica-no-brasil-at%C3%A9-2007.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. Tutela provisória incidental na medida cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 Rio de Janeiro. Brasília: STF, 2020. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF635\\_DECISaO5DEJUNHODE20202.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF635_DECISaO5DEJUNHODE20202.pdf). Acesso em: 01/08/2021.

TORRES, Livia. Duas pessoas morrem em tiroteio na saída de baile funk na Zona Norte do Rio. **Portal G1**, 15 de julho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/15/duas-pessoas-morrem-em-tiroteio-na-saida-de-baile-funk-na-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 01/08/2021.

URBIM, Emiliano. O feirão das armas. **Superinteressante**, 4 de novembro de 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/tecnologia/o-feirao-das-armas/>. Acesso em: 01/08/2021.

VARELA, F. O reencantamento do concreto. In: PELBART, P. P.; COSTA, R. (Orgs.). **Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 71-86.

VIANNA, Adriana. Políticas da morte e seus fantasmas. Dossiê Estado de Choque, ed. 140. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 1 de março de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/politicas-da-morte-e-seus-fantasmas/>. Acesso em: 01/08/2021.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

WIKIFAVELAS. Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/>. Acesso em: 01/08/2021.

ZOCAL DA SILVA, Beatriz. Pela DesCrivelização da saúde: reflexões sobre a crise da saúde no Rio de Janeiro-RJ e seu agravamento na pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. e300308, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300308>. Acesso em: 01/08/2021.